

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Valéria Zanetti de Almeida

**Cidade e Identidade: São José dos Campos, do
peito e dos ares**

Doutorado em História

**São Paulo
2008**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Valéria Zanetti de Almeida

**Cidade e Identidade: São José dos Campos, do
peito e dos ares**

Doutorado em História

**Texto apresentado à Banca de
Qualificação da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo
como exigência parcial para a
obtenção do título de Doutor em
História, sob a orientação da Profa
Dra Estefânia Knotz C. Fraga**

**São Paulo
2008**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Valéria Zanetti de Almeida

**Cidade e Identidade: São José dos Campos, do
peito e dos ares**

Doutorado em História

Banca Examinadora

Presidente e Orientadora: Prof^a Dr^a. Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

São Paulo, de de 2008.

DEDICATÓRIA

Aos meus amigos do peito

AGRADECIMENTOS

A elaboração da pesquisa acaba marcando passagens e trajetórias. Por meio dela contabilizamos tempo de amizades, momentos fortes de solidariedades e de intensa cumplicidade. Realmente esse período constitui um marco na vida de quem faz e de quem, por contingências históricas, compartilha o processo de pesquisa.

Agradeço imensamente à professora Dra Estefânia K. Fraga, interlocutora paciente e generosa, pela disposição em oferecer estímulos e compartilhar saberes, tão preciosos para o encaminhamento de entendimentos e reflexões.

Agradeço igualmente às Professoras Dras Simone Narciso Lessa e Márcia D'Aléssio, competentes historiadoras, pelas importantes e precisas observações durante o exame de qualificação.

Creio que seria difícil caminhar sozinha sem o apoio intelectual e afetivo das minhas queridas e sábias colegas Maria Aparecida Papali e Maria José Acedo Del Olmo. Ficarei eternamente grata pela força que recebi diariamente da Papali que, mesmo atarefada com os afazeres acadêmicos, reservava sempre um tempinho pra ouvir minhas descobertas, compartilhar do meu entusiasmo, das minhas frustrações e dos meus momentos de incertezas. Maria José foi cúmplice desde o início. A partir de suas conversas, começamos a gestar questões e problemáticas, sempre alinhavadas com indicações de leituras pontuais. Inspiro-me em vocês!

À Marilene Brito, Celenroze Zaroni e Carla Fróes, dedicadas secretárias, sou grata pelos pensamentos positivos e, principalmente, pela ajuda incondicional. À diretora da Faculdade de Educação, professora Valdelis, agradeço a amizade e compreensão.

Não poderia deixar de agradecer aos estagiários do Pró-Memória pela convivência diária de forte amizade: Alessandro, Solange, Tathiana, Leo e, em especial, ao Anderson Rameira, pelo apoio técnico nos momentos em que as novas tecnologias resolviam conspirar.

Aproveito para estender os agradecimentos aos meus queridos aluno(a)s do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), assim como para os meus estagiários, competentes escribas que me municiaram com ricas coletas documentais: Andressa Capucci, Tahiana Beltrão, Marina e Luciano.

Gabriela e Pedro, meus queridos filhos, espero que entendam, algum dia, o sentido da minha ausência. Aos meus Pais, Maria Luiza e José Zanetti por uma imensidão de ajuda.

Agradeço imensamente à Professora Fátima Manfredini, nossa leal escudeira, defensora da História e das coisas da cidade pela cordialidade das fontes.

À Diva Pimentel fico grata pelo apoio espiritual, pela amizade.

Aos amigos do curso de Planejamento Urbano da UNIVAP, Professores doutores Marco Antônio Neder, Antônio Carlos Guimarães e Professora Maria Tereza Dejuste de Paula, fica o meu agradecimento pelas idéias e debates compartilhados. Agradeço também ao Veriano Miúra pelo acervo de fotografia fornecido.

Às minhas companheiras Lourdes e D. Maria, por me ampararem nas tarefas domésticas e pelos infinitos rosários.

Sou grata à Zuleika Sabino Roque pela organização e método ao registrar momentos importantes da qualificação.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação da PUCSP pela agradável convivência durante o curso, assim como à Betinha, pela gentileza com que me recebia na secretaria.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Ao Daniel, pela força.

Valéria Zanetti

Valéria Zanetti de Almeida

Cidade e Identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares

RESUMO

Palavras-chave: identidade, cidade, História, São José dos Campos, discurso, tuberculose

O presente trabalho procurou entender um discurso comum aos moradores de São José dos Campos: a falta de identidade da cidade. Como o discurso é algo construído social e historicamente, o entendimento exige obrigatoriamente uma análise do passado da cidade. Tratou-se de buscar no tempo os dispositivos que supostamente teriam abalado os suportes de identificação dos habitantes. Partimos do princípio que, se o discurso enseja uma produção de enunciado, a cidade comporta o espaço dessa produção. Propomos, portanto, ler os discursos que a cidade produziu historicamente para sustentar identidades. Lemos seus espaços, seus símbolos e signos, sua arquitetura, suas fotografias, suas fontes impressas, formas utilizadas para endossar representações. Evidenciamos um texto comportando uma linguagem redundante. Embora os joseenses tenham dificuldade em identificar marcas ligadas a memória da cidade, o espaço criou condições para que o joseense se certificasse da vocação industrial da cidade. A força dessa referência vai apagando aos poucos, na paisagem urbana, os elementos de alusões passadas, mais precisamente de um tempo em que a economia de São José dos Campos esteve vinculada a um passado sanatorial. O apagamento das marcas de identificação ligadas ao passado, enfraqueceu a memória e mutilou a identidade. O fato é que não se constrói identidades sem memória.

Valéria Zanetti de Almeida

**City and Identity: São José dos Campos, from the heart
and Skies**

ABSTRACT

Key words: identity, city, History, São José dos Campos, speech, tuberculosis

The present work has tried to tackle a common speech among São José dos Campos' s residents: the city's lack of identity. As the speech is something that is culturally and historically built, the understanding strictly demands an analysis of the past of the city. The mechanisms that had supposedly affected the identification supports of the residents were researched. The first idea was that if the speech wants a production of proposition, the city is able to hold the space of such production. Therefore, we have proposed to read the speeches that the city produced historically in order to sustain identities. We read about its spaces, its symbols and signs, its architecture, its photographs, printed sources and forms used to endorse representations. We have evidenced a text with a redundant language. Even though São José dos Campos's residents think it is difficult to identify marks linked to the city's memory, the space has created conditions for the residents to certify their industrial vocation. The power of this reference slowly erases, amidst the urban scenery, the elements of past references, more precisely of a time when São José dos Campos's economy was linked to a sanative past. The fading of the identification marks connected to the past has weakend the memory and mutilated the identity. The fact is that identities are not built without memories.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo I: São José dos Campos, cidade hospedeira da tuberculose	27
Capítulo II: Médicos e doentes na cidade que salva: o mito de Babel.....	110
Capítulo III: Identidade Sanatorial: Os silêncios da memória.....	170
Considerações Finais.....	226
Fontes e Bibliografia.....	231

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Almanaque de São José dos Campos (1905).....	p.59
Figura 02: “A fraqueza da Incredulidade” por Elisário Bonilha.....	p.55
Figura 03: Decreto-Lei que orça despesa da Estância Hidromineral.....	p.67
Figura 04: Caixas de Captação d’Água.....	p.68
Figura 05: Igreja Matriz.....	p.71
Figura 06: Ampliação de Serviço de Águas.....	p.73
Figura 07: Carroça-tanque.....	p.74
Figura 08: Rua XV de Novembro.....	p.75
Figura 09: Fachada do Centro de Saúde.....	p.80
Figura 10: Brasão da cidade.....	p.83
Figura 11: Sanatório Vicentina Aranha (1920).....	p.103
Figura 12: Obras de saneamento Básico na cidade (1930-40).....	p.104
Figura 13: Consultório do Dr Ruy Dória.....	p.116
Figura 14: Propaganda de Sanatório.....	p.117
Figura 15: Pensões.....	p.120
Figura 16: Mapa de localização das pensões e sanatórios.....	p.121
Figura 17: Sala de entrada do Sanatório V. Aranha.....	p.122
Figura 18: Área externa do Sanatório V. Aranha.....	p.123
Figura 19: Quarto de pacientes no Sanatório Ezra.....	p.124
Figura 20: Sanatório Adhemar de Barros.....	p.125
Figura 21: Galeria de cura do V. Aranha (Ala Masculina).....	p.129
Figura 22: Sanatório V. Aranha.....	p.130
Figura 23: Sala dos Médicos.....	p.132
Figura 24: Pavilhão Cia Paulista de Estrada de Ferro.....	p.133
Figura 25: Placa de Identificação do Município.....	p.136
Figura 26: Tapera.....	p.139
Figura 27: Planta da cidade com divisões de zonas.....	p.140

Figura 28: Entrada a cidade em 1930.....	p.145
Figura 29: Propaganda de compostos farmacêuticos.....	p.149
Figura 30: Pharmácia São José.....	p.150
Figura 31: Propaganda de restaurante que seleciona clientes.....	p.154
Figura 32: Propaganda de salão de barbeiro.....	p.154
Figura 33: “Poeira, um perigo para a Saúde Pública”.....	p.159
Figura 34: Mercado de São José dos Campos.....	p.159
Figura 35: Escarradeira.....	p.166
Figura 36: Vista aérea da geometrização do espaço que segregou doentes e sãos em São José dos Campos.....	p.167
Figura 37: Casas em estilo moderno.....	p.168
Figura 38: Sanatório V. Aranha.....	p.183
Figura 39: Bandeira de São José dos Campos.....	p.205
Figura 40: Réplica do avião Bandeirantes / Parque Santos Dumond.....	p. 211
Figura 41: Maquete da Família Sonda.....	p.212
Figura 42: Maquete do 14 Bis / Parque Santos Dumond.....	p.213
Figura 43: Pórtico de entrada do Parque S. Dumond.....	p.214
Figura 44: Arco Japonês na Praça Afonso Pena.....	p.215
Figura 45: Jardim japonês no espaço da Câmara Municipal de São José dos Campos.....	p.216
Figura 46: Um dos jardins japoneses do Parque Santos Dumond.....	p.216
Figura 47: Logotipo da cidade, 2004.....	p.217
Figura 48: Sanatório Vicentina Aranha.....	p.219
Figura 49: Busto do tisiólogo Néelson D’Ávila ofuscado por banca de revista.....	p.222

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Leitos hospitalares para tuberculosos no Estado de São Paulo	p.64
Tabela 02: Distribuição da população economicamente ativa (PEA) do município de São José dos Campos de 1920-70.....	p.87
Tabela 03: População rural e urbana e taxa de urbanização para a região do Vale do Paraíba e cidade de São José dos campos (1934-1960).....	p.114
Tabela 04: Variação percentual da população urbana, São José dos Campos, Vale do Paraíba (1934-1964).....	p.187
Tabela 05: Incremento censitário / cidade de São José dos Campos, 1950-80..	p.191

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Faixa etária dos joseenses em 2002.....	p.190
Gráfico 02: Tempo residência dos não joseenses na cidade.....	p.190

INTRODUÇÃO

Este trabalho enveredou pelos caminhos da história de São José dos Campos para entender um discurso propagado por seus moradores: o da falta de identidade da cidade. A idéia surgiu quando, numa agradável conversa entre amigos, o rumo da prosa foi encaminhando uma discussão um tanto familiar para os habitantes da avançada e tecnológica São José dos Campos. Discutíamos justamente essa questão: a identidade da cidade. Para a maioria dos debatedores, São José não tinha identidade. Esse grupo de pessoas não conseguia identificar marcas referenciais da cultura joseense. Aquela discussão tomou uma dimensão tão grande que os novos amigos que se juntavam ao grupo eram inquiridos pela inquietante proposição.

Esse assunto acabou me despertando a atenção. Sempre que podia levantava a questão e me deliciava com as respostas. Nas conversas informais ia montando um acervo de informações. Do arsenal de questões que vinham à tona surgiu a possibilidade de encaminhar uma pesquisa acerca do tema. Foi-se percebendo, em conversas, que essa questão era, não só recorrente, como também se pronunciava como um discurso gerado pelo senso comum, a ponto de se tornar tema de manchete do jornal Valeparaibano numa edição comemorativa do aniversário da cidade, em 27 de julho de 2004. Tendo essas formulações e a demanda do assunto como princípio é que se pensou em buscar entender o discurso que problematiza a identidade joseense.

Teria a cidade uma identidade? O que é identidade? Que fase histórica ajudou na caracterização identitária formulada pela composição social joseense? O passado sanatorial teria vínculos com a caracterização da identidade local? Tratamos de buscar, historicamente no tempo, os dispositivos que teriam supostamente

destruído os liames de identificação dos habitantes, desfazendo os suportes subjetivos da memória da população local e da identidade coletiva dessa cidade.

São José dos Campos é hoje um ambiente de fluxos e ritmos acelerados, de transformações constantes, cuja característica principal reside no crescimento do setor da produção industrial, de serviços especializados e de produção tecnológica. É considerada capital do Vale do Paraíba, por abrigar grandes indústrias de base e de ponta. Essa cidade, atualmente tão promissora, viveu, até o Império, mantendo uma economia acanhada em torno das pequenas e médias propriedades policultoras, que viviam, constantemente em crise (Papali, 1996). São José dos Campos não comportou os afamados barões de café do Vale do Paraíba. Constantes momentos de crise foram denunciados pelas atas da Câmara de início do século XX, que evidenciavam sérios problemas com dívidas, falta de estradas, saneamento básico e proliferação de doenças.

Nesse período, fortes mudanças ocorriam em algumas cidades brasileiras. Elas passavam a se modernizar esteticamente realizando grandes reformas urbanas. Longe de oferecer um quadro homogêneo, o processo de modernização das diversas regiões brasileiras compõe-se de histórias semelhantes, mas com profundas particularidades. A euforia modernizante do início do século XX fazia as cidades, inclusive as mais prósperas, se preocuparem com ataques periódicos das epidemias que dominavam toda a Europa. Em razão disso, a insalubridade se constituiu no principal problema urbano a ser enfrentado pelo Poder Público na Europa no transcorrer do século XIX, período em que a situação de fato se agravou.

Nesse momento, a política sanitária tornou-se o mais eficaz elemento ideológico capaz de motivar e justificar as reformas modernizadoras que transformariam a paisagem urbana de várias cidades em todo o mundo. Descobriu-se que as causas das precárias condições sanitárias estavam inseparavelmente ligadas

ao espaço construído. Por conta disso foram criadas leis sanitárias no sentido de tratar a questão da higienização da cidade abarcando também outras necessidades da época como o embelezamento e a racionalização do espaço urbano (Pechman & Fritsch, 1985).

A descoberta de que a insalubridade estava por detrás da crise que se desenhava nas cidades em franco processo de crescimento levou à fundação da urbanística moderna. O poder público, juntamente com o Estado, tentava livrar as grandes cidades do fantasma das doenças apoiando-se nos ideais modernizadores de higienização, embelezamento e racionalização, empresa que transcendia a competência do médico sanitarista. Tratava-se, em verdade, de planejar as cidades, de escorá-las em novos fundamentos, de submetê-las a novas formas de organização.

Inscrita em realidade histórica diversa, a modernização urbana de São José dos Campos, ao contrário das demais cidades que tentavam afastar as doenças do século, com o fim de tornar os espaços salubres, estava intimamente ligada ao bacilo de Koch. Prometia-se a cura dos doentes, atraídos pela forte propaganda sanatorial. Este espaço onde o doente devia ser ‘tratado’ precisava, a partir desse momento, também ser um local higienizado. Um local que, principalmente no caso da tuberculose¹, se apoiaria nos preceitos da higiene e da climaterapia.

Seguindo a tendência de medicalização e conseqüente modernização dos espaços, que vinha crescendo desde o séc. XVIII, na primeira metade do séc. XX

¹A tuberculose é uma doença infecto contagiosa causada pelo bacilo de Koch - nome este em homenagem ao descobridor do seu agente causal - que ataca tanto o homem como os animais. Sua forma de transmissão é através de gotas de saliva. Os bacilos inoculados são conduzidos pelos vasos linfáticos até os gânglios linfáticos. A afecção pode ser apenas aparente lesionando o gânglio pulmonar ou pode atingir vários órgãos, entre os quais o pulmão é o mais freqüente. Seus aspectos anatômicos são variados: dores torácicas, tosse, febre, emagrecimento, suores, etc. (Larrousse Cultural, V.23, p.5782, item: tuberculose).

teve início a fase Sanatorial em São José. Este período marcou tanto a organização espacial quanto a estrutura social do município com a introdução de novas profilaxias e meios de tratamento dos doentes tuberculosos.

A salubridade do clima e a exposição do doente a uma região de ar puro, tendo a higiene - do local e do paciente - como a principal aliada, passou a ser vista como a forma de se conseguir os melhores resultados no tratamento da tuberculose. O novo conceito profilático fez surgir a instituição sanatorial, pensada como o recurso mais moderno para tratar do bacilo de Koch. Na esteira desta empreitada, o espaço joseense foi se modernizando.

No início do século XX a cidade se caracterizou por um grande fluxo migratório de tuberculosos vindos de cidades como São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, esta última, capital federal na época. Os tísicos se dirigiam para São José dos Campos devido, principalmente, à crença do poder afamado do clima da cidade que curava. Amparada na doença, a cidade passou a ser conhecida como “Cidade Esperança”. Esta crença era principalmente fundamentada em uma idéia muito difundida pela medicina do século XIX que acreditava nos efeitos terapêuticos do clima sobre algumas doenças.

Como compreender a vocação sanatorial de São José dos Campos? Como entender o título conferido à cidade de Estância Climática, que alojava, na contramão da história, os tuberculosos que as outras cidades não queriam por perto? Como entender as relações de convívio social numa sociedade composta maciçamente por tuberculosos?

Ao mesmo tempo em que São José se tornava sede sanatorial recebendo, em 1935 o título de Estância Climatérica e pólo secundário de cura da tuberculose, surgiam grandes impasses para o poder local administrar: como adotar medidas

sanatoriais e higienistas, tão propagadas no momento, sem, contudo, eliminar definitivamente a engrenagem que viria abastecer essa grande indústria tipicamente joseense, o doente tísico, sabendo-se, inclusive, que a cura da doença abalaria as bases do projeto econômico idealizado? Como estimular demandas de trabalho em território altamente contagioso? Como estabelecer vivência com pessoas vetores de contaminação? Como manter uma imagem da cidade desvinculada da doença, após o boom sanatorial? Como eliminar da memória a identidade que estigmatizou os espaços da cidade e a vida dos seus moradores?

Para entender a todas essas questões temos que vasculhar a história do município. Sabe-se que o projeto sanatorial joseense foi elaborado forjando condições do clima e potencialidades naturais da cidade. Essa história se inscreve num cenário que sustenta os limites da aproximação e da distância. Num primeiro momento, quando a perspectiva sanatorial se configurava nos parques horizontes da cidade, estabelece-se uma associação. De um lado, o poder local, alicerçado no projeto sanatorial - que viria resolver em parte o problema da crise financeira do município -, daria força aos representantes da municipalidade no momento, sobretudo aos comerciantes. Os médicos sanitaristas, por meio da composição de um grande laboratório humano, aliados à causa pública, teriam, em São José dos Campos, um inesgotável campo de trabalho. De outro, os doentes se configuravam como os agentes dinamizadores da proposta e antídotos da crise joseense. Nessa composição, os moradores da cidade se apresentaram ora a favor da proposta, ora contra ela.

A fase industrial, que se engendra em pleno contexto de fim da fase sanatorial, se fortaleceu, a partir de 1950, com a inauguração da rodovia Presidente Dutra que interligou os dinâmicos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A embraer, o CTA e o INPE vieram confirmar a vocação esboçada em 1950. Os novos planos urbanísticos da cidade passaram a ter como princípio o acolhimento não mais de

doentes, mas de indústrias e empresários a fim de investir no município. Atendendo às demandas desse novo empreendimento, a paisagem joseense se remodelou para adequar a cidade às novas iniciativas. A partir de 1960, o conceito da cidade que vivia da doença passou a mudar. Esquecer o passado sanatorial e apagá-lo no desenho da cidade passou a fazer parte da política municipal.

Tomando como base o processo histórico de São José dos Campos, entende-se que o conceito que os habitantes têm da falta de identidade da cidade possivelmente esteja fundamentado no período de passagem da cidade sanatorial para a cidade industrial. Nosso recorte temporal situa-se, portanto, na transição da fase sanatorial para a fase industrial, correspondendo o período que vai de 1900 a 1960. Essa delimitação, a priori, não nos impede de transitar além da demarcação temporal, já que foi o presente que nos forneceu subsídios para entender as marcas que o passado deixou no conceito que os moradores têm da cidade.

Com relação à condução da questão, é bom deixar claro que, como forasteira que sou tento refletir, socialmente posicionada, sobre o discurso da falta de identidade da cidade. Logicamente, como estou inserida na dinâmica histórica, essa percepção se dá a partir de problemas colocados pela minha própria vivência, carregada, inerentemente, de subjetividade. Mas, nem por isso, esse entendimento deixa de ter validade. Simplesmente diz respeito a uma forma de encarar o problema e buscar entendê-lo.

Quando cheguei a São José dos Campos, em 1996, compartilhava da mesma idéia quase unânime dos imigrantes recém chegados à cidade. Senti algo diferente no ar; sensação que acreditava ser comum a todos migrantes recém-chegados. Tudo na cidade me parecia impessoal, sem história, quase que montado. Como historiadora, me incomodava não enxergar rastros do seu passado em seu desenho urbano. Tentava justificar aquele incômodo como algo particular. Talvez fosse

problema de adaptação, tentava explicar! Aquela minha impressão foi sendo endossada pelos amigos, quando a conversa enveredava pelo tema da identidade da cidade. Percebi que a questão causava efusivas discussões.

Fui percebendo que as tentativas de explicação eram sustentadas por múltiplas idéias de identidade. Essa constatação levou em consideração o axioma que concebe a sociedade inseparável do indivíduo. Cremos que seria uma tarefa quase sobre-humana tratar da questão sem essa cumplicidade com o tempo e sociedade a que o sujeito compartilha.

A própria subjetividade é esclarecida na medida em que desempenha um certo papel na estrutura social. O sentido, reforça Manuel Castells, “só tem sentido fora de si mesmo. Mas, este ‘fora’ só pode ser a produção de um efeito socialmente identificável e, portanto, inserido num quadro pré-definido” (Castells, 1983: página). Foi em função desse entendimento que pude inferir sobre a minha percepção. Ela era o produto de um processo de desconstrução da identidade de um indivíduo da pós-modernidade (Hall, 2003, Harvey 1992), da alta-modernidade como sugerem outros autores (Giddens, 2001) ou da modernidade líquida (Bauman, 2003), amplamente traduzido, carregando conceitos fixos e imutáveis de uma sociedade que tende rotular e enquadrar comportamentos.

Todos os autores citados no parágrafo anterior, apesar das formas particulares de entendimento, trataram as mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XX, tendo como princípio o fenômeno da “globalização”. O sujeito centrado e unificado da modernidade está sendo descontinuado e desencaixado, rompido e fragmentado e encontra-se cada vez mais fluido. O processo de globalização, que atua em escala mundial, transpõe fronteiras regionais, integrando e conectando comunidades em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo cada vez mais interconectado (hall, 1997). A condição pós-

moderna coloca em questão uma pluralidade de estilos, de crenças, de pertencimentos e de caracterização cultural, colocando em permanente questionamentos as forças da tradição (Giddens, 2002).

Entendi esse fenômeno quando transpus as minhas fronteiras culturais que me asseguravam, no espaço da minha cidade de origem, aos elementos referenciais da minha identidade. Essa clareza, obviamente, só foi permitida, à luz do meu contato com a pluralidade. Viver em São José dos Campos me possibilitou transpor limites e ampliar conhecimentos e dimensões de uma perspectiva particular. Pelas leituras de Hall, ficou nítida a historicização do conceito de identidade. Giddens mostrou-nos o comportamento reflexivo do sujeito da modernidade. Bauman nos fez entender a inconstância das identidades modernas e Taylor mostrou-nos como as identidades se constroem cotidianamente.

De fato, à medida que fui conhecendo a história da cidade, suas ruas, seus moradores, surgia a suspeita de que ali havia algo de inconfundível, de raro, talvez até de magnífico; senti o desejo de revistá-la. Percebi que ela possuía um carregado invólucro de símbolos, que só o conhecimento sobre ela permitiria saber o que contém e o que esconde. Como sugeriu Ítalo Calvino, "de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas" (Calvino,1990: 44).

Quando formalizei o estudo e o apresentei como tese ao programa de Pós Graduação em História da PUCSP, preocupava-me em não conseguir literatura suficiente para fundamentar minha proposta teórico-metodológica. O ingresso ao curso de doutorado me fez entrar em contato com leituras que propunham discutir problemáticas levantadas no desenrolar da investigação. Temia me aventurar em novos territórios disciplinares e teóricos e ser traída pelo próprio cerne do sistema de pensamento. Resolvi arriscar! Tal foi minha surpresa ao perceber que tudo aquilo

que elaborava, na minha visão, de forma arriscada, era justamente objeto de análise de vários estudiosos. Constatei a existência de uma epistemologia estética sistematizando o olhar sobre o urbano.

Num intercâmbio de idéias e linguagens fui me inteirando das discussões. Entendi que meu estudo estava ligado a uma hermenêutica urbana. Pretendia ver a cidade tangível e intangível, interpretar os modos de pensar, de sentir e de agir; entender as paisagens reais e virtuais do espaço urbano. Procuramos, neste olhar, entender o discurso de falta de identidade da cidade de São José dos Campos. No nosso entendimento, encontraríamos, na história da cidade o significado desse eco no passado joseense.

Tentamos entender como se processou a elaboração de dois enunciados, em específico. O primeiro refere-se àquele que preparava São José dos Campos para se tornar uma grande referência no tratamento da tuberculose, a partir das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX (até 1940), período que corresponde ao auge da fase sanatorial. A outra dimensão do discurso, que vai de 1950 aos dias atuais, explica a cidade a partir da evidência do presente.

O primeiro enunciado inscreve-se num momento em que o Estado se amparava num discurso de proteção do espaço, eliminando doenças. A saúde interveio de forma concreta nas cidades que se forjavam e cresciam através do discurso e das práticas urbanísticas. A política sanitária, que passou a dominar grande parte do debate urbanístico internacional no final do século XIX, se inseriu num momento de surgimento da grande cidade, marcada em seus primórdios por precárias condições de saneamento e assolada sistematicamente por epidemias.

Nossa discussão baseou-se no entendimento do processo de produção de um discurso buscando a questão da representação simbólica e da forma como ele se

materializou na construção dos espaços sociais especificamente percebidos na cidade. Como se trata de investigar um enunciado, buscamos entender como funciona a estrutura de um discurso e como ele se perpetua na sociedade, baseando-nos em estudiosos da questão. É importante esclarecer que não pretendemos conduzir o tema a partir do referencial teórico metodológico da Análise de Discurso (AD). No entanto, em alguns momentos nos apropriaremos da estrutura do discurso apenas como forma de entender o funcionamento da linguagem em que o discurso se estruturou.

A nossa preocupação consiste, sobretudo, em entender a produção de um discurso, em particular, o que problematiza a identidade da cidade de São José dos Campos. Para refletirmos acerca da produção desse discurso, foram importantes as teorias de estudiosos como Pêcheux, Foucault, Bollème, Orlandi e outros. Apesar da heterogeneidade de análise desses autores, uma noção lhes congrega: o discurso regado pelas questões de espaço e tempo. Os autores entendem que os efeitos materiais da língua estão circunscritos na história. Por conta disso, estabelecemos algumas articulações entre eles respeitando, ao mesmo tempo as particularidades de cada um.

Foucault, por exemplo, não tem como propósito discutir a materialidade lingüística. O discurso, para o autor, não é visto como conjunto de signos que remetem a conteúdos ou representações, mas como práticas que cria essas coisas. O discurso é um conjunto de enunciados que designam e produzem as coisas. O conceito foucaultiano de discurso, como observou Gregolin, “pressupõe, necessariamente, a idéia de prática discursiva” (Gregolin, 2004:94). Práticas discursivas, segundo Foucault, são “regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que determinam numa dada época e para uma determinada época, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 1986:133). Foucault considera o lingüístico como uma

articulação entre o poder e o saber, inserindo o discurso no interior de uma “ordem” (Sargentini, 2006).

Para Pêcheux, fundador da Análise de Discurso, as condições de produção distinguem o texto do discurso. O discurso, sendo expressão da relação língua/ideologia, explicita as relações entre sujeito, linguagem e história (Gregolin, 2005). A linguagem, segundo o autor, está materializada na ideologia e esta se manifesta na linguagem. Pêcheux concebe o discurso enquanto efeito de sentidos, em que o enunciado oferece lugar à interpretação (Lima, 2004).

Em Foucault, o enunciado também não é equivalente à frase, à proposição ou ao ato de fala. O enunciado é uma função de existência que pertence aos signos, mas não, necessariamente, aos signos lingüísticos. Já o enunciado em Pêcheux é qualquer unidade descritível passível de interpretação. Bollème acrescenta que discurso é um argumento político particular, de grupos, categorias ou classes sociais, modelado retoricamente sobre o povo e para o povo, adquirindo, conforme seu poder de convencimento, um caráter popular (Bollème, 1988:30).

Para Orlandi, o discurso é o momento, instância de produção e explicitação da linguagem, a qual é social. O discurso é efeito de sentidos possíveis que se constrói(em) na vida de relação (no embate, na troca, na apropriação entre interlocutores). Concordando com Pêcheux, Orlandi reforça que o discurso é produção de sentido em sua materialidade, confrontando o lingüístico, o histórico e o ideológico (Orlandi, 1983). Resumindo, podemos dizer que, para Orlandi e Pêcheux, o caráter ideológico do discurso é fundamental. Para Foucault, poderíamos dizer que o ideológico é transcendental (Lima, 2004).

Embora não nos apoiemos no instrumental teórico da Análise de Discurso, o entendimento dessa dimensão nos permitiu apreender as diferentes formas de dizer,

de fazer sentido ou de enunciar. Tentamos entender a produção de discursos nas relações de troca, na apropriação ou no embate entre os interlocutores da cidade de São José dos Campos. Como o discurso não é apenas expresso na sua forma lingüística, investigamos outras maneiras de evidenciar a materialidade desses discursos. Entrelaçando as diferentes formas de enunciação, a paisagem da cidade passou a fazer sentido, assim como as falas oficiais ficaram mais inteligíveis. As fotografias² revelaram dizeres e até mesmo o silêncio se pronunciou. Procuramos, enfim, evidências de tempos passados e vividos inscritos nos vários espaços que a cidade comporta: sociais, lingüísticos e políticos.

O discurso que propomos analisar está inscrito num tempo (início do século XX) e num espaço (o da cidade de São José dos Campos) definidos, uma vez que o discurso, para poder existir, deve estar ligado a uma função enunciativa e esta função tem, intrinsecamente, relação com o tempo da fala. Isso quer dizer que deve ser produzido em um lugar institucional, determinado por regras históricas que definem e possibilitem que ele seja enunciado. Entende-se como discurso as diferentes formas de enunciação que vão além do texto escrito ou da fala. O discurso que vamos perseguir abarca o conceito de enunciado na acepção de um conjunto de signos em função enunciativa e será desta forma que iremos desenvolver a análise (Gregolin apud. Sargentini e Barbosa, 2004: 26).

Objetivamos estudar a fase sanatorial buscando as relações da cidade com seus habitantes (médicos, doentes, população da cidade). Essa relação nos permitiu entender o campo de conflito identitário que se estabeleceu no alvorecer da cidade industrial. Perscrutamos a produção de discurso em torno da doença utilizado por diversos interlocutores: pelo Estado, pela cidade de São José dos Campos, pelos médicos, pelos doentes e pelos moradores da cidade.

² As fotografias foram utilizadas no capítulo IV apenas como recurso complementar à análise e não como fonte iconográfica.

Como investigamos esse universo instrumentalizado pela questão da identidade, tentamos nos familiarizar com a historiografia que trata do tema. Foi importante entender, por exemplo, o que é identidade? Existe identidade fixa? Quem formula as identidades? Quem diz o que sou e o que não sou? Essas são algumas das questões prementes da atualidade. Vários termos surgiram com significados particulares para conceituar identidade. Pela sua própria natureza intangível e ambivalente, a identidade está sendo amplamente discutida. O conceito iluminista de identidade, que reforça a estabilidade e segurança identitária do indivíduo, é atualmente reformulado.

Zygmunt Bauman (2005) fala em *Modernidade Líquida*, projetando-nos num mundo em que tudo é ilusório, onde a angústia, a dor e a insegurança causadas pela “vida em sociedade” exigem uma análise paciente e contínua da realidade e do modo como os indivíduos são nela inseridos. Por conta da inconstância do viver em condição moderna, temos a sensação de desorientação.

Charles Taylor (1997: prefácio) entende por identidade moderna o conjunto de compreensões (sobretudo articuladas) do que é um ser humano. Consideram-se os sentidos de interioridade, liberdade, individualidade, tão familiares ao Ocidente moderno. A identidade, que tem a ver com a individualidade, com questões acerca do que torna a nossa vida significativa ou satisfatória, leva-nos às questões morais, padrões rígidos de enquadramentos exigidos pelas sociedades humanas. Isso quer dizer que a identidade e a moralidade são coisas relacionadas e que “é praticamente impossível à pessoa humana prescindir das configurações” (Taylor, 1997: 43). É nesse sentido que Taylor define o ser humano como sendo um *self* que se move num certo espaço de indagações, em busca de uma orientação. O *self* é em parte constituído por suas auto-interpretações que, por sua vez, não são totalmente explícitas.

Se a nossa identidade tem vínculo com a configuração, uma parte da resposta à nossa interrogação de “quem sou eu” tem orientação histórica. A identidade assumiu orientação complexa e multifacetada. Cada um responde à pergunta “quem sou eu” a partir da posição em que se encontra o interlocutor, emaranhado em orientações sociais e morais. A identidade nos dá orientação, nos dá sentido às coisas, e nos permite definir o que é e o que não é importante para nós. É dessa forma que entendemos a identidade como um discurso da sociedade que se define a partir da demanda da re-construção. Em função dessa demanda de constante re-construção, a cidade de São José se fez sanatorial e, da mesma forma, se tornou industrial. O sentido dessas identidades ou dessas narrativas da sociedade joseense só pode ser conferido pela história dessa cidade.

Como a memória social tem direta implicação com a formulação das identidades, a questão da memória passou a ter importância para as nossas formulações. Memória e identidade são dois dos termos mais frequentes no discurso público contemporâneo. A noção de identidade não faz sentido sem a idéia de memória e ambas associam-se à inserção dos indivíduos na sociedade, bem como as suas reivindicações específicos e particulares. Identidade e memória são termos que compreendemos associados ao tempo e ao espaço das sociedades propiciando bases históricas e territoriais específicas.

Para a compreensão de memória, utilizamos algumas das contribuições deixadas por Halbwachs em sua análise sobre memórias coletivas. Halbwachs afirmou o caráter social da memória quando argumentou que, quaisquer que sejam as lembranças do passado que possamos ter, elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória (Halbwachs, 1990). Segundo o autor, indivíduos não se lembram por eles mesmos. Para lembrarem, eles necessitam da lembrança de outros indivíduos, para confirmarem ou negarem suas lembranças, que por sua vez estão localizadas em algum lugar específico no tempo e no espaço.

Como seu conceito de representação coletiva tem inspiração em Durkheim, ele pensa a memória a partir de um somatório de representações sociais e não de representações individuais. O trabalho de Halbwachs nos permite compreender que os lugares da memória podem estar fixos em pedras, monumentos e construções arquitetônicas, mas também presentes em rituais e comemorações. A memória é adquirida à medida que o indivíduo toma como sua as lembranças do grupo com o qual se relaciona: há um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros indivíduos (Halbwachs, 1990). Assim como Nietzsche, Halbwachs concebe a memória a partir do processo de lembranças e esquecimentos. Para os dois, o passado é sempre reconstruído de acordo com tensões, normas e situações do presente.

Os dois autores acreditavam que a construção e manutenção da identidade baseiam-se na memória e no esquecimento. O esquecimento, na teoria de Halbwachs e Nietzsche, é visto de forma positiva como prática da construção das identidades pela memória. Não se constrói identidades sem memória. A memória pode ratificar ou retificar uma identidade. Sem memória de si, a identidade não tem fundamentos para se comportar no grupo. Sem memória de si, não é possível identificar nem tão pouco diferenciar. Isso significa que a memória não é um atributo ou capacidade isolada de um indivíduo, mas uma construção social (Nietzsche, 2005).

Como vamos discutir identidades, da cidade e da contemporaneidade, Antony Giddens nos deu suporte teórico para entender a complexidade da vida pós-moderna. De acordo com Giddens, "cada um de nós não apenas 'tem', mas vive uma biografia reflexivamente organizada em termos do fluxo de informações sociais e psicológicas sobre possíveis modos de vida" (Giddens, 2002:26). Foram também de igual valor as leituras de Stuart Hall e Zygmunt Bauman, que nos forneceram fundamentos teóricos para argumentar em torno das mudanças pelas quais o sujeito e a identidade são conceptualizados no pensamento moderno. A leitura de Hall se

mostrou imprescindível para se compreender que a crise da identidade moderna, tão falada e professada, inclusive por grande parte da população joesense, não passa do resultado da substituição das velhas identidades por novas identidades.

Foi inclusive através de sua leitura que comecei a reformular as idéias e construir novos saberes sobre as marcas de identificação. Minha primeira impressão sobre a cidade de São José era, para mim, justificável! Até então, tinha em mente o conceito de identidades antigas, estagnadas. Como observou Hall, as antigas identidades deram espaço a novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno. Ou seja, "as idéias modernas estão sendo desconcentradas, isto é, deslocadas ou fragmentadas" (Hall, 1985: 7-8).

No momento em que percebia a dialética do local, constatava a evidência da autodescoberta. Senti o quanto era importante rever meus conceitos sobre identidade. Giddens me esclareceu que a relação entre a modernidade e a dúvida radical é uma questão que, uma vez exposta, não é inquietante apenas para os filósofos, mas é existencialmente perturbadora para os indivíduos comuns.³

Como historiadora, senti necessidade de investigar o passado dessa cidade e as razões históricas da suposta falta de formas identitárias explicadas através da dinâmica pela qual São José se organizou, certa de que "a cidade não conta o seu passado, ela o contém" (Calvino, 1999:14-15). Propus-me a interpretar a cidade indo além dos simples lugares comuns e das generalidades. Iniciei a investigação a partir de suas origens, valendo-me da sua história e de seus habitantes. Ver a cidade, viver na cidade e viver a cidade se tornava, essencialmente, um problema de relações. A cidade se constitui um paradigma cultural. Não se trata apenas de lugares habitados

³ A crise nos anos 70 foi acompanhada por grande movimentação intelectual no terreno das ciências sociais, quando novos paradigmas apareceram como sintomas e resultantes das transformações na economia mundial. O mundo pós-moderno é palco de alguns dilemas, originados do próprio processo de globalização.

e edificados, com formas, ocupação, técnicas, monumentos que representam a sua memória histórica. A cidade é um complexo cultural que revela os seus habitantes, os seus problemas, a sua mentalidade e suas expectativas coletivas.

Concluimos que São José dos Campos se constituiu como uma cidade de forasteiros. Essa é a sua identificação. O projeto hegemônico se baseou justamente na atração dos forasteiros. A primeira intenção foi a de atrair os doentes da tuberculose; entretanto, a maioria desses cidadãos em potencial foi eliminada pela pequena porcentagem de cura. Outros tantos, curados, retornaram para suas cidades de origem. Uma pequena parcela, já estabilizada, manteve-se fiel à cidade que a acolheu. A segunda tentativa foi com a gestão do projeto industrial que, entretanto, pelas leis do mercado, dinamizava uma renovação de pessoal, reforçando o caráter transitório e flutuante dos habitantes, impedindo, mais uma vez, a sólida fixação da população local.

Nosso assunto tem como pano de fundo a doença. A “doença”, à luz das Ciências Sociais, tornou-se um importante campo de pesquisa, enfocada a partir de múltiplas abordagens analíticas. A tuberculose, em particular, transformou-se num importante objeto de investigação para se entender, por exemplo, não só a história da saúde e da doença, como também as intervenções do Estado no espaço a partir das medidas de controle epidemiológico e as representações do doente e da doença no imaginário social. No nosso caso, analisaremos a doença a partir de suas implicações nas relações sociais já que foi através dela que as identidades foram marcadas.

Propor uma discussão sobre a questão da representação social e da forma como se materializou na construção dos espaços sociais especificamente construídos na cidade são objetivos a serem perseguidos. A discussão em torno da representação social diz respeito à prática que produz cultura, que gera significado. De acordo com

Hall, o significado não se encontra nas coisas propriamente ditas, mas nas práticas e processos simbólicos através do qual a representação, o significado e a linguagem operam.

Também nos apoiamos na noção de representação de Marcel Roncayolo, que deixa claro os limites dessa proposta. Para o autor, não se trata de um puro reflexo do substrato econômico e social. A representação é ativa e não apenas "diz" a cidade, como "faz" a cidade. Trata-se de uma complexa elaboração simbólica, onde urbanismo e arquitetura podem ser pensados como parte de uma História da Cultura, entre o material e o simbólico.

A busca dos diferentes espaços e papéis dos sujeitos historicamente construídos conduziu a investigação, propondo-se uma discussão sobre a invenção da sociedade joesense. À primeira vista, essa proposta pode causar uma inquietação ao leitor. Robert Moses Pechman prontamente esclarece o que seria “inventar a cidade”:

dizer do amontoado de casas, templos, monumentos, fortalezas, que são uma cidade, dar-lhe um sentido, traçar-lhe um destino. Trata-se de dar a essas formas físicas um enquadramento numa teia discursiva, de maneira tal, que a dureza da pedra não se reconheça mais na alma mineral, mas somente na fluidez do discurso. Injetar alma — significados — na cidade é transformá-la em objeto, é possibilitar o processo de invenção social, é abrir um sulco para o trabalho do historiador (Pechman, 1997: 101-107).

O autor dá pistas de como pode o historiador se relacionar com essa invenção para construir a cidade em objeto de sua reflexão. A concretude da cidade é resposta das ações políticas e sociais, dos discursos que sobre ela vão se constituindo. A cidade, portanto, dá suporte à legitimidade dessas práticas. Quando buscamos entender a cidade não nos referimos apenas ao lugar físico, mas ao lugar do entrecruzamento dos discursos.

Estudar a(s) cidade(s) implica estabelecer conexões de tipo variado com a própria experiência de viver em cidades. Conexões objetivas de moradia e trabalho

nos ligam às dimensões subjetivas. Laços afetivos tecem espaços, nos quais as lembranças compõem um acervo especial. O interesse pelo estudo da(s) cidade(s) procede com certeza de questões colocadas no presente.

Tentamos compreender as ações políticas adotadas como estratégia pelos grupos dominantes locais para se estruturarem economicamente e se manterem no poder, no início da primeira República. Busca-se entender os argumentos que justificavam a vocação sanatorial da cidade e entender, de que forma, a política sanitária, que tendia conter o contágio da tuberculose no Brasil, convivia, ao mesmo tempo, com a política de manutenção da sua "indústria de doentes".

Baseamos nossa pesquisa em diferentes tipos de fontes. Cada grupo de fonte pesquisado foi cuidadosamente tratado, atentando-se para as particularidades dos discursos e enunciados que traziam. As Atas da Câmara Municipal de 1909 a 1922 nos deram informações sobre projetos esboçados e planos urbanísticos pensados como forma de viabilizar as demandas econômicas e condições de produção da cidade.

A coleção de periódicos existentes na cidade enriqueceu a discussão. O *Correio Joseense* é o jornal mais antigo e mais completo até então existente na cidade. Seus exemplares correspondem ao período de 1920 a 1964, com uma lacuna no período de 1928, quando o diretor do jornal mudou-se temporariamente para a cidade de São Paulo. O jornal trouxe informações do cotidiano da cidade e dos seus moradores denunciando ações, comportamentos, criando valores. Entre 1905 a 1916 circulava, em São José dos Campos, o periódico *A Caridade*. De tendência filantrópica, o jornal, de edição limitada, convidava e persuadia os joseenses a abraçarem a causa da filantropia e da caridade cristã visando reunir forças para a captação de recursos para a criação de um hospital na cidade e para atrair empresários vinculados ao ramo da indústria.

Os Planos Preliminares e Diretores de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos são leituras obrigatórias por tratarem dos discursos e das efetivas ações da política pública tentando concretizar idéias, fomentando e mobilizando possibilidades. Os Anuários estatísticos do Brasil, contendo Censos demográficos de diferentes regiões brasileiras, em diferentes épocas são importantes documentos para análise da situação sócio-econômica joseense e da sua condição no cenário nacional.

A voz da cidade foi emitida pelos seis almanaques de São José dos Campos (1905, 1922, 1935, 1945, 1951 e 1954). Por meio deles pudemos observar uma cidade sendo formada, vimos projetos sendo pensados, assim como percebemos as condutas valorizadas de seus moradores. Os almanaques nos forneceram uma semiologia do tempo e guias necessários para entendermos a vida cotidiana dos moradores de São José dos Campos.

Valemo-nos também do material produzido pela Secretaria da Agricultura, Indústria e comércio do Estado de São Paulo, em 1940, sobre os “Aspectos do Vale do Paraíba e do seu reerguimento no governo Adhemar de Barros”, organizado por Caio Dias Baptista, chefe do serviço de melhoramentos do Vale do Paraíba. Essa fonte traz dados importantíssimos sobre os aspectos demográficos e econômicos, assim como físicos da bacia do Vale do Paraíba. Registra também as possibilidades agrícolas da região e a ação do governo Adhemar de Barros em face dos problemas locais. Contém um estudo sobre o rio Paraíba, da sua condição de navegação e do seu aproveitamento hidroelétrico.

O material produzido pelos memorialistas contribuiu sobremaneira para o descortinar de um período que, a primeira vista, parece nebuloso, mas que, aos olhos do leitor atento, embora envolvido passionalmente com o registro de suas vivências, abre frestas de uma história possível. Esses contemporâneos contaram histórias, relataram estórias, deixaram indícios de um discurso indireto, percebido pelo olhar emocionalmente envolvido, embora cuidadoso do observador. Viajantes, joseenses

de corpo e alma, carregando valores, hábitos e costumes de uma época, são representantes do seu momento, sujeitos do seu tempo. Suas impressões, apesar de totalmente parciais, são retratos imortalizados de seu tempo, envolvidos com sua origem, sua forma de encarar a realidade vivida, portanto, grandes coadjuvantes de uma cena passada.

Além dessas fontes, contamos com uma relevante bibliografia editada sobre a história da cidade, contemplando as diferentes áreas inter-relacionadas ao projeto, tais como as produções dos médicos. As fontes de época ligadas à questão das condições sanitárias, da higienização e da tuberculose na cidade foram fundamentais pra se entender a situação de São José dos Campos nas primeiras décadas do século XX. O Boletim Médico, editado entre 1933-35 e a tese de 1930 do estudante de medicina, João Ferraz do Amaral, que tratou da Inspeção Sanitária de São José dos Campos em 1930. Este trabalho foi apresentado como exigência da cadeira de Hygiene da referida universidade, e traz sistematizadas informações sobre as condições sanitárias da cidade.

Buscamos analisar a cidade a partir de seus significados históricos e políticos, pois se concebe a cidade como relação aberta entre espaço construído e organização política. Eis, portanto, o que a etimologia *polis* desejava exprimir. Richard Morse considera as cidades como "arenas culturais", que constituem um campo de significações, um contexto semântico que são, ao mesmo tempo, produto e produtor da ação dos sujeitos urbanos (Morse, 1970). Morse chega a uma noção de "contexto como consenso fundado pela atividade discursiva dos atores, em sua permanente atividade de significar as experiências de que participam. A cidade é, por isso, um campo privilegiado de observação desse diálogo, uma arena" (Idem).

O olhar que percorre as ruas de uma cidade visualiza páginas escritas: a cidade diz tudo o que deve pensar, faz repetir o discurso, e enquanto se acredita

visitar uma cidade, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes. Tive, quando cheguei em São José dos Campos, em 1994, as mesmas emoções reveladas por Marco Pólo, contadas por Ítalo Calvino em *As cidades invisíveis*. Diz assim o autor, sobre uma determinada cidade sem nome nem lugar,

repito a razão pela qual quis descrevê-la: das inúmeras cidades imagináveis, devem-se excluir aquelas em que os elementos se juntam sem um fio condutor, sem um código interno, uma perspectiva, um discurso. É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades como os sonhos, são constituídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam uma outra coisa (Idem: 44).

Assim como a cidade imaginada por Marco Pólo, São José me parecia, à primeira vista, uma cidade apagada, sem personalidade, colocada ali quase por acaso, sem marca, sem nome, sem identificação. À medida que fui conhecendo sua história, suas ruas, surgia a suspeita de que ali havia algo de inconfundível, de raro, talvez até de magnífico; senti o desejo de revistá-la, assim como Marco Pólo sentiu, ao conhecer Aglaura. Percebi que ela possuía um carregado invólucro de símbolos, que só o conhecimento sobre ela permitiria saber o que contém e o que esconde. Nessa investida, seguiremos o conselho de Marco Pólo ao poderoso Kublai Khan: "De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas" (Idem, *Ibidem*).

As questões sanitaristas são imprescindíveis para o entendimento do pensamento médico do momento, influenciando as políticas públicas, servindo como argumento para criar condições para que a sociedade recebesse a influência dos valores externos, relacionados às novas condições progressistas e modernas do momento.

Além dos discursos, as imagens, os bustos, a arquitetura, elementos constitutivos dos discursos materializados, forneceram subsídios para o encaminhamento do quarto capítulo. Essas fontes nos deram o suporte visual da simbologia historicamente construída ao longo dos anos na cidade. Esses recursos monumentais imortalizaram a idéia do que se queria construir. Os diversos bustos e sinais, alguns bastante discretos, criados na cidade de São José dos Campos, remontam às diferentes fases históricas passadas pela cidade.

Verificamos como o passado deixa significativas marcas no presente, a ponto de o identificarmos, mesmo quando se quer rejeitá-lo. Tentamos entender como a próspera cidade de São José dos Campos, situada na região do Vale do Paraíba Paulista lida com seu passado. Para essa cidade, moderna, industrializada, o presente ofusca, e até mesmo nega um passado histórico marcado pela doença.

Atualmente, muitas são as produções acerca da cidade de São José dos Campos. Objeto de análise de alunos de graduação e de pós-graduação, a história de São José tem chamado atenção dos pesquisadores de diferentes áreas. Historiadores, geógrafos, economistas, urbanistas, arquitetos são alguns dos especialistas que tiveram a cidade como foco de estudos. No entanto, a questão da identidade, salvo engano, não foi sistematicamente um objeto de interesse dos estudiosos. Embora bastante falada e comentada, a identidade da cidade reclamava um estudo mais aprofundado. Foi o que tentamos fazer.

Estruturamos o trabalho em três capítulos. Como a questão da identidade de São José dos Campos a partir da problemática levantada tem implicação com a doença, em particular com a tuberculose, sentimos necessidade de introduzir a questão a partir desse enfoque. O capítulo inicial, *São José dos Campos, a hospedeira da tuberculose*, traz uma discussão sobre a relação da doença com os

projetos sociais e políticos praticados pelo Estado no início do século XX. Visando controlar doenças, as políticas sanitárias nacionais acabavam controlando os indivíduos, considerados supostos agentes transmissores de doenças. Para os médicos sanitaristas, a causa da doença encontrava-se não nas limitações do próprio corpo doente do indivíduo, mas nos lugares e ambientes que ele circulava.

Dados médicos indicavam uma maior incidência de doenças infecto-contagiosas junto às classes populares. Essa evidência assegurou ao Estado providenciar a imediata cura dos espaços, estabelecendo a segregação dos doentes. Promoveu-se, com esse intuito, um amplo projeto intervencionista. A racionalização e remodelação do espaço pensada seguem os princípios de uma política modernizadora. A medicina, a engenharia e o Estado unem-se em prol do espaço saudável, moderno e funcional.

Estudos no Brasil revelaram mudanças significativas nos grandes centros urbanos nesse momento, dinamizando setores ligados aos serviços, à produção, à circulação de bens e, conseqüentemente, um considerável crescimento demográfico. O projeto planejou a modernização do espaço efetuado nas cidades portuárias e nos centros de produção de café também foram objetos de detida análise. O processo de modernização de cidades situadas fora do eixo de circulação e da produção, como o caso de São José dos Campos, não recebeu igual atenção dos historiadores.

A análise das representações sociais nos conduziu ao estudo da cidade como objeto de conhecimento histórico. Entendendo a representação como uma elaboração alegórica, que relaciona o material e o simbólico, não tem como pensar a cidade senão a partir da sua história.

No segundo capítulo, *Médicos e doentes na cidade que salva: o mito de Babel* percebemos São José virando um tubo de ensaio contendo diferentes

fórmulas. Muitos médicos, em função de sua importância no controle da moléstia, tornaram-se fortes políticos ocupando a prefeitura municipal por longo tempo. A cidade de São José foi palco de agudas divergências políticas e médicas, estampadas no Boletim Médico, periódico que representava a categoria, de ampla divulgação nacional.

Buscando curar doentes e principalmente a cidade, que ainda persistia com suas fortes características provinciais, os médicos procuravam, sem grandes sucessos, novos métodos profiláticos. Adaptar a cidade aos preceitos médicos, ditados pelas novas tendências de modernização era a grande meta higienista. Essas medidas impunham, antes da cura do doente, o tratamento dos ambientes e lugares sujeitos à infecção. O debate médico apresenta algumas controvérsias sobre a influência do clima no tratamento, mas era unânime com relação às idéias sobre as condições de higiene e salubridade do espaço. Atendendo aos interesses do contexto, a política pública resolveu empreender a racionalização dos espaços e assegurar aos médicos meios para curar a cidade.

A cidade que antes “acolhia” o doente conviveu, depois de se tornar Estância, com o paradoxo da aproximação e da distância. Apesar de o doente movimentar a economia da cidade, sua existência no espaço central incomodava à população, gerando uma forte política segregacionista. A segregação denunciava, sobretudo, a fragilidade da política sanitária local. O medo dos moradores era decorrente, em grande parte, da incúria das autoridades.

As prometidas medidas profiláticas que tranquilizavam a população quando da reivindicação do título de Estância, não passavam de um engodo. A ineficiência das autoridades sanitárias e a inobservância dos preceitos higiênicos e profiláticos deixavam a população desamparada. Se o discurso anterior das autoridades locais tentava atrair doentes e mostrá-los que a cidade de São José dos Campos era mais

indicada para o tratamento, agora o discurso é outro. Em fins da década de 40, alguns setores da sociedade se manifestaram declaradamente contra o projeto sanatorial. Alegava-se que o projeto tinha posto a cidade em perigo atentando contra a vida dos cidadãos josesenses. Enquanto a modernidade se instalava a cidade se dividia entre sãos e doentes.

No terceiro capítulo, *Identidade sanatorial: os silêncios da memória*, tentamos dar conta das problemáticas em torno do conceito de identidade. A análise fundamenta-se no conceito de Memória como atributo social. A memória social é um constructo que tem como base referências fixadas pela própria sociedade. Estudando trechos de discursos, material de propagandas produzidos pela municipalidade e a própria paisagem da cidade, percebeu-se uma tentativa de produzir uma memória que promoveu o apagamento da fase sanatorial e realçou a presente fase, industrial e aeronáutica. A cidade polifônica exhibe dimensões visíveis, tangíveis e ocultas, construindo-se a partir do que quer ser.

Por contingências da nova ressignificação do espaço e desconstrução da idéia ligada a um passado sanatorial, antigos bens arquitetônicos, artísticos e ambientais de uma época são apagados. Esse apagamento torna a memória coletiva opaca. Talvez essa questão responda, em parte, ao discurso da perda da identidade josesense. Talvez esses discursos, produzidos por sujeitos que vivem uma biografia reflexivamente organizada, seja resultante de estratégias interpretativas da própria existência humana em contexto pós-moderno.

CAPÍTULO I

São José dos Campos: Cidade hospedeira da tuberculose

A cidade, em primeiro lugar, é feita de pedra e de cimento, ou seja, dispõe de uma materialidade, constitui uma forma que se estende no espaço. Assim, o que vale para a sociedade (a cidade é um lugar onde as diferenciações se encontram ampliadas) vale também para o espaço: a cidade é um local de contraste e de disposição valorativa dos homens e das coisas. Em segundo lugar, as questões urbanas de hoje são também questões de organização do território social (Le Petit, 2001:74).

A história mostra-nos que a saúde pública sempre ocupou lugar secundário na política brasileira. De modo geral, os problemas de saúde tornam-se foco de atenção quando se apresentam como epidemias. Se essa é uma constatação da realidade atual, mais grave ainda era a situação no passado. Reportando-nos ao início do século XX, podemos, de fato, argumentar que as grandes cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que se embebiam das novas tendências, deixavam transparecer um caótico quadro sanitário. A presença de doenças graves acometia constantemente a população, como a varíola, a malária, a febre amarela e a tuberculose, mais conhecida como peste branca. A *Belle époque* brasileira, no quesito saúde pública, de bela não tinha nada.

Estudos recentes indicam que os dados estatísticos de início do século XX denunciavam uma grave epidemia de tuberculose no Brasil, evidenciando o descaso das autoridades (Ruffino-Netto e Pereira, 1981). As medidas de contenção das doenças, até então, ficavam restritas às ações dos médicos. Teorias como as do contágio e da infecção dividiam as posições médicas. Para os “contagionistas”, a infecção de doenças epidêmicas se dava pelo contato físico direto entre pessoas ou

por toque em objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os circundava (Chalhoub, 1996). Os médicos contagionistas recomendavam o isolamento dos doentes em hospitais estabelecidos em locais distantes da área central das cidades, evitando assim a propagação da doença.

Já os “infeccionistas” acreditavam que as doenças epidêmicas estavam ligadas aos “miasmas mórbidos” no ar ambiente, substâncias emanadas de águas estagnadas e de animais e vegetais em putrefação. De acordo com essa vertente médica, era remota a propagação da doença de pessoa a pessoa, pois a doença não ocorria propriamente por contágio. A abordagem infeccionista defendia que o indivíduo agia sobre o são ao alterar o ar ambiente que os circundava (Idem). Esses médicos “defendiam a eliminação das condições locais responsáveis pela produção das ‘emanações miasmáticas’ nas cidades por meio das intervenções saneadoras no meio urbano” (Follis, 2004: 65). Foram esses médicos, os “infeccionistas”, que “produziram o arcabouço ideológico básico norteador das reformas urbanas” (Idem, Ibidem).

Certos de que os micróbios é que eram os agentes causadores das doenças e não os homens, os infeccionistas colocaram todo o ambiente urbano e as classes perigosas nele presentes sob suspeita e constante inspeção (Chalhoub, 1996: 170). O Estado somente entra em cena quando as doenças infecto-contagiosas passaram a ser consideradas um grande "perigo social", e quando constataram que sua propagação estava diretamente ligada à salubridade do espaço.

A partir de então, o Estado se viu na contingência de utilizar meios que possibilitassem um controle maior das epidemias, embora o foco da atenção fosse os doentes, muito mais do que a própria doença (Berlinguer, 1988: 82). A luta contra as moléstias promovia a criação de centros de pesquisas para identificar

causas e estabelecer profilaxias. Com os trabalhos do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e com a ação da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, criados em 1920, passava-se a adotar medidas profiláticas, assim como a notificação da doença, o isolamento e a desinfecção. Baseando-se em técnicas coercitivas, a saúde passava a ser um dos mais eficaz aparato burocrático, personificado através das delegacias, inspetorias e postos de saúde. O Estado inaugurou, a partir daí, uma fase de maior intervenção no combate à tuberculose, contando com a diligente parceria de entidades filantrópicas.

É importante ressaltar que “a política de saúde não surgiu do sentimento humanitário ou da consciência social: a legislação sobre saúde e saneamento resultou de forças existentes na ordem econômica e social, no espaço urbano” (Vianna, 2004: 24). O espaço passou a ser tratado como determinante das condições saúde/doença. A saúde tornou-se, por sua vez, “prioridade a partir do momento em que se estabelece uma correlação inversa entre saúde e desenvolvimento econômico da nação” (Idem: 30-31).

Devemos entender que as políticas sanitárias no Brasil foram fruto das necessidades econômicas das classes dirigentes nacionais e do desenvolvimento do capitalismo internacional. Essa tese, no entanto, é vista de outra forma por alguns estudiosos. Uns acreditam que a saúde pública no Brasil não foi o dispositivo fundamental para reprodução de força de trabalho, dadas as características do Brasil à época. Outros situam as políticas de saúde como elementos cruciais para a expansão da presença do Estado na sociedade e no território brasileiro.¹

A descoberta do bacilo de Koch, em 1882, relacionava a contaminação da tuberculose a uma série de associações, tais como o clima, a higiene, a alimentação,

¹ Verificar essa discussão em: Vianna, Paula C. op. cit. p. 30-31.

o trabalho, os ares úmidos, as condições de moradia, a aglomeração de pessoas em um mesmo local. O controle da doença ligava-se ao controle do indivíduo, pois era ele o agente hospedeiro e transmissor da tuberculose. O indivíduo era acusado de passar adiante a doença, pois era ele o suposto portador do bacilo, no entanto, a causa da doença encontrava-se não nas limitações do próprio corpo doente do indivíduo, mas nos lugares e ambientes que ele circulava.

Tratado como um organismo, o espaço da cidade sofria as intervenções segundo os preceitos médicos. A intervenção dos médicos na vida urbana foi tão significativa que deixou marcas no vocabulário das cidades. Palavras ligadas ao corpo se inscrevem no vocabulário da cidade, tais como “inchar”, “coração da cidade”, “vias de circulação”, “trânsito congestionado”, “desafogar”, etc.

Nota-se que o discurso de contenção das doenças propagadas pelo Estado tinha um sentido que ia além das preocupações com a saúde pública. O início do século inspirava e, sofregamente respirava, a política de modernização que os ventos traziam da Europa. O crescimento das cidades, neste período, estava associado às transformações do país independente que procurava se inserir nos marcos internacionais do desenvolvimento do capitalismo tanto do ponto de vista das relações econômicas quanto pela incorporação de doutrinas, valores e modos de vida.

A transformação das relações de trabalho escravo em livre incrementou a expansão das cidades que necessitavam de crescente e complexa rede de atividades de comercialização e exportação, todas de caráter urbano. A construção e expansão de uma malha ferroviária tornava possível a interiorização da ocupação do território. Concomitantemente, ocorria uma expansão da demanda por bens de consumo e equipamentos. Tudo isso implementou uma rede de serviços e

melhoramentos urbanos. Ainda que a população permanecesse predominantemente rural, "foi a partir de então que as cidades começaram a funcionar como pólos de atração de mão-de-obra, das elites e de investimentos" (Lanna, 1996: 15).

A atmosfera capitalista conduzia melhoramentos geograficamente situados nos centros das grandes cidades. Água encanada, iluminação elétrica, rede de esgotos, sistema de telefonia, ampliação e limpeza das vias de circulação passaram a entrar no rol das emergentes polícias públicas. Estavam dadas, porém, as "condições de exercício da função enunciativa". A enunciação era clara: o espaço, agora moderno, deveria ser limpo, belo, salubre, dinâmico e eficiente para abrigar a produção da modernidade.

Adotando as tendências do momento, o país modernizava-se. As tecnologias utilizadas transformaram com rapidez a paisagem. Novas construções urbanas, serviços coletivos e uma organização maior do trânsito anunciavam mudanças no espaço. Sem que, contudo, houvesse transformações na organização econômica e cultural.

Ao mesmo tempo em que a cidade se enlevava dos princípios modernizadores trazidos da Europa, os dados médicos indicavam, de forma incontestável, uma clara evidência que contrariava os princípios da nossa modernidade: a maior incidência de doenças epidêmicas junto às classes populares. Nossas cidades apareciam nos relatórios médicos como um organismo enfermo que precisava de tratamento, tais como a limpeza, a ordem e a disciplina (Follis, 2004: 22-23). A cura foi prontamente providenciada. Os números da doença reforçavam o discurso médico que, por sua vez, respaldava o discurso do Estado, pronto para justificar suas ações intervencionistas.

O discurso esclarece o enunciado, revelando os sujeitos (Estado / pobres) e os espaços (público / privado) da linguagem dominante. A produção do discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam a conjurar toda e qualquer ameaça a esse poder. O modo de viver e as precárias condições de vida da população pobre tornavam-na suspeita. Em contexto capitalista, esse discurso fazia sentido. Em verdade, “o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador” (Chalhoub, 1996: 22). Essa idéia encontra ressonância num contexto brasileiro de crescente processo de industrialização e de crescimento demográfico (Rolnik, 1997: 158-62). Estava ligado, portanto, a uma iniciativa de adequação do Brasil às novas demandas do momento.

A nova ordem social impunha um espaço racionalizado, remodelado segundo os modernizadores princípios liberais. O espaço público, antes de ser bonito, tinha que ser salubre, permitir a livre e organizada circulação de pessoas e mercadorias. Argumentavam os higienizadores da época que a doença poderia destruir as bases dessa organização. As políticas de saúde adotadas visavam proteger os locais da ameaça representada pelas moléstias contagiosas. Várias foram as reformas urbanísticas realizadas com o intuito de deixar saudável o espaço social. Com esses propósitos, encontrava-se o motivo para afastar do centro das cidades os miseráveis e indigentes moradores que se alojavam em pobres casebres.

Não é por acaso que os verdadeiros diagnósticos do espaço urbano propunham intervenções cirúrgicas na paisagem, como a derrubada de casebres para favorecer a aeração e a eliminação dos miasmas, bem como a abertura de vias públicas. Nasce daí a busca de uma credibilidade científica para embasar a transformação da cidade. Neste sentido, todo o equipamento mental de uma época foi mobilizado para renovar os conceitos e modelar a ação sobre a cidade insalubre

que se queria transformar. Conforme notou Margarida de Souza Neves, “a ‘condenação’ das casas era, naturalmente, a condenação de seus habitantes, também identificados com o atraso, a sujeira, a doença, a feiúra, a barbárie” (Neves, 1994: 143).

A má distribuição de renda e a "pobreza" se mostravam como reflexos do capitalismo em pleno crescimento. A tuberculose, considerada doença dos pobres e operários, era também chamada de doença da civilização, pelo processo de crescimento desordenado e discriminatório (Apud. Gonçalves, 2000). As indústrias brasileiras, de modo geral, requisitavam mão-de-obra barata, que se acumulava em moradias insalubres nas periferias das grandes cidades (Almeida, 1994). Estes espaços, por sua vez, expressão da modernização, passavam a dinamizar a economia gerando novas atividades e, com elas, diferentes grupos sociais. As camadas médias, oriundas dos setores ferroviário, da construção civil e dos serviços urbanos, como empresas de energia, transporte, água, telefone, comércio importador, disputavam os espaços urbanos com os imigrantes, os empregados do comércio e os operários.

João Flório, médico responsável pelo relatório de inspeção sanitária do Estado de São Paulo, em 1944, registrava o número de estabelecimentos industriais em São José dos Campos. A construção civil aparece em primeiro lugar, seguido do setor de alfaiataria, olaria, oficinas de consertos e padarias (Flório, 1944: 26). Adequadas às novas exigências da modernização, as cidades recebiam mudanças segundo pressupostos ideológicos do momento, ligados, logicamente, aos interesses burgueses. O espaço urbano, agora dos negócios, que gerava, fazia circular e concentrar as riquezas, era também entendido como palco da circulação e proliferação das doenças.

A população nascente que se avolumava nas cidades e compunha um fluxo infindável de pessoas caminhando soltas pelas ruas causava pânico nas autoridades. Esse impacto visual, anunciador de uma nova cena urbana, punha em alerta a administração local, preocupada com a manutenção da ordem e com os efeitos desse expressivo trânsito populacional nos seus modernos centros urbanos.

Maria Stella M. Bresciani, tratando da difícil realidade dos bairros operários de Londres e Paris no século XIX, retrata, através de depoimentos literários, o inquietante movimento das multidões nas ruas destas grandes cidades e o “espanto, indignação, fascínio, medo” que essas populações causavam. A autora narra alguns momentos dessa cena:

milhares de pessoas deslocando-se para o desempenho do ato cotidiano da vida nas grandes cidades compõem um espetáculo que, na época, incitou ao fascínio e ao terror. Gestos automáticos e reações instintivas em obediência a um poder invisível modelam o fervilhante desfile de homens e mulheres e conferem à paisagem urbana uma imagem freqüentemente associada às idéias de caos, de turbilhão, de ondas, metáforas inspiradas nas forças incontroláveis para além de sua forma exterior (Bresciani, 2004: 09).

Na incursão que Bresciani faz das múltiplas imagens da sociedade elaboradas pelos homens do século XIX, um fato chamou a atenção: o espanto, indignação, medo e a geral preocupação ante a pobreza que a multidão nas ruas revelava de maneira insofismável. Reações que apontaram para estratégias de controle dessa presença desconcertante (Bresciani, 2004: 09).

O mesmo medo assolou o território brasileiro. O Estado, assessorado às determinações da saúde pública, que associava a doença à condição pouco higiênica das classes populares, voltava seu olhar para o pobre, considerado o principal vetor das doenças infecto-contagiosas. Não só por carregar consigo enfermidades, mas pela ausência de cuidados e, principalmente, por não ser

inserido na orla do trabalho. Era o que pensava Manuel de Abreu, o inventor da abreugrafia, em 1948. Dizia o médico que “as causas da elevada incidência da tuberculose no Brasil são: baixo nível de vida, ausência de educação sanitária e de profilaxia adequada” (Correio Joseense, 03/10/1948).

Por outro lado, os números também esclareciam que a tuberculose não escolhia classe. Distintos representantes dos segmentos das alas mais favorecidas também foram contaminados pelo bacilo. No entanto, dentro das condições impostas pela dinâmica capitalista de produção, o doente não tinha funções. Capaz de disseminar a doença pelas precárias condições de vida e higiene, os enfermos pobres tornaram-se perigosos e contagiosos para a sociedade saudável (Guillaume, 1988). Essa associação trouxe à tona a diferenciação e o repúdio social deste segmento. Rotulados como responsáveis por um tipo de mal social, eram obrigados a seguir as orientações profiláticas e abrir espaços para manter o bom estado de saúde da população.²

Quase providenciais, as descobertas médicas relacionadas à profilaxia de doenças infecto-contagiosas vinham de encontro com as necessidades da administração pública. Os idealizados projetos de modernização das cidades aumentavam ainda mais o controle e a manipulação do Estado sobre as camadas menos favorecidas da sociedade através, principalmente, das políticas sanitárias (Apud. Gonçalves, 2000). Os planos de transformação urbanística tentavam conter alguns males inerentes ao processo de modernização, tais como as moradias

² Em condições capitalistas, a medicina individualista do passado cedeu lugar às dimensões coletivas da atividade médica. O corpo, agora socializado enquanto força de produção, força de trabalho, fez com que o Estado adotasse procedimentos para melhor assegurar seu funcionamento. O Estado se apropriou da saúde para dominar os corpos. A condição da população que viria a se tornar força ativa da produção, preocupava o Estado. Zelando pela saúde e bem-estar físico da população, cuidava-se para manter reservas imperativas do trabalho, criando maneiras de elevar o nível de saúde do corpo social em seu conjunto (Foucault, 1986: 196).

insalubres, as construções que evitavam a livre circulação do ar, a perambulação de vadios e de mendigos (Follis, 2004: 30). Tentando curar os patológicos centros urbanos, os administradores das cidades modernas esboçaram uma autoritária política de higienização, embelezamento e racionalização dos lugares.

Essa política acolhia projetos de diferentes especialistas, tais como de arquitetos, de engenheiros civis e de médicos, desde que amparados aos preceitos racionais modernos. Juntas, essas categorias organizaram e trataram o espaço como determinantes das condições de saúde / doença (Vianna, 2004: 24). Foram essas categorias que deram à cidade a receita necessária para curá-la. Nessa empreitada, a responsabilidade do médico acabou por se estender além dos domínios da medicina. Era incorporado na sua competência o papel político-administrativo como forma de organizar medidas de controle da cidade.

Não se pretende aqui condenar a ação pública e seu projeto profilático. Cabe-nos apenas entender que essa política de higienização, embelezamento e racionalização dos lugares apenas atendia interesses demarcados pelas fronteiras do núcleo central das cidades e tinha como foco de atenção as camadas mais baixas da população. A intervenção municipal impunha um limite de ação que não permitia contemplar os outros lugares, mais especificamente, aqueles localizados na periferia do núcleo urbano em formação.

O poder público, atrelado à medicina, mesclava “o saber analisador e poder fiscalizador para intervir sobre o espaço social de modo a destruir ou transformar tudo o que, no meio urbano, é considerado causa de doença” (Apud. Vianna, 2004: 46). Políticas de saúde foram modificadas e a medicina passava a ser a grande aliada do Estado moderno, conferindo poderes e responsabilidades cada vez mais abrangentes. Neste contexto, vislumbrava-se a organização de uma política da

saúde. A doença, antes ligada ao âmbito médico, passava a ser considerada um problema político e econômico. Como enfatiza Foucault,

(...) o surgimento progressivo da grande medicina do século XIX não pode ser dissociado da organização, na mesma época, de uma política da saúde e de uma consideração das doenças como problema político e econômico, que se coloca às coletividades e que elas devem tentar resolver ao nível de suas decisões de conjunto (Foucault, 1986: 194).

A medicina, aliada às novas determinações do estado moderno, legislava em favor do bem social, controlando a infecciosidade e, conseqüente disseminação das doenças. Como não se dispunha de um medicamento específico para a cura da tuberculose, as terapias climáticas e o repouso absoluto eram os recursos mais utilizados. Os estudos reafirmavam: as más condições de moradia, a alimentação precária e o local inadequado de trabalho eram fatores importantes para a exposição ao bacilo de Koch e para o crescente adoecimento da população. Através de uma associação lógica, os menos favorecidos economicamente tinham maiores chances de contrair a enfermidade por viverem em condições precárias. Por esta associação, pobres e trabalhadores passaram a serem vistos como os principais agentes que contraíam e disseminavam as doenças.

Uma vez detectadas as grandes “chagas” que atormentavam o espaço moderno, as discussões no âmbito da medicina política deixavam claro que a educação higiênica era uma das soluções para a cura e profilaxia do organismo social e que a estrutura urbana, da forma como estava configurada, favorecia a disseminação da doença. De acordo com essas recomendações, não adiantava retirar o pobre do centro e deslocá-lo para a periferia, sem que tratasse de melhorar o nível de vida da população, que estimulasse a educação sanitária ou que desse condições para uma profilaxia adequada. A desorganização urbano-social, um dos grandes males da modernidade, era percebida como a grande causadora de doenças

e, portanto, devia ser combatida.

Nesta época, a saúde ou a falta dela, estampada na aparência do indivíduo, estigmatizava o corpo. O estado corporal aparentemente magro, fraco, pálido, "tuberculoso", denunciava a condição social de pobreza e de descuido, portanto, susceptível à doença. Paradoxalmente, o corpo frágil, exposto às doenças, fortalecia ainda mais as políticas de saúde e dava ânimo ao Estado a empreender com afincos políticas profiláticas de "cura" e de racionalização do espaço. A política sanitária, de tendência pedagógica, anunciava a imposição da saúde como um dever de cada um e como objetivo geral. O Estado moderno, responsável pelo crescimento canalizado das riquezas, também respondeu pela manutenção da saúde; em geral, visando, necessariamente, a saúde da força de trabalho (Foucault, 1986: 197). Com este intuito, foram criadas Posturas Municipais e normas de comportamento urbanas para disciplinar as populações crescentes. Tudo, logicamente, em prol do bem estar social.

Em nome desse atributo, legalizava-se não só sobre a vigilância dos indivíduos perigosos, mas caçavam-se os vagabundos e mendigos e condenavam-se os que não respeitavam as regras gerais de higiene. Neste contexto, a medicina adquiriu uma importância vital para a cura do organismo social. Imbuída dos princípios liberais, passou a se associar às leis do mercado na tentativa de organizar o corpo urbano, visivelmente adoentado. As políticas adotadas acabaram legitimando e justificando um gasto público que tendia a valorizar o interesse privado (Apud. Vianna, 2004: 65), acentuando o nítido contraste entre as desigualdades sociais urbanas (Wissenbach, 2001: 49).

A idéia propagada de que o espaço urbano podia provocar doença, formar e difundir fenômenos epidêmicos respaldou o Estado das primeiras grandes

emigrações dos moradores insalubres para a periferia da cidade. A crença de que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas e ser considerado um dos grandes fatores patogênicos, estimulou a ação pública no sentido de manter a sua qualidade. Fazer o ar circular e eliminar tudo o que o cercasse era, neste momento, o grande empreendimento do Estado. Visando a saúde do organismo social, o poder público não se coibiu frente à propriedade privada. Sentindo a necessidade de abrir longas avenidas, destruiu casas que barravam a circulação do ar e que retinham o ar úmido, dando abertura para a atmosfera da modernidade.

Para a medicina da época, o ambiente úmido, pouco iluminado e mal arejado propiciava a disseminação e a contaminação da tuberculose e de outras doenças. Estes locais e as pessoas que ali moravam eram vistos com descrédito, por constituírem focos de doenças. Nos ambientes de trabalho populosos, mal arejados e com pouca luminosidade, o operário era concebido como o receptáculo da doença causada, por sua vez, pelas péssimas condições do local. Os locais (de trabalho, de moradia), os objetos (maquinaria industrial) e o ar eram considerados tão pestilentos quanto a própria doença.

Os doentes, culpados e responsabilizados socialmente pelo modo de vida que levavam, principalmente por não adotarem os costumes de higiene e de alimentação preconizados pela medicina, eram justificadamente expulsos dos grandes centros urbanos. No entanto, nada foi feito para melhorar esse triste quadro. Na verdade, antes de conter a doença, o propósito era expulsar a população “ameaçadora”. Não ter condições adequadas de vida, morar nas periferias, nos cortiços e estar muito perto das doenças desprezadas e estigmatizadas, como a sífilis e a lepra responsabilizava os doentes pela saúde dos outros (Apud. Gonçalves, 2000).

O Estado era, portanto, salvaguardado pela medicina social urbana. Essa parceria amparou a administração local que se vê na competência de utilizar meios que possibilitassem um controle maior sobre os doentes, muito mais do que sobre a própria doença (Berlinguer, 1988: 82). Acudido pelo discurso médico, o Estado se sentiu respaldado para organizar os espaços, fiscalizar as pessoas e construir a norma familiar (Apud. Gonçalves, 2000). De fato,

a medicina urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência (...) A medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo (Foucault, 1986: 92).

Apoiada à noção de salubridade, surgiu a noção de higiene pública, técnica de controle político científico do meio (Foucault, 1986: 93). Medidas sanitárias visando o controle médico da população foram adotadas em prol da coletividade. Respondendo a essa campanha de prevenção de doenças, a população reagiu. A reação à imposição da vacinação obrigatória no início do século XX, no Rio de Janeiro, foi um dos efeitos dessa medicina social.

A medicina, atrelada a uma proposta higiênica e social de modificação dos costumes das classes populares acreditava poder combater os modos de agir e pensar frente à moral e à higiene. Aplicadamente "social", a medicina também tendia ser mais policiadora e normativa. Sua preocupação: intervir socialmente para o bem-estar geral, ditando modos e maneiras de vida saudável. À medicina era dada a competência e legitimidade de tratar a parte da cidade "adoecida".

As metrópoles transformavam-se ao mesmo tempo num espaço convidativo e ameaçador. O grande crescimento demográfico urbano levou à conseqüente

“necessidade de coordená-lo e de integrá-lo ao desenvolvimento do aparelho de produção, a urgência de controlá-lo por mecanismos de poder mais adequados e mais rigorosos” (Foucault, 1986: 198). A manutenção da saúde dessa população passou a se tornar pertinente como forma de assegurar a sujeição e utilidade da sua força de trabalho. As novas reformulações do espaço urbano trouxeram como justificativa a garantia da saúde do corpo social. “Delineia-se, assim, toda uma decomposição utilitária da pobreza, onde começa a aparecer o problema específico da doença dos pobres em sua relação com os imperativos do trabalho e a necessidade da produção” (Foucault, 1986: 196).

Nessa época, o ar era considerado um dos grandes responsáveis pelas doenças, daí a preocupação dos médicos com o arejamento da cidade. Projetos providenciais promoviam o alargamento das ruas e tentavam acabar com as possíveis fontes de contaminação do ar e da água. Outro objetivo da medicina urbana era reservar, no espaço urbano, uma área para praças, mercados, circulação dos transportes e animais, bem como locais para despejo dos dejetos humanos e lavagem de roupa, preocupando-se para que a água da fonte não fosse contaminada.

No Rio de Janeiro, o médico sanitarista Oswaldo Cruz, à época diretor-geral de Saúde Pública do governo de Pereira Passos, propôs uma reestruturação da cidade do Rio de Janeiro visando o combate a doenças epidêmicas e lançou campanhas sanitárias com repercussão nacional. A tuberculose, até então, não era uma preocupação estatal, ainda que, em meios não-governamentais, se colocasse a discussão se era realmente uma doença social e qual o melhor modo de combatê-la. Entretanto, o Estado, em vista do processo de industrialização, preocupava-se com a situação sanitária do Rio de Janeiro, sede da capital federal, frequentemente atingido por surtos de febre amarela, tuberculose, varíola e de peste. Enquanto as discussões giravam em torno de quem deveria adotar estas responsabilidades, foi a

elite médica que assumiu o papel, depois remetido ao Estado.

A cidade do Rio de Janeiro tornava-se um modelo de cidade moderna para o Brasil, assim como a cidade de São Paulo, uma referência nacional. A modernização da estrutura sanitária da cidade de São Paulo, executada pelo prefeito Antônio Prado e dirigida pelo dr. Emílio Ribas, objetivava efetuar o embelezamento e racionalização da cidade que foi transformada no principal centro articulador técnico, financeiro e mercantil do café. Os espaços públicos da metrópole do café foram modificados para se inserirem num contexto de funcionalidade relacionado com o modo de produção vigente. Suas transformações denunciam as classes que foram privilegiadas pelas mudanças, esboçando uma clara diferenciação social e uma evidente segregação urbana, como enfatiza Raquel Rolnik:

explosão demográfica do período, fruto principalmente da imigração estrangeira, por si só não explica a transformação da cidade: mais do que crescer e aumentar a complexidade de sua administração, São Paulo se redefiniu territorialmente. A emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais mudanças que ocorreram no período. A partir daí, a segregação urbana seria determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais (Rolnik, 1997: 28).

O espaço público paulista - agora iluminado a gás pela recém-instalada iluminação urbana, redesenhado com uma regularidade das fachadas e transformado em espaço de circulação exclusiva - foi redimensionado pela sociedade do café. Conforme observou Rolnik, “trata-se, porém, de um novo espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa. A partir deste momento seria uma das metas essenciais da política urbanística expressa na legislação” (Rolnik, 1997: 34).

Colocada em prática a política de limpeza social das ruas preservava-se a

saúde do espaço, protegia-se o mundo do trabalho e assegurava-se a manutenção da ordem social. Na carona da manutenção da saúde do trabalhador moderno e do próprio sistema gerado, o espaço foi sendo tratado e os moradores insalubres expulsos. Dessa forma, tratava-se parte da cidade adoecida. Tentando controlar a dinâmica do novo espaço que vai se configurando nas cidades, várias foram as propostas de intervenção escolhidas e executadas pela iniciativa privada e pelos poderes públicos.

Como vimos, o discurso da medicina, mais especificamente o da higiene e da saúde pública, se concretizaram como saberes urbanos típicos que discursaram sobre o corpo da cidade desde o século XIX. Conforme observou Giuliano Della Pergola, as cidades modernas

foram construídas tendo como base os paradigmas estéticos. Tinha-se a impressão de que a beleza da cidade, obrigatoriamente, tinha de passar também para seus habitantes. Os habitantes de uma cidade bonita não poderiam ser senão bonitos eles mesmos (Della Pergola, 2000: 83).

Não se pode esquecer que as intervenções urbanas estiveram ligadas ao processo de industrialização e à existência de uma economia forte de mercado. Os estudos geralmente revelam mudanças significativas ocorridas nos grandes centros urbanos, que dinamizaram setores ligados aos serviços, à produção e à circulação de mercadorias, estimulando, por sua vez, um considerável crescimento populacional. O mesmo processo é percebido pelos estudiosos ao tratarem as cidades portuárias e os grandes centros urbanos do Oeste Paulista, “que concentraram e orientaram sua economia para a produção de café, principal produto brasileiro de exportação da época” (Follis, 2004:27).

É considerável a produção historiográfica acerca do remodelamento

ocorrido nas grandes metrópoles brasileiras no início do século. Por outro lado, a produção acadêmica pouco se deteve sobre o mesmo contexto das cidades situadas fora do eixo de circulação e da produção, como o caso da cidade de São José dos Campos, localizada no Vale do Paraíba paulista. Como pensar o mesmo contexto tendo como foco história de cidades periféricas, pequenos núcleos distantes dos centros dinâmicos de produção cafeeira?

Antes, porém, de iniciarmos a nossa discussão, faz-se necessário alguns esclarecimentos. Têm-se como objeto de estudo as representações sociais em torno da identidade de São José dos Campos. Trata-se, portanto, do estudo da cidade. No século XIX, a cidade foi uma protagonista decisiva no processo de construção do Estado Imperial e se constituiu no alvo preferencial das idealizações e ações que tentavam atualizá-la tanto do ponto de vista funcional como estético (Marques dos Santos, 2000: 149-174). Embora muitos desses planos permanecessem no papel, neste momento se constituíram as bases, no campo das idéias, para as transformações radicais que só viriam nas primeiras décadas republicanas.

Justamente em função desse pressuposto, delimitamos nosso período de análise às primeiras décadas do século XX quando se delineavam projetos de uma sociedade moderna idealizada na mentalidade da população. No imaginário coletivo, a cidade era definida tal como deveria existir (Roncayolo, 2001: 268-69). O interesse de estudar a cidade também do ponto de vista da sua construção imaginária nos possibilita identificar as representações do espaço urbano real ou desejado. Seguindo as instruções de Marcel Roncayolo, não entendemos representações apenas como puro reflexo do substrato econômico e social. Trata-se de uma complexa elaboração simbólica, onde urbanismo e arquitetura também podem ser pensados como parte de uma História da Cultura, entre o material e o simbólico.

Tal perspectiva nos leva a pensar que a cidade, ela mesma e não apenas a sua história, é um lugar de intervenção plural, onde a racionalidade técnica e científica precisa estar acompanhada da sensibilidade dos artistas, da erudição dos pesquisadores e, principalmente, do desejo dos seus cidadãos (Kessel, 2001: 126). Procuramos entender a cidade a partir da produção dos discursos. Discurso, cidade e sujeitos, implicando histórias, constituindo significação. É esse o nosso foco para reflexão. Entendemos cidade como uma localização territorial que comporta um corpo social gerido por um aglomerado de instituições políticas e administrativas especiais.

O estudo da cidade nos leva ao estudo da sociedade, de sua história e de sua cultura. A materialidade do discurso mantém relação com a materialidade da história para fazer sentido. Se vamos ler a cidade como um texto, devemos buscar o sentido da cidade na própria materialidade do texto, ou seja, nos seus espaços, que nos dão oportunidade de compreender a produção de sentidos, sua estrutura, funcionamento e processos de significação.

Busca-se mostrar os mecanismos de significação que prendem a textualização de processos discursivos em São José dos Campos, em dois momentos específicos: o momento sanatorial (1900 - 1954) e o momento industrial que iniciou em 1950. Nosso objetivo é descrever as montagens discursivas desses dois períodos que, aparentemente sem ligação, são resultados da produção da historicidade. Para tanto, é preciso conhecer a cidade que iremos perscrutar.

São José dos Campos é conhecida nacionalmente por ser considerada uma cidade promissora, eldorado particular dos mineiros e, em geral, dos brasileiros da década de 40 a 70. Seu parque industrial é composto por poderosas indústrias. O ITA, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, é famoso por seus cursos de engenharia que selecionam os vestibulandos mais preparados do Brasil. O CTA, Centro

Técnico Aeroespacial, lançou recentemente São José na mídia, como responsável pela morte de 21 funcionários, incinerados na explosão da base de lançamento do foguete VLS (Veículo Lançador de Satélite), em agosto de 2003, em Alcântara.

O município de São José dos Campos se destaca no cenário nacional por sua importância econômica e tecnológica. Em 2001, São José dos Campos era o 37º município do país em qualidade de vida. Possui o segundo maior PIB industrial brasileiro e foi responsável por 7% do total das exportações brasileira em 2001 (PMSJC, 2001). É dessa cidade que iremos tratar; mais especificamente, levantaremos a discussão em torno da busca de alternativas com o fim da escravidão e começo de uma era dita liberal. Em torno desse período e da relação deste tempo com seus sujeitos, enfocou-se uma questão para discussão: entender a formação histórica da cidade de São José dos Campos. Trata-se, portanto, da construção de um objeto no espaço. A delimitação temporal é justificada pelas buscas de alternativas para São José, num período bastante tumultuado no Brasil.

De um período anteriormente escravista e instável, mantendo uma economia acanhada em torno das pequenas e médias propriedades policultoras, (Papali, 1996) a cidade de São José dos Campos de início do século XX prima pela ausência de oligopólios remanescentes da economia cafeeira. Ao mesmo tempo, tem que lidar com um impasse: como manter a produção e a relativa acumulação interna sem a mão-de-obra escrava já precária e num período de crise econômica generalizada? Augusto Emílio-Zaluar, que visitou, pela segunda vez a província, em 1860-61, notou que, "apesar da uberdade do solo e das muitas condições vantajosas que o lugar oferece a seus moradores, a Vila de S. José do Paraíba está ainda em notável atraso, e é um centro de pouco movimento, em relação, como dissemos, aos recursos de que dispõe" (Zaluar, s/d: 108). A falta de mão-de-obra, de acordo com o viajante, também contribuiu para o estado letárgico do município.

A pouca expressão do município chamou a atenção do viajante que assim se lamentava:

é triste realmente que um povoado tão favorecido pela natureza se veja pobre e humilhado diante dos outros municípios, e que, tendo proporções para socorrer os vizinhos, se ache forçado a recorrer a eles!" Potencial natural a cidade tinha. O que faltava era, sobretudo, na visão do viajante, iniciativa de pessoas interessadas "em tirar partido das grandes vantagens que promete o município (...) que a natureza tão generosamente lhes confiou (Zaluar, s/d: 109).

Situada entre as cidades de Jacareí e Taubaté, consideráveis zonas produtoras de café no passado escravista, São José não teve suas terras definidas exclusivamente pelo ouro negro, como era chamado. Enquanto as vizinhas cidades de Jacareí e Taubaté se destacavam como núcleos de grandes barões de café, São José mostrava timidamente uma população de frágeis produtores. Seu solo impróprio para o cultivo do grão fazia com que as terras joseenses produzissem uma cultura diversificada, sem grandes expressões mercantis. No entanto, apesar das dificuldades de produção, o café, em termos joseenses, era a atividade que rendia maior dividendo.

Um estudo sobre os produtores de café na região, baseado nos inventários do ano de 1889, mostrou que os pequenos proprietários detinham, em média, 88,66% total da produção, enquanto os médios produtores ficavam na faixa de 10,31% e os grandes proprietários 1,03% (Toledo, 1997: 32). Esses números demonstram que “a quantidade de escravos não era significativa e não havia na cidade nenhum barão do café. A vida política era tímida em São José dos Campos” (Lessa, 2001: 31).

A população da cidade, em 1860, compreendia aproximadamente 8.000 almas. Zaluar se admirou ao ser informado que 7.000 pessoas eram consumidores

(Idem: 108). Essa constatação foi reforçada pela documentação de início do século XX, quando o comércio apresentava-se como uma das possibilidades de consolidar a economia, ajudado pela produção das pequenas indústrias de cerâmica da companhia Weiss e Bonádio. Neste período, o Correio Joseense registrou a presença e atuação marcante dos comerciantes, evidenciada pela criação do Jornal "O Caixeiro". A existência desse grupo, que se destacou na cidade, acabou incentivando medidas políticas em defesa dos seus interesses comerciais.

Entretanto, a dinâmica econômica não correspondia às expectativas políticas do grupo que precisava se fortalecer e se tornar, regionalmente, uma força hegemônica. De acordo com Castells, a política urbana está imbricada com o poder local, “entendido como processo político no âmago de uma comunidade e como expressão do aparelho de Estado ao nível local” (Castells, 1983: 353). Existem várias teses sobre a estrutura do poder na cidade. Uma delas, chamada abordagem reputacional, “considera a sociedade como uma pirâmide de poderes em cujo cume encontramos uma elite, mais freqüentemente formada por homens de negócios da comunidade, reconhecidos como poderosos pelo conjunto” (Idem: 354).

Outra abordagem, a decisional, diz que

parte da idéia de uma pluralidade política, expressão de interesses divergentes, mas não forçosamente contraditórios (...), as alianças se fazem e se desfazem como os sócios mudam, como as estratégias obtêm resultados diferentes conforme o que está em jogo, sendo que o resultado não é absolutamente determinado previamente e tudo depende do processo de decisão (Idem, Ibidem).

Ao mesmo tempo, se considerarmos que uma estrutura de poder é um conjunto de pessoas, então o fato de encontrar pessoas diferentes comprometidas em diferentes questões leva à conclusão de que existe uma estrutura pluralista de poder. Conforme enfatizou Castells,

se uma estrutura de poder é um conjunto de instituições, então é indiferente saber se os indivíduos que têm os recursos e posições institucionais similares agirão sempre no mesmo sentido. Preferencialmente, os dois aspectos devem ser considerados separadamente e os recursos não devem ser vistos simplesmente como atributos dos indivíduos que escolhem agir ou não em vista de certos objetivos políticos em situações específicas, mas, sobretudo, enquanto conseqüências sistematicamente atribuídas da estrutura institucional da sociedade e do sistema político (Idem: 355).

Podemos dizer que em São José dos Campos, no início do século XIX, havia uma certa ordem urbana, ou seja, um conhecimento do possível entre diferentes interesses em jogo, com um denominador comum entre os fins particulares dos atores, uma previsão e vontade de atingir certos objetivos (Idem: 357). De fato, as ações políticas locais mostravam a busca de uma atividade rentável que dinamizasse a economia regional e permitisse justificar o poder, dando sustentação à comunidade local. Diante do agravamento da crise da agricultura, a população joseense passou a buscar alternativas voltadas às atividades urbanas. A grande transformação, “tanto da forma urbana quanto da vida e economia da cidade, aconteceu ainda no século XIX, quando começou a ser propagado o efeito curativo do seu clima sobre a tuberculose” (Lessa, 2001: 32).

Essa propaganda ganhou fôlego com a publicação dos Almanques produzidos sobre a cidade na metade do século XX. O mais antigo que se tem notícia data de 1905. Na esteira deste, outros vieram para divulgar a cidade: 1922, 1935, 1945, 1954. Cada um deles com um propósito definido, relacionado às históricas fases de seu desenvolvimento.

Fig. 01: Almanaque de 1905

Fonte: Arquivo Público do Município de São José dos Campos



Fonte de valor inestimável, os almanaques são testemunhos de uma época e de seus indivíduos, extremamente comprometidos com a vida local. Maria Coleta Oliveira ressaltou a importância dos almanaques para a compreensão das cidades.

Os Almanques, ressaltou Coleta Oliveira, “propunham informar sobre as características da vida social e econômica das localidades registrando, muitas vezes, com indisfarçável tom ufanista, o cotidiano das cidades do interior paulista” (In: Meyer, 2001: 23).

Considerados como uma espécie de guia e semiologia do tempo (Casa Nova, 1996), os Almanques nos informam sobre a diversidade das atividades urbanas, de como a cidade vive e sobrevive, dos serviços e equipamentos de natureza coletiva disponíveis na cidade, das pessoas ilustres, da produção cultural do local, enfim, de tudo que a cidade é ou quer vir a ser. Por meio dos Almanques, ficou-se sabendo que “as pequenas e médias cidades do interior paulista experimentaram, no final do século XIX, significativas transformações em sua paisagem social e urbana” (Idem: 24). Como dizia Machado de Assis, os Almanques traziam a língua das cidades e dos campos em que caía (Idem: 26-27).

Os insistentes discursos contidos especificamente nos Almanques de São José de 1922 e 1935 deixavam entrever que os argumentos inclinavam para a idéia que São José dos Campos estava bem situada, possuía uma rica estrutura natural e que, em 1922, apesar de sua fraca vocação agrícola, dispunha de terra e terra - segundo Domiciano Pereira, autor de um texto no Almanque que tem como finalidade apresentar o Município -

é um meio cheio de vida (...) A terra, como qualquer ser vivente, é uma machina transformadora e exige como qualquer outra machina viva e motora, a força e combustível", embora reconheça o autor que "o adubo e o amanho do solo são elementos indispensáveis à sua fertilidade (Almanque de 1922: 14).

Aquelas falas, que pareciam sem grande importância, começava a se projetar como algo realmente revelador, obviamente, depois que se passou a ler o

contexto anterior à edição desse Almanaque. Tudo aquilo começava a fazer sentido. Nesse momento, SJC passava por uma grave crise estrutural. A classe produtiva, ainda estava, apesar dos pesares, ligada à lavoura, mais precisamente à produção de café. Uma descrição de um habitante saudoso dos áureos tempos das terras cafeeiras se recordava tristemente em 1922, da desolação do município, assim se lamentando:

Nessas terras que o Senhor vê, F. colheu milhares de arrobas de café, e estas estradas tinham grande movimento. As montanhas, de onde, extrahidos pelas culturas, ou conduzidos pelas aguas pluviaes os elementos fertilisantes desaparecera, dando lugar aos mantos de sapeiros e samambaias, indícios certos de queimas periódicas e de relativa pobreza do solo, mostram-se hoje aparentemente empobrecidas, é uma paralyisia momentanea que nada mais significa, senão, um protesto vehemente contra a incúria ou ignorancia daqueles que os não souberam comprehender (Almanaque de 1922: 18).

No esforço do discurso legitimador de grandes e boas terras para produção, o contrário foi denunciado. As leituras seguintes e o tom frágil das qualidades ressaltadas foram desmistificando a linguagem pouco convincente das terras produtivas de São José. Nos Almanques, São José dos Campos aparecia como a cidade que prometia crescimento invejável. A retórica reforçava as suas características positivas. O discurso inicial, das férteis terras e rico solo evidenciado pela documentação, foi ponderadamente relativizado.

Nada, no entanto, que pudesse comprometer as eventuais pretensões de salubridades, cujas condições seriam, por exemplo, a necessidade de fertilização da terra gasta pelo uso inadequado dos antigos produtores de café (p.21), o que requeria um investimento grandioso de capitais; "o rebaixamento do Paraíba para dar sustentação à produção de milho, arroz e outras plantas", o que, pelo pouco entusiasmo demonstrado pela elite joseense, exigiria apoio externo (p.14). Boas pastagens também poderiam significar esperanças para a economia joseense,

permitindo o desenvolvimento da criação de rebanhos (p.22). Entretanto, "boas pastagens, é grande problema porque metade da raça (Zebu, kerry) é feita pela bocca" (Almanaque de 1922).

Outra série de textos curtos fazia propagandas, à primeira vista, sem grande importância, de médicos e clínicas especialistas em tratamento do aparelho respiratório. Curioso é que a conduta profissional e moral dos médicos são positivamente ressaltadas. Também eram registradas as casas comerciais e locais de prestações de serviços da cidade, com as áreas de maior relevância econômica, o arrolamento das fazendas, das chácaras e dos sítios com suas marcantes contribuições produtivas.

No meio dessas informações, vislumbra-se uma São José dos Campos sendo construída. Pelo material apresentado, o projeto que se percebia girava em torno da idealização de uma cidade sanatorial e estância climatérica. Esse perfil ficou claramente nítido a partir dos conteúdos especificamente tratados ao longo do Almanaque de 1922, que deixou transparecer a sua finalidade aparente, a de convencimento. O confronto com outras fontes confirmou aquilo que se desconfiava: Napoleão Monteiro, jornalista, na época futuro vereador e idealizador dos Almanques, recebeu da Comissão de Finanças e Justiça, em setembro de 1920, a importância de 500 mil réis para a publicação do material, para o ano seguinte (Ata da Câmara Municipal 15/07/1920).

Tratava-se de justificar a tão esboçada vocação argumentada em torno da persuasão. O conteúdo do Almanaque é revelador nesse sentido. Apresenta, primeiramente, o município de São José dos Campos justificando, repetidamente, a salubridade de seu clima e solo, privilegiadamente situados numa zona eminentemente temperada, que tinha, a seu favor, uma localização geográfica

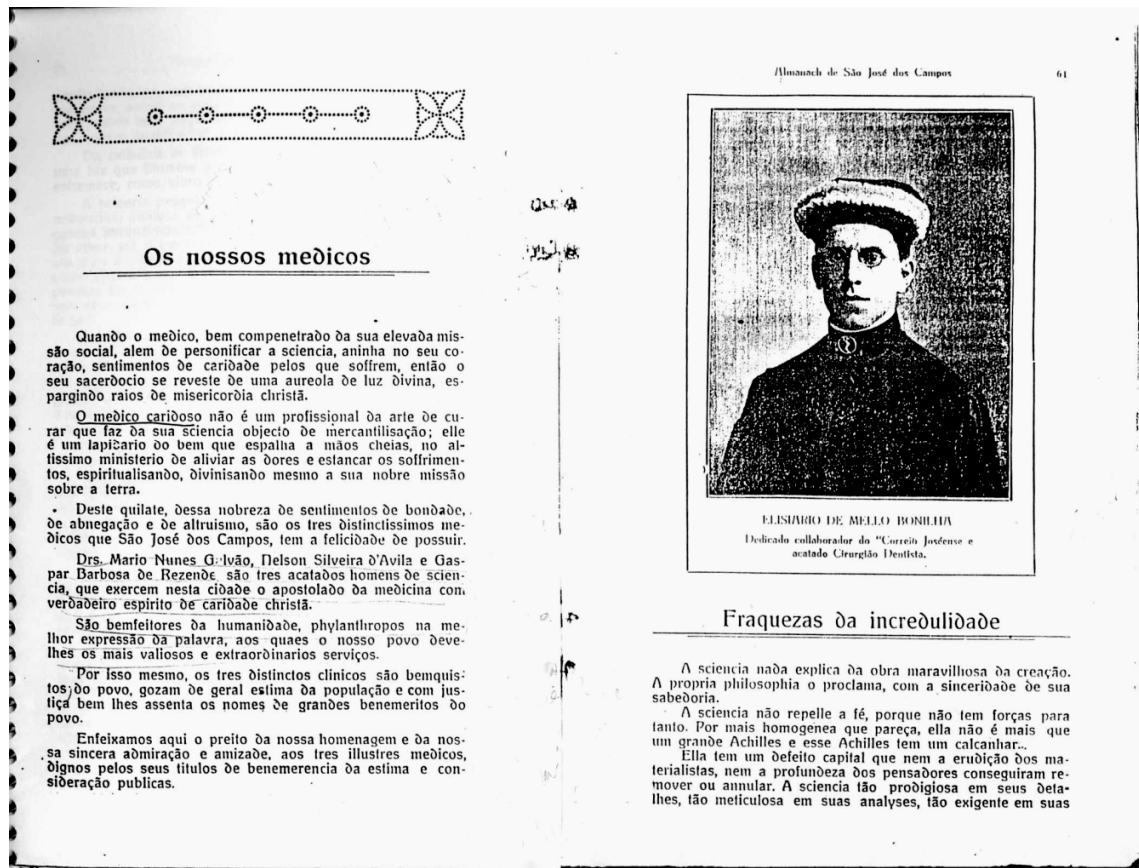
estratégica. Talvez esse fosse o seu verdadeiro quinhão. Durante o café, "por causa da ferrovia, era centro receptor de café de outras cidades como Paraibuna, Jambuí, Monteiro Lobato e outras. O café vinha e era beneficiado aqui, seguindo depois pela estrada de ferro, aos portos de Santos, Rio de Janeiro, etc." (Cabral, 1986: 20). Nas rebarbas dos privilégios da localização, São José foi se fazendo.

Se as condições naturais do município inibiam os interesses dos agricultores e pecuaristas, a saída foi buscar alternativa econômica que não exigisse altos investimentos, já que o café estava em crise. No contexto dessa incansável busca de saída, inspirados pela volúpia do crescimento econômico e pela especulação financeira, os idealizadores da SJC sanatorial, em plena década de 20, eram regados às teorias européias contemporâneas. Na França, Gustave Le Bon, o criador da Psicologia social, discutia, entre outras coisas, o papel das mídias para fabricar o consentimento.

Essa idéia entonava o discurso sanatorial e as ações dos nossos políticos, amparados por esse eficaz instrumental teórico, permitiu o fenômeno psicológico do "contágio mental", influenciando grupos e multidões. Como se chegou a essa conclusão? Particularmente, um texto do Almanaque chamou a nossa atenção. No texto "A fraqueza da incredulidade", escrito pelo dentista e colaborador do Correio Joseense, Elisiário de Mello Bonilha, percebe-se o tom da argumentação convincente. Bonilha inicia uma discussão sobre a ciência e a fé enunciada a partir da teoria da crítica da razão prática de Kant.

Fig. 02: A Fraqueza da incredulidade: Elisário Bonilha

Fonte: Monteiro, 1922.



Bonilha, cético às explicações científicas, proclamava, no Almanaque de 1922 que, "a ciência, tão prodigiosa em seus detalhes, tão meticulosa em suas análises, tão exigente em suas particularidades, (...) nada explica da obra maravilhosa da criação (...). A ciência, para explicar a criação do mundo, vem apenas com divagações pueris..." (Monteiro, 1922: 62).

Bonilha apresentava os limites da razão, ao mesmo tempo que legitimava os direitos das emoções. Segundo Bonilha, a fé, ao contrário da razão, insufla dúvidas no pensamento dos fracos e desperta reforços de energia nos ânimos dos

vencidos (...). Como se sabe, a modernidade anunciou o triunfo da razão, idéia essencial da modernidade que representou a substituição de Deus pela Ciência. As crenças religiosas foram relegadas à vida privada. A razão fez tábula rasa da tradição secularmente fundada no predomínio das idéias e dos valores cristão-medievais que submetiam o destino dos homens e também das formas de organizações sociais e políticas fundadas na crença e no domínio dos costumes.

Bonilha, sujeito da modernidade, vivia sob o signo de uma era onde permeia a transitoriedade, a incerteza, o fugidio, ou seja, a angústia da falta de perspectivas, da insegurança com o amanhã. O medo diante da ciência, da sua teimosia em desejar substituir o criador; o ceticismo diante do progresso; a sensação de que perdemos os valores fundamentais que dão coesão à vida em sociedade, etc., são questões próprias desse homem moderno.

Podemos sugerir que Bonilha vê na crença uma força se contrapondo à ciência. Seu artigo faz um apelo aos que acreditam na doença como a cura de São José dos Campos. Daí nomear o seu artigo com o título: *a fraqueza da incredulidade*. Na edição de 1924 do Correio Joseense, o nome de Bonilha aparece na autoria de alguns versos. O tom das palavras parece-nos desanimador:

Na estrada devagar e a vagos passos
Os annos vêm chegando vingativos
Como as ferrugens vão mordendo os aços
Também os tempos vão gastando os vivos

Ninguém escapa.
Desgraçados braços
Deitam, por terra os ideaes festivos

Quantos amores feitos em pedaços
E mallogrados sonhos fugitivos...

Porque o relógio nossas vidas marcas

Vinga-se o tempo em lhe gastar a corda
Como as maretas vão roendo à borda.
Tende cuidado, o grande fuso borda
Com nossa lã, nesse tear da parca,
O eterno sono de quem nunca acorda.

Elisiário Bonilha (Correio Joseense, 10/08/1924).

A citação do nome de Gustave Le Bon no Almanaque de 1922 é questionadora. Indagamos sobre sua importância para os joseenses. Investigamos sobre o gaulês. Em "As opiniões e as crenças", teoria da persuasão, Le Bon, médico francês, que se situa na extrema direita do pensamento político de início do século XX, explicou o papel do prazer e da dor, para então avaliar as características do consciente e inconsciente. Apresentou as várias formas de lógica: biológica, afetiva, coletiva, mística e racional, asseguradas pela eficiente coordenação das mídias (desde o sistema escolar até o jornalismo de notícias) para fabricar o consentimento.

Para Le Bon, a crença e o conhecimento constituem dois modos de atividades mentais muito distintos e de origem muito diferentes. Uma crença, segundo Le Bon, é um ato de fé, de origem inconsciente, que nos força a admitir, sem discussão, uma idéia, uma opinião, uma doutrina. As crenças religiosas e ideológicas são exemplos permanentes. Na sua concepção, tudo que é aceito com fé e por fé, pode ser qualificado como crença. Por sua vez, o conhecimento representa uma aquisição consciente, construída por métodos exclusivamente racionais, como a experiência, a observação, a prática. A experiência político / administrativa é, neste caso, uma expressão do conhecimento.

Reveladora a forma como a teoria de Le Bon fundamentou o projeto sanatorial e esteve presente nas bibliotecas dos intelectuais joseense do início do século XX. Pode-se aferir que, o que ocorreu em SJC foi o fenômeno psicológico

do "contágio mental" que influenciou grupos e multidões, confluindo na lógica coletiva. Os Almanques de 1922, 35 e 54 têm precisamente, este objetivo: o de instrumentalizar a propaganda, já que, segundo Le Bon, "os meios de comunicação injetam nas pessoas um veneno contra o qual eles não têm defesa." Enquanto isso, o teatro São José exibia, em 1924, os filmes "O poder da fé", com Dustin Farnum e "Os tempos mudam" (Correio Joseense, 29/06/1924).

Comprometida com a lógica formal, a população consentida permitiu a gestão governamental de opiniões. O projeto só precisaria ser legitimado pela identificação da população. E isso se deu por meio da formalização e ritualização caracterizada pela imposição da repetição. Nos almanques, nos periódicos semanais e no discurso político, a tônica gerava em torno da idéia que se queria legitimar: a São José Sanatorial.

Apesar de sua frágil economia, a cidade de São José, inscrita em realidade histórica diferente das grandes cidades brasileiras, também foi palco de operações urbanísticas. A questão está posta: se as intervenções foram induzidas pelo desenvolvimento econômico que demandou transformações no espaço da produção e circulação das mercadorias, como entender as mudanças do espaço joseense sofridas no início do século XX? A quais interesses estava ligado o projeto modernizador? De onde vinham os recursos? Que grupos empreenderam as mudanças? Qual o teor do discurso modernizador? Sua política também estabeleceu a segregação social?

As respostas a essas questões nos ligam a um perfil da cidade que vai se esboçando no início do século XX. Pelas características delineadas pela cidade, ela vai se tornando, ao longo do tempo, um importante centro de tratamento da tuberculose. Argumentava-se que as adequadas condições climáticas e naturais da

cidade eram favoráveis ao tratamento da moléstia. A localização estratégica de São José permitia que a cidade se aproveitasse das rebarbas de doentes que buscavam Campos do Jordão, até então, um dos mais importantes pólos de atração para cura de tuberculosos. O roteiro a Campos incluía, necessariamente, a passagem por São José.

Atraindo um fluxo de doentes que iam em direção a Serra, São José acabou encontrando na doença, a possibilidade de reerguimento da sua economia. Em 1922, foi diagnosticado que a causa da paralisação do desenvolvimento da cidade era

a falta de estabelecimentos industriais fabris de certo vulto, capazes de criar uma forte população operária. Outras cidades, mais ou menos nas condições da nossa, de há muito que contam com a existência de tais estabelecimentos, possuem as suas fábricas em plena actividade, dando trabalho compensador a centenas e milhares de pessoas (Correio Joseense, 04/06/1922).

Esse discurso desanimador foi substituído, a partir de 1930, por outro, mais otimista e promissor. Na falta dos estabelecimentos fabris, o doente e a tuberculose acabaram se tornando um grande negócio, a ponto do prefeito sanitário dr. Jorge Rui Dória, em 1930, argumentar: "não precisamos de máquinas. Isso é para Taubaté e Jacareí. Precisamos é de doentes.... Essa é a nossa indústria" (Bondesan, 1996: 31). Indústria que se beneficiava, inclusive, do monopólio da morte. O projeto de Lei de 18 de março de 1930 concedia exclusividade do serviço funerário na cidade e município à Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos. Esse projeto garantia

à Santa Casa o monopólio sobre o comércio da morte. Somente a mesma poderia fabricar caixões e artigos funerários e vendê-los, estabelecer o serviço de transporte funerário. A concessionária podia contratar o serviço funerário de terceiros, mas durante a concessão (período de 30 anos), a Câmara não concederia licença para a fabricação e comércio de artigos funerários e caixões

mortuários, bem como o transporte fúnebre (Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, 1930: 12).

A vocação sanatorial de São José dos Campos fez surgir um comércio em torno da morte. Em 1924, ano da inauguração do sanatório Vicentina Aranha, a Câmara Municipal autorizou o prefeito, pela lei n. 142, a ampliar a área do cemitério

até o alinhamento das ruas Francisco Raphael e Antônio Saes, aproveitando os terrenos da praça fronteira a necrópole, promovendo a construção dos respectivos muros de fecho, e dividindo o terreno no acrescido com essa incorporação em quadras para sepulturas de primeira, segunda e terceira classe (Correio Joseense. 27/01/1924).

A lei municipal número 145, de abril de 1924 isentava do imposto de indústria e profissão pelo prazo de 10 anos os estabelecimentos funerários que forem fundados na cidade (Correio Joseense, 27/04/1924). Além da expansão do cemitério, fábricas de mosaicos e produtos cerâmicos, assim como túmulos de mármore foram instalados na cidade (Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, 15/09/1928).

Num artigo publicado no jornal Correio Joseense em 1925, o autor registrou suas impressões sobre a cidade. Percebe o retardado progresso industrial da região, comparado com outras cidades paulistas. No entanto, o desenvolvimento que a cidade estava tendo naquele tempo surpreendia o articulista (Correio Joseense, 12/03/1925). Vista como uma localidade de recursos indiscutíveis, o comércio era percebido como fonte de onde emana todo o desenvolvimento e progresso que o articulista contempla com satisfação. O anônimo joseense, otimista, projeta o futuro de São José dos Campos:

com tantas condições naturaes de riqueza, imagine-se o que será esta cidade

quando o surto industrial fizer a sua entrada triumphal nestas paragens, attraíndo gente ávida de trabalho e que viera contribuir para a expansão da nossa cidade e para a intensidade do seu movimento social, transformando São José dos Campos em uma das principais cidades paulista... (Correio Joseense, 12/03/1925).

Essa concepção de progresso do autor estava associada ao comércio atrelado, por sua vez, à doença e à morte. Muitos agentes ligados a seguradoras de vida, como a companhia Ítalo-Brasileira de Seguros Geraes, com sede em São Paulo, buscavam o promissor mercado de São José (Correio Joseense, 09/07/1925).

Num amplo e sistemático relatório sobre as condições da estância climática e hidromineral produzido pelo Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo, as considerações dos especialistas sanitários não eram muito animadoras. Nas considerações finais do relatório foram registradas as seguintes análises:

Pelo censo procedido durante o mês de julho p. passado e agosto corrente (de 1944) verificamos que São José dos Campos é um foco ativo de tuberculose, pois que tendo uma população de 12.551 habitantes na sua sede, tem ela 36 casas de tuberculose pulmonar. Estes casos são genuinamente de indivíduos que em São José dos Campos adquiriram a doença. A imigração de doentes atacados de tuberculose pulmonar de outros municípios obrigam os habitantes da sede a viver em promiscuidade com aludidos doentes, os quais conforme demonstra a planta que anexamos ao presente trabalho acham-se localizados por toda a cidade (Flório, 1944: 58).

Fenômeno singular no Brasil, o doente da fase sanatorial joseense vai ser atraído para o espaço urbano central, espaço que receberá, graças ao capital oriundo da doença e de seus imigrantes, uma atenção maior do poder público, viabilizando e sustentando a modernização da cidade. A fase sanatorial joseense privilegiou o espaço central da cidade, modernizando-o sob os auspícios da doença. Foi justamente a doença que retirou de São José dos Campos o status de cidade morta.

De acordo com Simone Lessa, as duas ditaduras brasileiras estabeleceram

grandes marcos de mudança para São José dos Campos. Para a autora, a intervenção do Estado na cidade foi aparentemente maior que nas regiões de Campinas, Baixada Santista e mesmo na capital. Um dos marcos dessa intervenção foi o período sanatorial, que deixou afluir para a cidade pobres e doentes, estimulados por uma política do Estado, associado à filantropia. A crise urbana, oriunda desse fenômeno social, ativou políticas e investimentos públicos e privados que “transformaram a forma urbana e estabeleceram um novo lugar para São José dos Campos na divisão social e territorial do Trabalho e no processo de descentralização dos problemas urbanos da capital paulistana” (Lessa, 2001: 18-19). Os doentes, que as metrópoles temiam e tentavam isolar, foram acolhidos por São José dos Campos e foi a sua existência em massa no espaço joseense que possibilitou ao município reivindicar verbas estaduais para empreender as reformas modernizadoras do espaço urbano.

As metrópoles exercem influência em termos funcionais, econômicas e sociais, num dado conjunto territorial. Isto implica sua inserção numa rede urbana em cujo interior ela representa um dos pontos fortes, dominando e gerando outras unidades e estando ela mesma sob o controle de uma unidade de regulação de nível superior (Castells, 1983: 58). Há, na verdade, uma interdependência das atividades, das funções e dos grupos entre as grandes cidades centrais e o território circunvizinho.

Com Vargas, São José dos Campos passou a ser Estância Climatérica, recebendo cada vez mais doentes e, sobretudo, investimentos estatais. A essa política estratégica governamental, Simone Lessa define como “política territorial desenvolvimentista” (Idem: 22). O investimento do Estado na cidade sanatorial criou as bases da infra-estrutura que viabilizaram a cidade industrial moderna.

Os benefícios da construção da Dutra e do Centro Técnico Aeroespacial deram ânimo à região, sustentada pelo Plano de Reerguimento do Vale do Paraíba cujo IAC - Instituto Agrônomo de Campinas, a pedido do governador do Estado de São Paulo. A proposta era desenvolver o progresso industrial e material do país, formulando políticas setoriais de industrialização. Manejando a política econômica, o estado brasileiro agia no sentido de institucionalizar e organizar os mercados de trabalho. (Cano, 1985)

O projeto de industrialização nacional levantou “o problema (...) do limite da capacidade de absorção da metrópole. O planejamento numa relação imbricada entre união, Estado, municípios, diagnosticaram e apontaram soluções que (...) redirecionaram os problemas” (Lessa, 2001: 21). Dentro da política desenvolvimentista, promove-se a descentralização da metrópole paulista. Nesta política, o Vale do Paraíba adquiriu um papel fundamental, o de se tornar apêndice do crescimento urbano metropolitano. O papel a ser desempenhado por São José Campos, estrategicamente colocada no caminho da capital paulistana, será o de acolher os tuberculosos que excediam na cidade de São Paulo (Idem: 21).

Dessa forma, os doentes foram retirados do principal centro urbano-industrial do país e alojados no interior, afastando da capital o risco que representavam. Foi graças a esta dispersão da metrópole que São José dos Campos conseguiu investimentos em infra-estruturas a ponto de se tornar uma das mais importantes cidades sanatoriais do Brasil. Em 1933, falava-se de um projeto que interligaria a estrada de Campos do Jordão, a São José dos Campos e a Caraguatatuba, criando três estações de clima: a de grande, a média altitude e uma futura estação marítima. O primeiro passo, portanto, seria a Prefeitura Sanitária na cidade, o que veio a acontecer em 1935 (Boletim Médico: outubro de 1933).

Antes mesmo de ser decretada Estância, a cidade de São José dos Campos já contava com 360 leitos para tuberculosos, distribuídos em cinco sanatórios. Em 1935, São José dos Campos e Campos do Jordão foram responsáveis por 75,8% dos leitos para tuberculose no Estado de São Paulo (apud Vianna, 2004:135). Neste período, das 36 cidades sanatoriais, 18 eram capitais e das 18 restantes, nove localizavam-se em São Paulo e cinco no Rio de Janeiro. As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Campos do Jordão e São José dos Campos possuíam 49% dos estabelecimentos e 70% dos leitos do país (Idem).

Tab.01 : Leitos hospitalares para tuberculosos no Estado de São Paulo em 1935

Fonte: Apud. Vianna, 2004:136

Município	Hospital	Leitos gratuitos	Leitos pensionistas	Total de leitos
Campos Jordão	Sanatório Santa Cruz	43	34	77
	Abrigo S.V.de Paulo	25	-	25
	Sanatório São Paulo	53	24	77
	Sanatório M.Auxiliadora	29	09	38
	Assoc.San. Populares	47	22	69
	Sanatório de Santos	48	-	48
	Sanatório Ebenezer	22	10	32
	Sanatório S. Cristóvão	08	24	32
	Pensionato D. Providência	21	24	45
	Total Campos de Jordão	296 (66,8%)	147 (33,2%)	443 (100%)
São J Campos	Sanatório Maria Imaculada	22	25	47
	Sanatório V. Aranha	80	50	130
	Sanatório Ezra (Em construção)	36	-	36
	Sanatório Ruy Dória	-	88	88
	Sanatório Vila Samaritana	39	-	39
		Total S José dos Campos	177 (52,1%)	163 (47,9%)
Piracicaba	Sanatório S.Luiz (fechado)	20	-	20
Tremembé	Empresa San. Tremembé	-	29	29

Capital	Hospital S. Luiz Gonzaga	104	-	104
Santos	Pavilhão de Tuberculosos Santa Casa	97	-	97
	Total	694 (67,1%)	339 (32,9%)	1033 (100%)

Em 1938, em decorrência do título que ostentava, São José dos Campos recebeu do Estado um considerável montante, notadamente depois da promulgação da Lei de Reerguimento do Vale do Paraíba. Inscrita nos primeiros momentos do Estado Novo de Vargas, essa política correspondia às promessas de progresso nacional, o que entusiasmou a população joseense, despojada dos benefícios da “civilização moderna”.

A expectativa dos saldos positivos advindos do resultado do projeto ampliava “a legião de simpatizantes da Ditadura alimentando os anseios coletivos e legitimando as medidas impostas pelo governo golpista” (Bertolli Filho, 1996:13). Para Simone Lessa, as medidas adotadas após essa lei de 1938 tiveram grande importância para o processo de transformação de São José em pólo regional. A municipalidade passou a ter condições para conceder benefícios às indústrias, cerâmicas e tecelagens e a adotar uma política de ocupação ordenada do território (Lessa, 2001: 79).

No período da ditadura Militar foi criado o CODIVAP (Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba) e o Macro-Eixo, permitindo a instalação das transnacionais; da indústria bélica e da especulação imobiliária. Neste período, a cidade se expandiu. Novos bairros, ricos e pobres, foram criados, para alojar a demanda de força de trabalho na região (Idem: 19).

Foi, portanto, depois de 1935 que São José dos Campos teve melhor

condições de administrar sua receita e concretizar o ideário higienista e sanitário do município, que exigia a “limpeza” do espaço urbano. Neste momento, a prefeitura sanitária, depois de assegurar o título de Estância climática à municipalidade, passou a receber um crédito especial que

deveria dotar a cidade de hospitais populares, casas de cura e de repouso, ambulatórios e demais serviços técnicos e especializados. A incumbência do corpo administrativo ia desde fiscalizar hotéis e casas de pensão, orientar as novas construções e aparelhá-las com os requisitos modernos de aeração para o melhor e máximo aproveitamento de suas condições climáticas (Correio Joseense: 17/03/1935).

O prefeito passava a ser nomeado pelo interventor federal assumindo múltiplas atribuições a fim de empreender os projetos de organização e modernização do espaço. Estavam nas atribuições do prefeito:

A defesa das condições do meio physico e, em especial, das matas e nascentes de águas potáveis; a organização de um plano geral de urbanização, em que sejam determinados: o perímetro dentro do qual somente serão proporcionados, pelo poder público, os serviços de água, esgotos, iluminação e pavimentação; as zonas ruraes, residenciaes e as destinadas ao comércio e indústria; os espaços livres destinados a ruas, praças, jardins, bosques, praças de esporte, casinos e sanatórios; os locais destinados a edifícios para a instalação de serviços públicos; a organização do programma annual de melhoramentos; o incentivo da pequena agricultura, da pequena indústria e do pequeno comércio necessário ao abastecimento e aparelhamento da estância (Idem).

A Estância Climática também passou a ser no mesmo ano (1935), Estância Hidromineral. No entanto, as constantes reclamações da população registradas no Correio Joseense denunciavam que não se podia contar muito com a ajuda da água, que deixava, por longos períodos, a cidade na mais completa seca. Para assegurar o projeto sanatorial, o problema de abastecimento d`água deveria ser sanado.³

³ Por meio da pesquisa de Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2007), constatamos que o problema d’água no Brasil era uma característica de grande parte da vida paulistana na época.

Fig. 03: Decreto-Lei que orça despesa da Estância Hidromineral e Climática de São José dos Campos

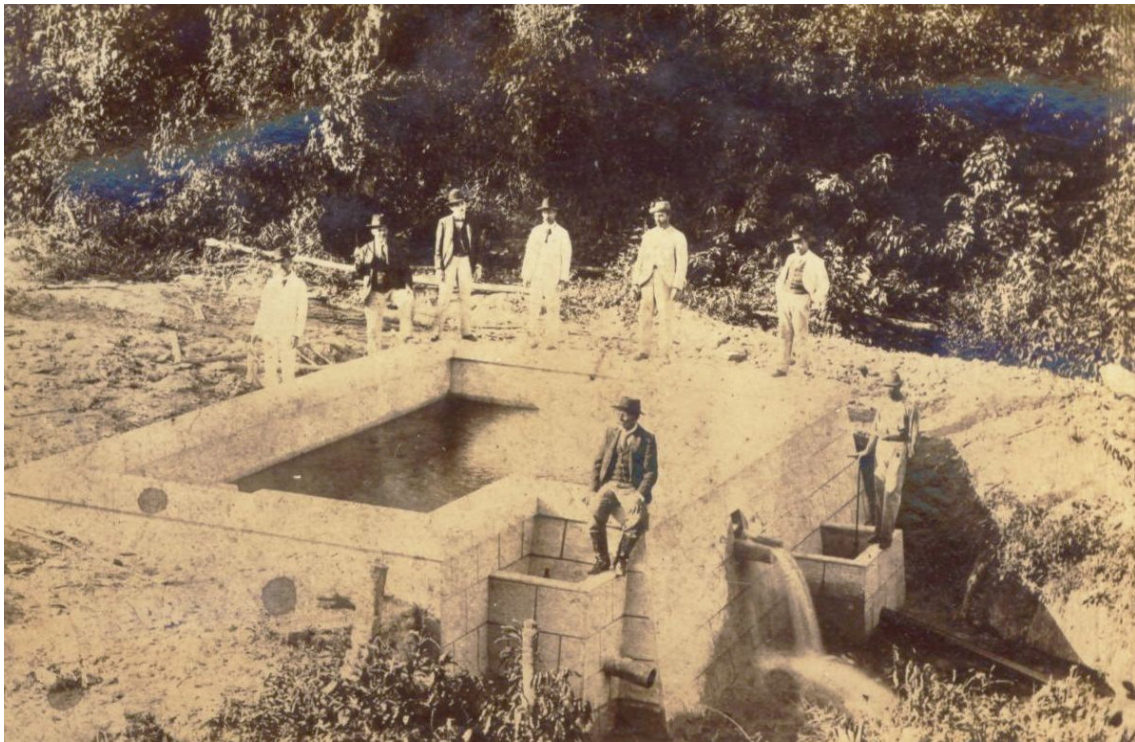
Fonte: Flório, 1944



A história da água em São José dos Campos passou por caminhos tortuosos. Tudo começou com o inacabado e deficiente serviço de abastecimento de água inaugurado em 1909, que captava as elevadas águas da Boa Vista para o centro da cidade. Em 1927, foi feito um relatório de visita às obras de ampliação do serviço de água de São José feito por Adhemar Pereira de Barros, interventor Federal de São Paulo, com fotos registrando o histórico momento em que a cidade passava a ser abastecida pela água que descia a serra, através do manancial da Boa Vista.

Fig. 04: Caixas de captação de águas para abastecimento da cidade

Fonte: Amaral, 1930



Em 1933, um parecer estabeleceu que “a água do manancial do B. Vista era de má qualidade. O exame bacteriológico feito pelo Laboratório da Repartição das Águas e Esgotos acusou a presença de 10.000 colis (bacilos) por 100 centímetros cúbicos, o que a colocou entre as águas de péssima qualidade e (que, segundo consta), há muito deveria ter sido considerada pelas autoridades sanitárias como imprópria para o consumo” (Correio Joseense, 1933). Além disso, o sistema não dava conta de abastecer uma população que crescia vertiginosamente, além disso, o sistema de abastecimento era interrompido com os constantes desabamentos dos morros que entupiam os canos.

Apesar dos problemas enfrentados, as águas da Boa Vista abasteceram a população joseense até 1937, quando o processo de saneamento e higienização, encampado pelo governo do estado, colocou em dúvida a salubridade da água consumida na cidade, em decorrência do título que a cidade recebeu de Estância Climatérica. A Comissão de Saneamento, ligada à Secretaria da Agricultura, criada pelo governo do Estado, ficava responsável pelas obras de canalização de água e construção de rede de esgotos nos municípios. Foi essa Comissão que condenou as águas da B. Vista. Pensou-se em captar as águas do Rio Paraíba, tratá-la com cloro, decantá-la e filtrá-la. Esse projeto gerou uma resistência por parte da população que recusou as águas do rio por considerá-la “provida de um rio poluído por esgotos de outras cidades” (Correio Joseense, 06/06/1937).

Num verdadeiro impasse, os órgãos competentes compravam briga com a população, por estas desenvolverem “um fetichismo pelas águas de fontes puríssimas” (Idem, Ibidem). A política de modernização empreendida pelo Estado veio acompanhada de uma forte política sanitária de intervenção urbana. A adoção desse despotismo sanitário acabou por limitar os poderes da municipalidade. É o que se percebe com relação à querela das águas em São José.

A urgência dos serviços públicos implicou uma marginalização do poder local e uma proeminência dos poderes estadual e central. Estes, rapidamente impuseram as soluções.

A Comissão das Águas alegava que era “um erro abandonar águas próximas de tratamento fácil para buscar a custa de sacrifícios enormes, águas altas, de cabeceiras, águas de regimes incertos e quase sempre insuficientes só pela esperança vã e sem fundamento de que sejam mais puras que as outras” (Idem). Mas a população, por sua vez, resistia à modernidade, mantendo-se fiel à captação das águas da Boa Vista.

Essa peleja se estendeu por um bom tempo. Resolvida, em parte, essa questão, surgia um novo embate. Agora entre a prefeitura e o Departamento das municipalidades. Segundo consta, o prefeito sanitário havia embargado as obras porque o técnico do Departamento das Municipalidades “pretendia construir, justamente no largo da Matriz, uma torre de 26 metros de altura por 8 metros de largura, prejudicando não só aquela bela praça na sua área como na sua estética” (Correio Joseense, 09/01/1938).

Os postes de ferro da empresa Força e Luz também sofreram sanções da população que exigiu a sua substituição pelos postes de madeira. Em 24 de janeiro de 1924, esta empresa privada tentou instalar sua parafernália elétrica na cidade, incomodando a população. A modernização implicava modificações importantes no espaço, trazendo consigo fortes elementos do simbolismo urbano. A importância dada às torres e a insistência em introduzir visivelmente materiais funcionais, bem como a ostentação de certas construções “parecem marcar o espaço com uma certa modernidade tecnocrática, centrada na exibição do desempenho técnico da construção em altura” (Castells, 1983: 435).

Fig. 05: A Igreja Matriz, década de 1930.

Fonte: Arquivo Público do Município de São José dos Campos



Giuliano Della Pergola dá o nome de “decoreção urbana” às formas e elementos de modernização da cidade. Essa expressão, deixa claro o autor, “diz respeito a cada conjunto que traz conforto, serviços prestados à coletividade e estratégias que possibilitam à população adaptar-se melhor à cidade” (Della Pergola, 2000: 92-3). Assim, fazem parte das ‘decoreções urbanas’: as cabinas

telefônicas, as lixeiras, as caixas de correio, os serviços de limpeza urbana, postes de luz elétrica e de iluminação pública, a sinalização do trânsito, etc.

Adverte o autor que “cada serviço público é também um símbolo da autoridade local, o que encerra uma indireta e implícita exigência de legitimação e de religitimação” (Idem). Uma coisa é certa: a moderna decoração da cidade, concentrada no centro urbano de São José dos Campos, não agradava o estilo provinciano da população. À promessa da modernidade e eficiência dos serviços estaduais contrapunha-se uma pretensa morosidade “colonial” da cidade e de seus poderes.

Historicamente, a paisagem das cidades brasileiras foi estruturada pela praça principal, geralmente aquela fronteira à Igreja Matriz, grande símbolo da cidade. A torre da Igreja Matriz, segundo Landim, ainda funciona como um marco referencial urbano, nos permitindo “uma orientação visual e formal da localização da área central no *skyline* da cidade” (Landim, 2004: 71).

Enquanto os serviços não se concluíam, a população ia consumindo a água do Paraíba “com todas as suas impurezas e aspectos repugnantes” (Correio Joseense, 06/03/1938). A prefeitura defendia que a água fosse retirada do rio Paraíba, em ponto mais distanciado e livre da boca do esgoto, e. procurando desviar para os lados dos Pinheiros as instalações para a captação da água, por ser ali o precioso líquido mais puro, livre de infiltrações a que está sujeita a margem do Paraíba na sua parte baixa, na margem que circunda Santana (Correio Joseense, 06/06/1937). Encaminhando o local para a instalação do novo projeto, o prefeito tentava livrar a Praça da matriz da grande parafernália hídrica que queriam instalar por ali. Em 1944, um novo Projeto foi apresentado ao prefeito para solucionar o abastecimento de água da cidade.

Fig. 06: Ampliação do Serviço de Águas

Fonte: Flório, 1944.



Essas contendas locais nos conduzem aos conflitos da política da época, às características da administração municipal de então e ao controle dos serviços públicos por empresas estrangeiras. Como observamos, nos embates entre os poderes executivo e legislativo, no âmbito municipal, aparecem questões estruturais da sociedade e do estado no Brasil, onde as heranças arcaicas e as resistências à mudança permitem identificar as contradições que dificultavam a modernização do país.

Através delas somos levados a identificar um imaginário burguês de fim de século, compartilhado pelas elites brasileiras, então voltadas para a implementação de um novo projeto civilizatório. O projeto republicano emergia marcado pelo velho desejo de ocidentalização do país e de sua inserção no cenário mundial da civilização de matriz européia.

A indignação da população com relação ao problema da falta d'água somava-se à indignação da manutenção do título de estância climática e hidromineral da cidade. Num artigo publicado no Correio Joseense, o articulista, revoltado com “o insolúvel problema da água”, reclamava enfaticamente: “E ainda deram a nossa terra o pomposo título de Estância hidromineral! Que heresia!”

(Correio Joseense, 06 /03/1938).

Enquanto isso, as carroças com tanques cilíndricos percorriam a cidade fornecendo “o precioso líquido”, passando, inclusive pelos principais sanatórios. Em alguns existiam caixa d`água com bombas, que garantiam, a duras penas, o consumo local. A maioria das casas se virava com as cisternas escavadas nos quintais, latrinas e fossas que causavam febre tifóide e disenteria na população (Souza & Soares, 2002; Santa’ Anna: 2007).

Fig. 07: Carroça-tanque

Fonte: Amaral, 1930



Na falta da água, a “limpeza” acabava se dando de outra forma. Casebres

habitados pela população pobre, que representavam perigos à salubridade da comunidade, foram destruídos para dar lugar às largas avenidas, aos espaços destinados aos ineficientes e inconclusos projetos de abastecimento d'água, de esgoto e de iluminação. Aliados da administração local, os médicos, textualmente, acabavam registrando no Boletim Médico a tese da necessidade de uma cidade higienizada. Endossavam a salubridade do espaço e os perigos das más construções para a saúde pública. Apontavam no Boletim, inclusive, os destinos que deveriam ter os moradores “insalubres”, tudo em defesa dos serviços de higiene e assistência pública modernizadora.

Fig. 08: Rua XV de Novembro na década de 1940.

Fonte: Arquivo Público do Município



Utilizando-se de ironia, o médico sanitarista definiu o rumo que dariam aos

tísicos que não levassem em conta as terapias e receituários médicos. O médico colaboracionista, num descuido ético, exigindo disciplina, mostrou o ar que o doente respiraria, caso usasse apenas o pneumotórax como indicação do tratamento⁴:

O pneumothorax vae ainda melhor se o doente mudar de bairro, passar para um ponto mais alto, de ar mais puro, há preferência para certos bairros de clima (**Meu Deus, que dissemos!**) (sic.) melhor. Se internar o doente num sanatório, o pneumothorax será melhor controlado e a disciplina do tratamento importa com maiores garantias. E se tudo isso for feito em um clima bom, largamente experimentado no tratamento pulmonar, não serão evidentemente muito maiores as possibilidades da cura? (Boletim Médico, outubro e novembro / 1935).

No informativo, assegurava-se à população que seriam criados

dispositivos legais para impedir a construção de casebres, anti-higiênicos e o aproveitamento de habitações infectas para a hospedagem dos doentes. (Bem informados, diziam que) Há muito terreno fora da zona sanatorial para essas construções. Cada um tem o direito de habitar do modo que melhor lhe parecer, mas não tem o de constituir perigo ou prejuízo para os que não pensam do mesmo modo (Boletim Médico, 03/06/1933).

“As largas avenidas, bem calçadas, com parques bem tratados”, “a água abundante e purificada”, “os esgotos eficientes”, eram adjetivos que potencializavam, além da realidade, os dotes da cidade. A apropriada infra-estrutura da cidade era imensamente endossada no Boletim, com o propósito de se divulgar as múltiplas vantagens do clima de São José para cura da tuberculose, em detrimento de climas de montanha. Na concepção dos médicos de São José dos Campos, o clima de montanha “não se presta à localização de um sanatório de Associação de classe”.⁵

⁴ Recomendava-se o clima, ao lado do repouso, da aeração, da colapsoterapia, da disciplina sanatorial, a auroterapia, etc. Boletim Médico, N.º 28-29, outubro e novembro de 1935 / Arquivo Público do Município de SJC- Arquivo n.º 4890.

⁵ Em 1930, havia um movimento das empresas e associações de classe para tratar do problema da tuberculose criando estabelecimento de cura. O pavilhão para os empregados da Cia Paulista, no

O que se recomendava “para a construção dos sanatórios populares – das associações de classe ou beneficência – era um clima de média altitude, bem experimentado, com comunicações fáceis, de custo de vida razoável e não distando do centro que se propõe a servir” (Boletim Médico, 06/1933). São José, portanto, reunia todas essas condições favoráveis para pleitear a vinda dos tísicos, principalmente os de baixa renda, aceitos desde que viessem com guia do hospital central, em São Paulo (Idem).

Embora São José recebesse o título de Estância Climatérica em 12 de março de 1935, no Boletim Médico, edição número três, de junho de 1933, já se falava da condição da cidade como estância climatérica. Os médicos, inclusive, juntamente com o Diretor do Departamento de Administração Municipal, pleiteavam, por esta época, a Prefeitura Sanitária. Nesta edição, fica clara a pauta em discussão: esclarecer à população a respeito do que seria a Prefeitura sanitária. Esclarece o Boletim que

não se trata absolutamente, como muitos julgam, de uma forma de sobrecarregar a população com novos impostos acima de sua capacidade contribuinte (sic) ou de forçá-la a despesas incompatíveis com o angustioso momento econômico. Também não é seu fim, como muitos pensam, entregar a cidade aos tuberculosos (Boletim Médico, 12 /03/1935).

Transparece, nessa fala, que o discurso não agradava a todos, contrariando, dessa forma, a fala de defesa da Prefeitura sanitária. Parece-nos que o medo é algo evidente: medo dos altos impostos e dos doentes que viriam povoar a cidade. Tentando acalmar os ânimos daqueles que poderiam “jogar areia” no almejado destino da cidade sanatorial, os médicos trataram logo de explicar que “a presença

Sanatório Vicentina Aranha, foi a primeira realização dessa campanha (B. Médico, 1930, Arquivo. N° 4876).

de um engenheiro especializado em questões sanitárias, com a assistência médica indispensável, será a garantia de uma orientação perfeita dos serviços municipais (...). Os serviços de higiene e assistência pública serão também ampliados e aperfeiçoados” (Boletim Médico, 12/03/1935). Deixam claro, portanto, aos amedrontados, que a cidade não ficaria entregue aos tuberculosos. Grande falácia!

A rede de esgotos e a água encanada, na visão dos médicos do Boletim, só viriam com a Prefeitura sanitária. “Dentro desse regime administrativo (tratavam de explicar os médicos), o município verá aplicados, em seu benefício, os recursos municipais, acrescidos dos que, no regime actual, o Estado arrecada, em São José dos Campos” (Boletim Médico, 06/1933). Contava-se com um montante de 800 contos anuais, deduzidos apenas dos vencimentos dos funcionários das várias repartições da Prefeitura Sanitária, transformados em benefícios que, segundo os médicos, “só podem recusar os interesseiros e os ignorantes” (Idem).

Embora corajosos na investida de transformar a prefeitura de São José em condições sanitárias, os médicos temiam que o prefeito sanitário tomasse partido da posição para criar um esquema de interesses pessoais e políticos:

É preciso, entretanto, reconhecer quão justificado é o temor que muitos têm de que a Prefeitura Sanitária seja transformada pelo filhotismo e pela falsa noção que muita gente tem da caridade, em uma espécie de retiro para os que, afectados em suas saúdes, quizerem (sic) repartir os seus padecimentos com o interesse público. E é também o que tememos... (Boletim Médico, 06/1933).

Se foram os médicos os indivíduos diretamente responsáveis pela promoção da cidade em Estância, “hospedeira da tuberculose” (Boletim Médico, 10/1933), era justificável a preocupação do segmento com a política da administração sanitária adotada para o município. Pretendia-se evitar que atropelos ou interesses políticos do prefeito viesse comprometer o projeto e tornar a ação dos médicos desacreditada

perante a população.

Tornava-se, necessário, portanto,

que desde logo sejam incluídos na própria lei de criação de nossa Prefeitura Sanitária, dispositivos que vedem a admissão, em seus serviços, de pessoas que não disponham da capacidade de trabalho suficiente para os respectivos cargos. Só esses dispositivos evitarão que esses cargos se transformem em sinecuras. E é, exactamente, o que é preciso, a todo o transe, evitar para que não permaneçam no papel, os planos grandiosos que traz em seu bojo a idéia de Prefeitura Sanitária. A Redacção (Boletim Médico, 06/1933).

Defendem a idéia de que é possível administrar a doença com uma organização técnica, dirigida por médicos e por engenheiros sanitários (Lopes, 1933. Edição nº 3.). Acreditam que a organização sanitária de uma cidade de clima não seja compatível com a existência de autoridades municipais leigas (Boletim Médico, 10/1933). Numa crítica feroz à política do então prefeito sanitário, que, ao que tudo parece, não condizia com as necessidades do cargo, os médicos ressentem que a doença tomasse proporções incontroláveis. Denunciavam que,

as medidas de protecção e higiene vem sendo victimas em S. José dos Campos de injunções políticas, ou de outras origens, que lhes distroem toda eficiencia. É facto incontestável que mesmo a simples fiscalisação de gêneros alimentícios, sofre restrições importantíssimas nas cidades do interior, por conta de questões de ordem política ou de camaradagem pessoal. Sem uma autoridade tecnica, única e indiscutível, emanada de outro ponto que não o meio local, onde a população e os homens públicos que ella cria, vivem verdadeiramente à margem desses problemas, desapercibidos do papel médico-social da cidade, como hospedeira da tuberculose de todas as procedências, jamais se conseguirá em São José dos Campos o centro sanitário que São Paulo já não pode dispensar (Boletim Médico, 10/1933).

São José, neste momento, tornava-se um forte campo de conflito: a Prefeitura, os médicos e a população não chegavam a um consenso sobre a dimensão da vocação sanatorial da cidade. Duvidando da conduta dos administradores locais, os médicos alfinetavam, denunciando que a falta de conhecimentos especializados e

imprescindíveis para a direção de um município de necessidades sanitárias particulares como é São José dos Campos, trazem constantes embaraços à ação do higienista e do engenheiro sanitário (Boletim Médico, 10/1933). Mais embaraçados ficavam quando a sociedade denunciava que a infra-estrutura não condizia com o defendido título pomposo de Estância Climatérica e Hidromineral, adquirido pela blasfemada vocação sanatorial da cidade na lida com a tuberculose. (Idem, Ibidem)

Fig. 09 : Fachada do Centro de Saúde

Fonte: Amaral, 1930.



Todo este discurso se inscrevia num contexto em que o meio passou a ser observado. O alastramento das epidemias levou a medicina a elaborar a teoria do contágio desenvolvendo a idéia que a propagação das doenças se dava em função da presença de um meio inadequado. Essa idéia, tão amplamente divulgada, passava,

no caso de São José dos Campos, a ser difundida pelos seus almanaques. O relatório das potencialidades físicas da cidade, como o tipo de solo, a topografia, a direção dos ventos, a presença de praias, os rios e os pântanos que os almanaques traziam⁶, estava ligado à investigação das suas reais condições para a produção ou não das doenças (Rolnik, 1997: 38).

A tese médica em voga considerava o ar e a água os principais veículos da contaminação. Acreditava-se que os miasmas, emanções fétidas e pútridas, gerados pela água podre e pelo ar insalubre, eram os responsáveis pela proliferação das doenças. O espaço passou a ser investigado. Um cuidado maior foi dado aos pântanos e aos lugares que acumulassem detritos, objetos, insetos e matérias em decomposição, por serem consideradas fontes produtoras de miasmas (Rolnik, *Ibidem*).

A idéia dos médicos, de montar um pólo sanatorial na cidade agradou sobremaneira a administração pública contribuindo, dessa forma, para fixar a população em terras joseenses e impedir a emigração da população agrícola para o Oeste Paulista, que se delineava, na época, como o verdadeiro eldorado de possibilidades. O teor da ata da sessão ordinária de fevereiro de 1913 revelou essa preocupação: "em dispensa do interstício regimental foi aprovado nas três discussões o projeto de lei estabelecendo medidas sobre o aliciamento de camaradas da lavoura desse município, sendo enviado a promulgação" (Atas da Câmara Municipal de São José dos Campos, 18/02/1913).

Nota registrada no Correio Joseense em 1920 novamente tratava de conter a saída dos lavradores do município, o que causava grandes prejuízos à lavoura:

⁶ Foram produzidos em São José dos Campos, de 1905 a 1954, cinco almanaques com cobertura nacional.

De diversos pontos do Estado têm vindo a esta cidade, com o propósito de aliciar empregados para a lavoura, várias pessoas que, não medindo as conseqüências de seus actos, em desacordo com as posturas municipaes, põem em execução os seus planos seduzindo por meio de promessas pomposas os nossos rústicos trabalhadores da roça, isto com grandes prejuízos para a nossa lavoura e para o nosso município em geral (Correio Joseense, 08/02/1920: 03).

Novamente o aliciamento de mão-de-obra foi assunto na edição de fevereiro de 1920:

O Cel João Cursino, prefeito municipal, officiou ao dr delegado de política, pedindo o auxílio da polícia para a fiel execução da lei municipal N. 44 de 19 de fevereiro de 1913, que estabelece medidas de defeza agrícola, dispondo contra o aliciamento de trabalhadores ruraes, que ultimamente está sendo feito desbragadamente por agenciadores de outros municípios do Oeste do estado. Cumpre advertir que muitos dos nossos trabalhadores, que são seduzidos e desviados das nossas lavouras, com promessas de grandes salários, uma vez collocados na lavoura para onde vão, sujeitos (sic) a regimens a que não estão habituados, em poucos dias ficam desesperados, e, sem recursos para regressarem promptamente, por via férrea, seguem uns a pé e outros ficam a espera de que suas famílias, seus ex-patrões e seus amigos que ficaram lhes mandem os meios de poderem regressar (Correio Joseense, 15/02/1920).

A questão era tão grave que, em 1929, a Câmara Municipal estabelecia “impostos sobre aqueles que aliciem ou agenciem trabalhadores rurais (...) de modo a impedir que sejam eles conduzidos para fora do município, o que traz grandes prejuízos e enormes dificuldades aos lavradores” (Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, 30/07/1929). Um projeto de Lei determinava o valor do imposto em 2:000\$000. A recusa do pagamento implicaria em prisão *incontinenti* (Idem).

Por força da determinação, nesta década foi criado o brasão⁷ da cidade.

⁷ O Brasão de Armas de São José dos Campos, de autoria de Afonso de Taunay e José Wasth Rodrigues, foi adotado pela lei municipal nº 180, de setembro de 1926. Seu desenho foi restaurado

Exibindo os supostos atributos dos ares e das terras de São José dos Campos, as forças políticas joseenses se mergulhavam nas ínfimas condições naturais do município. Ao mesmo, Cassiano Ricardo, um ilustre filho da terra, já pensava em publicar “A marcha para o Oeste”; versão mítica do Estado Nacional em que se faz uma analogia entre a organização das bandeiras (século XVI) e a do Estado Novo. Poucas eram as chances da municipalidade de atrair a força de trabalho para o campo de São José.

Fig. 11: Brasão da cidade criado em 1926



O lema da cidade “Aura terraque generosa”; "Generosos são meus ares e minha terra" é uma idéia expressa que serve de guia ou de motivação para a cidade. Os lemas, quando adaptados aos interesses locais, condensam valores que justificam uma ação comum. Pela fraca força dos atributos naturais, os ares joseenses vão dando espaço para a doença. A vocação sanatorial viria, portanto, atrair e manter

pela lei nº 19, de 26 de agosto de 1948, ratificado pela lei nº 2178 de 1970 e alterado pela lei nº 5248 de 1998.

uma população mais estável, que não via, na decadente produção agrícola, meios de fixar morada e subsistir. Não se discutia, no momento que, com a criação da prefeitura sanitária, o município perderia a sua autonomia, passando a ser submetida à legislação do Estado. Uma vez decretada a prefeitura sanitária, não haveria mais eleições de Câmara e o prefeito, agora nomeado, passaria a ter total liberdade para administrar.

Somente em 1958 é que a cidade deixou de ter o prefeito nomeado, decisão que foi revogada em 1970. Após o golpe militar, o município, tornado área de segurança nacional, e ainda legalmente Estância Hidromineral, voltou a ficar sob a intervenção do Estado sob direção de prefeitos novamente indicados.

Momentos após o decreto que criou a estância, o Correio Joseense de março de 1935, trazia uma notícia dos setores da sociedade que se mostravam infelizes com a intervenção política, uma vez que “foi negado ao povo de São José dos Campos o direito de se governar a si mesmo” (Correio Joseense, 24/03/1935). O articulista deixou claro que não havia nada pessoal contra o prefeito, apenas se manifestou “como filho desta terra, cumprindo um dever de consciência, defendendo o nosso ponto de vista e, com elle, a autonomia política e administrativa que nos foi cassada, em virtude da criação (sic) da Prefeitura sanitária” (Idem). Paradoxalmente, a saída econômica, sustentada pela doença, implicou na perda de autonomia do município.

São José dos Campos, anônima até primeira década dos novecentos começou, a partir daí, a ser reconhecida nacional e, inclusive, internacionalmente, pelos resultados satisfatórios na cura da tuberculose. A busca da cidade pelos seus ares milagrosos contra o bacilo de Koch, fez de São José dos Campos a cidade do peito. Na verdade, o grande dote da cidade não estava nos seus campos, mas no seu clima.

Enaltecido aos quatro ventos, as benéficas dos ares joseenses se espalhavam pelo território nacional. Desde o início de 1900 a cidade era já procurada por pessoas que vinham se beneficiar da “bondade do clima” joseense. O município tornou-se uma estação de tratamento, com importantes sanatórios, principalmente entre 1935 e 1950, com coeficiente de mortalidade por tuberculose atingindo valores de 1.489,31 por 100.000 habitantes, muito superiores aos encontrados no município de São Paulo, no mesmo período, caracterizando grande invasão de óbitos no município.

Destes óbitos prevaleceram os doentes do sexo masculino, na sua maioria, lavradores. A faixa de 20 a 39 anos foi predominante em ambos os sexos. Ocorreu maior frequência de óbitos dos naturais do Estado de São Paulo, que também foi responsável pela maior procedência. Dentre os estrangeiros, destacaram-se os japoneses e os portugueses (Belculfiné, 2001).

A cidade de São José dos Campos era caracterizada por uma pobreza crônica. Mesmo com poucos recursos, os forasteiros enfermos contribuíam para a receita local, possibilitando incentivos econômicos e relativo incremento na renda da cidade. A doença, tragédia particular para muitas famílias, foi também utilizada como fator de desenvolvimento, pois lançou, a partir da cidade sanatorial, as bases para a industrialização. De acordo com Paula Carnevale Vianna,

o planejamento urbano de 1961, realizado em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP considera que o processo de industrialização tenha se iniciado com a fase sanatorial, tendo ambos convivido com funções economicamente importantes nas décadas de 1940-50 (Vianna, 2004: 97).

No entanto, essa trajetória foi permeada de percalços. O jornal *Correio Joseense* comumente endereçava suas críticas aos capitalistas que não viam na

cidade motivos para injetar seus capitais. Pouco atrativa para os empreendedores, eram registradas denúncias nos jornais a esses “egoístas” homens de negócios. Vivendo sob regime de pequenas e médias fazendas de café, constantemente em crise, a São José do período imperial não conseguia reunir energias, políticas engajadas suficientemente, para se fazer representar junto às forças nacionais, como foi o caso das cidades vizinhas de Taubaté, Jacareí, Lorena e Bananal, bem representadas pelos barões de café.

Esse panorama mudou, sobretudo, quando a cidade começou a ser procurada pelos tuberculosos para tratamento de saúde, na virada do século XIX para o XX. A idéia dos médicos, de montar um pólo sanatorial na cidade agradou sobremaneira a administração pública contribuindo, dessa forma, para fixar a população em terras joseenses e impedir a emigração da população agrícola para o Oeste Paulista. Nesta época O oeste paulista se delineava como o verdadeiro eldorado de possibilidades para a população agrícola desempregada de São José dos Campos. Conforme podemos observar na tabela número 02, a população economicamente ativa do município estava, majoritariamente, ligada à atividade agropecuária em 1920.

O teor da ata da sessão ordinária de fevereiro de 1913 revelou essa preocupação: “em dispensa do interstício regimental foi aprovado nas três discussões o projeto de lei estabelecendo medidas sobre o aliciamento de camaradas da lavoura desse município, sendo enviada a promulgação. A vocação sanatorial viria, portanto, atrair e manter uma população mais estável”.

Tab. 02: Distribuição da população economicamente ativa (PEA) do município de São José dos Campos de 1920-70

Fonte: Vianna, 2004:88.

Ano	Pop	PEA	Setor						
			Agropec.	Indúst.	Transp Comum.	Com. mercadoria	Adm. pública	Prest. serviço	Outras ativos
1920	30.681	7.980	6.427	433	148	356	85	131	
		24,33	78,69	5,3	1,81	4,36	1,04	1,61	
1940	36.279	12.489	7.917	2.195	353	685	391	791	
		47,3	29,98	8,31	1,34	2,59	3,13	3	
1950	44.804	15.868	5.966	5.302	558	871	406	805	
		35,4	37,48	33,31	3,51	5,57	1,79	5,06	
1960	78.994	23.478	5.008	8.105					10.365
		30,49	21,33	34,52					44,15
1970	148.33	47.530	4.118	21.093	1.591	3.958	4.063	7.337	2.497
		32,00	8,67	44,38	3,35	8,33	8,55	15,23	5,24

Além dos doentes, o projeto requeria mão-de-obra, sobretudo saudável, embora tivesse se delineado pela pobreza. Ser pobre, mas trabalhador, passou a ser o discurso legitimador. A riqueza, principalmente a egoísta, passava a ser condenada. A linguagem do Semanário "A Caridade", jornal de cunho católico que circulava na cidade em 1916 versava quase que unicamente sobre a valorização e apologia à pobreza. Explicável, pois o projeto não teria sustentação se não fosse o trabalho dos desfavorecidos, que se candidatariam às diferentes atividades profissionais relacionadas à perigosa indústria movida pelos portadores do bacilo Kock. Em troca do trabalho, arriscava-se a própria vida.

Fomos buscar em Le Bon a formulação teórica para se entender as diferentes trocas efetuadas no momento de materialização do projeto. De acordo com Le Bon, o interesse teve grande papel na formação das opiniões formadas. A

maior parte das coisas pode ser considerada sob pontos de vista muito diferentes: interesse geral ou interesse particular, principalmente. O interesse possui, como a paixão, o poder de transformar em verdade aquilo em que lhe é útil acreditar. O interesse, segundo Le Bon,

é, pois, freqüentemente, mais útil do que a razão, mesmo em questões em que esta deveria ser, aparentemente, o guia único. Em economia política, por exemplo, as convicções são de tal modo inspiradas pelo interesse pessoal que se pode, em geral, previamente saber, conforme a profissão de um indivíduo, se ele é partidário ou não do livre câmbio. **As variações de opinião obedecem naturalmente, às variações do interesse.** Em matéria política, o interesse pessoal constitui o principal fator. Um indivíduo que, em certo momento, energicamente combateu o imposto sobre a renda, com a mesma energia o defenderá mais, se conta ser ministro. Os socialistas enriquecidos acabam, em geral, conservadores, e os descontentes de um partido qualquer se transformam facilmente em socialistas.

Elisário Bonilha, dentista renomado na cidade e colaborador dos almanaques produzidos no município era fiel leitor das idéias de Le Bon. Apostando na validade do projeto sanatorial para alavancar a economia da cidade, usava dos argumentos de Le Bon como forma de manifestar seu desabafo contra a inércia dos políticos e influentes locais que não apostavam no projeto como saída da crise vivida pela cidade. O desejo de Bonilha, evidenciado no discurso publicado no Almanaque de 1922, era que a administração pública, pobres e doentes se juntassem a uma causa comum.

A causa comum resumia-se em efetivar a proposta que reergueria a economia de São José e a projetaria no cenário nacional. O interesse comum passou a fundamentar a construção de uma identidade que se queria estabelecer. Essa coesão "nacional" procurou criar uma idéia de territorialidade acima das diferenças e das diversidades concretas que constituem essa sociedade. Lembremo-nos de Hobsbawm, quando diz que "em seu processo de legitimação como forma de justificar sua autonomia e poder, as nações (territorialidades) recorrem a essas

práticas simbólicas, (baseadas na coesão) procurando mostrá-las como algo com raízes profundas num passado compartilhado por todos de tal forma que elas apareçam como ações naturais e sem historicidade" (Hobsbawm, 1984: 12).

Esse "pacto social" abriu o discurso em nome do povo e para o povo, que caracterizou a política local, ao mesmo tempo comum e contraditória de debates e ações em torno das disputas do poder. Como a soberania do povo não pode ser representada, uma vez que alguns homens decidem, pensar, agir pelo povo, a responsabilidade política vai se limitar inicialmente aos políticos, médicos, urbanistas e comerciantes, ansiosos pela recuperação econômica joseense em bases sanatoriais, conclamando doentes, pobres e médicos a participarem do projeto comum.

Edmund Burke, autor de importantes textos políticos e estéticos, considerou, no final do século XVIII, que, "no estado de rude natureza não é possível existir um povo. Faz-se necessária a idéia de corporação, um constructo, portanto algo totalmente artificial, uma ficção legal, ou seja, o contrato que forma a sociedade acordado em comum consentimento" (Apud. Brescianni, 1998). A divulgação das idéias via almanaques, revistas, jornais e vídeos, facilitaram a adesão ao pacto.

Bustos de médicos sanitaristas foram erigidos pela cidade para reverenciar seus benfeitores e as figuras, relacionadas à área médica, mais precisamente especialistas do aparelho respiratório, que a cidade tanto se orgulhava. "Os nossos médicos", artigo do Almanaque de 1922, é contundente em afirmar o valor inexplicável desses profissionais dentro do contexto da época⁸:

Quando o médico, bem compenetrado da sua elevada missão social, além de

⁸ Contentemo-nos apenas com uma dessas descrições para ilustrar a idéia, já que a "rasgação de sedas" norteia quase que todo o conteúdo do material.

personificar a sciencia, aninha (sic) no seu coração, sentimentos de caridade pelos que soffrem, então o seu sacerdocio se reveste de uma aureola de luz divina, espargindo raios de misericórdia christã.

O médico caridoso não é um profissional da arte de curar que faz da sua sciencia objecto de mercantilidação; elle é um lapidário do bem que espalha a mãos cheias, no altíssimo ministerio de aliviar as dores e estancar os soffrimentos, espiritualizando, divinizando mesmo a sua nobre missão sobre a terra.

Deste quilate, dessa nobreza de sentimentos de bondade, de abnegação e de altruísmo, são os três distintíssimos médicos que São José dos Campos, tem a felicidade de possuir: Drs Mário Nunes Galvão, Nelson Silveira D'Ávila e Gaspar Barbosa de Rezende são tres acatados homens de sciencia, que exercem nesta cidade o apostolado da medicina com verdadeiro espirito de caridade crhistã.

São bemfeitores da humanidade, phylanthropos na melhor expressão da palavra, aos quaes o nosso povo deve-lhes os mais valiosos e extraordinarios serviços.

Por isso mesmo, os tres distinctos clinicos são bemquistos do povo, gozam de geral estima da população e com justiça bem lhes assenta os nomes de grandes benemeritos do povo.

Enfeixamos aqui o preito da nossa homenagem e da nossa sincera admiração e amizade, aos tres illustres medicos, dignos pelos seus titulos de benemerencia da estima e consideração públicas (Monteiro, 1922).

Essa elocubração apologética aos grandes feitos da trindade sanitaria passaria despercebida se não nos empenhássemos no cruzamento das fontes históricas. Em estado de frenesi, foi-se percebendo, na leitura das Atas da Câmara de 1916, que aquela idolatria não era em vão, e que deveria ter algo mais além da inocente e aparentemente exagerada admiração pelos médicos assistencialistas.

Cada leitura das fontes foi uma descoberta... Por elas, fica claro que a idéia dos médicos, de montar um pólo sanatorial na cidade agradou sobremaneira a administração pública contribuindo, dessa forma, para fixar a população em terras joseenses e impedir a emigração da população agrícola para o Oeste paulista, que se delineava, na época, como o verdadeiro eldorado de possibilidades. O teor da ata da sessão ordinária de 18 de fevereiro de 1913 revelou essa preocupação: "em dispensa do interstício regimental foi approved nas tres discussões o projecto de lei estabelecendo medidas sobre o alliciamento de camaradas da lavoura deste municipio, sendo enviado a promulgação" (Atas da Câmara Municipal de São José

dos Campos, 18/02/1913). A vocação sanatorial viria, portanto, atrair e manter uma população mais estável.

Contestando essa "natural" competência que arquitetaram para a cidade, o memorialista, médico radiologista, Dr. Rubens Savastano, dizia, em 1998, com relação ao clima e ao grande projeto sanatorial:

Sempre se falou que o clima favorecia, mas o clima, se você prestar atenção, não difere das outras cidades do Vale do Paraíba, e não difere grandemente do clima de São Paulo, de modo que, o mais importante é que aqui se constituiu um centro de tratamento (...).

São José dos Campos, como um centro de tratamento da tuberculose começou com um médico que foi o dr Mário Galvão. Ele ficou doente e se tratou em São Paulo com o médico que era o mais renomado na ocasião, tisiólogo, professor da Faculdade de Medicina, o dr. Clemente Ferreira, e se curou. Segundo o pessoal antigo da época, foi ele quem sugeriu ao dr. Mário Galvão iniciar uma clínica para tuberculosos em São José dos Campos (Dias, 2000: 34).

Mais reveladora foi a forma encontrada pelo competente médico paulista para convencer o médico mineiro de Ouro Preto, que buscava a cidade, em 1902, para se tratar da tuberculose. Clemente assim se dirigiu a Jorge Dória:

Você sabe tudo a respeito de tuberculose. Você, acompanhando o seu tratamento, fez um curso de tuberculose, se especializou, porque, o pessoal para vir para São Paulo é muito difícil, a vida é cara, não tem onde se alojar, não tem hospitais, não tem onde pôr esse pessoal. São José dos Campos, que é uma cidade pequena, tem muito mais possibilidades de acomodar esses pacientes. Você começa uma clínica, e é evidente que você não vai ter paciente da cidade porque não tem tuberculoso em São José dos Campos para você montar uma clínica especializada, mas você vai contar com uma clientela que virá de fora, desde que você crie um centro, e nós mesmos iremos encaminhar pacientes para vocês (Dias, 2000: 35 - 6).

De fato, o sanatório delineava-se como um negócio promissor. Para vingar a idéia, era preciso atrair doentes, mas antes, porém, segurar a população no município, atraída pelas promissoras vantagens de trabalho no Oeste. Ao mesmo

tempo era importante assegurar, para as futuras indústrias que se fixarem na região, um corpo de funcionários relativamente garantidos no emprego. O artigo 3º do Projeto de Resolução de 1920 estabelecia:

Se o proprietário de uma fábrica de 100 ou mais operários empregar operários desta cidade e seu município (principalmente mulheres)⁹ em número não inferior a um terço de todo o pessoal, a Câmara lhe fará doação do terreno ocupado, logo que se verifique que os operários do lugar se acham satisfeitos e tem garantia de permanecer em seus empregos (Atas de 15/05/1920).

Se, por um lado, a Câmara assegurava a mão-de-obra para os capitalistas, deveria, da mesma forma, convencer os futuros operários a se empregarem nas fábricas. Dessa forma, o discurso da apologia ao trabalho e aos investimentos sociais por parte da elite capitalizada tornou-se premente nos órgãos de propaganda locais. Embora longa, a citação a seguir do semanário "A Caridade", de nomenclatura sugestiva, vale a pena ser lida:

Os ricos

Muita gente pensa que a felicidade, aqui na terra, consiste em Ter muito dinheiro. Como fulano é feliz! Ele conseguiu com esforço acumular uma grande fortuna! Isto ouvimos a toda hora da boca da gente pobre. Puro engano! A felicidade verdadeira consiste na paz de consciência.

O dinheiro não trouxe felicidade aos grandes ricos da América do Norte.

Todos os grandes ricos trabalham como burros para se enriquecerem. E que lucraram?

Pierpont Morgan, o multibilionário, morreu de fome há poucos anos, porque um cancro no estômago o impedia de alimentar-se.

Philippe Armour, de Chicago, o rei das conservas, foi reduzido ao regimen lacteo exclusivo por uma dyspepsia cruel.

Rockefeller, esgotado de forças e sofrendo terrivelmente do estômago, oferece um milhão a quem lhe fizer um estômago novo.

Pullman, 25 vezes milionário, confessava que nunca fôra mais feliz, do que

⁹ Coincidentemente, nos Termos de Abertura da Escola Santanense, datado de 1920, registra-se a alta evasão das mulheres, que abandonam o curso primário e secundário pela metade, o que, pode ser explicado com a inserção da mulher no mercado de trabalho, retirando-a do espaço escolar. Ou então, pode-se aferir que a dona de casa, que abandonava o lar em busca do trabalho, deixava, como responsável pelos serviços domésticos, as suas filhas mais velhas, forçando, dessa forma, para a evasão escolar.

quando era obrigado a trabalhar para comer.

Minha fortuna esmaga-me, escreveu Vanderbilt a um amigo. Não me causa praser algum, nem me faz bem.

Em que serei mais feliz do que o meu visinho (sic) que vive modestamente? Gosa mais a vida, sua saúde é melhor e sua responsabilidade muitíssimo menos pesada: há de viver mais do que eu e ao menos pôde fiar-se nos que o rodeiam.

Não é portanto no amontoar muito dinheiro, que consiste a felicidade.

A felicidade verdadeira, como escrevemos no começo deste artigo, consiste na paz de consciência.

E essa paz de consciência não pode existir sem a virtude da caridade. Quantos ricos não poderiam Ter suas horas felizes, socorrendo os pobres!

Carnegie, o grande millionário americano, amigo do nosso saudoso Joaquim Nabuco, Carnegie está empregando grande parte de sua fortuna em obras e caridade.

Escreveu elle a um amigo, esta phrase:

Todo homem que morre rico morre desonrado (Tudo em letras maiúsculas) (sic.)

Sigamos o evangelho que diz: empregar nossa fortuna em boas obras, é collocá-la no céu, onde não há ratos nem ladrões (A Caridade, 21/11/1914).

Não convencidos da força do discurso isolado, "A Caridade" lançou, na edição de sete de outubro do mesmo ano, um outro artigo e, na seqüência, vários outros. Estas publicações eram direcionadas aos pobres, ao mesmo tempo, segmento social que se ocuparia das funções geradas pelo projeto que se queria construir para a cidade e também gerador de renda que dinamizaria a economia local. Através do uso de metáforas, o teor da argumentação conclamava ricos e pobres a se juntarem a uma causa comum:

Os pobres

Os pequenos, os miseráveis são tudo na terra.

O insigne poeta Rostand serviu-se de uma feliz imagem para demonstrar a importância, a magnitude social desses pequenos e miseráveis.

Pegae de um livro, de um jornal. Abri-o, percorrei-lhe as columnas. O que primeiro vos fere os olhos são os títulos, as epigraphes, os cabeçalhos dos capitulos, em typos maiúsculos, em grossos caracteres (o poeta refere-se aos capitalistas e endinheirados homens de negócios) . Mas as letras, os typos minusculos, os caracteres microscopicos (mais precisamente a massa descapitalizada) são os que formam o pensamento, traduzem a ideia, encerram a alma do escriptor.

São a essência, sem elles o livro, o jornal não existiriam. Podeis imprimir os títulos graúdos, **impossível eliminar as letras mínimas** (entenda, os pobres). Poderieis

dispensar os potentados, impossível passar sem o povo. Passar sem o povo equivaleria a passar sem alma, isto é, sem vida.

Na epocha actual não se comprehende intelligencia e coração bem formados que não se dediquem aos interesses do povo. Mas, em tudo, há o bom e o mau; há o verdadeiro e o falso amigo.

Os verdadeiros amigos do povo são os que o procuram desinteressadamente, são os que lhe falam a verdade, por amarga que pareça, são os que lhe dizem: **Deveis trabalhar constantemente, pois o trabalho é a lei providencial da existência; sem trabalho nada de justo alcança. Quem vos declarar que podeis prosperar e viver sem trabalho, economia e, disciplina, é o mais vil de vossos contrarios, um malfeitor, pior que um assassino: envenenando-vos a consciencia (grifos nossos)** (Affonso Celso. "A Caridade", 07/10/ 1916: 01).

Esse processo de convencimento, altamente coercitivo, faz parte das novas práticas sociais específicas do momento. Se em condições escravistas o trabalho era condenado como tarefa de classes inferiores, agora, o trabalho, outrora renegado, tem que ser valorizado, porque assim querem as novas forças capitalistas. O trabalho passava a ser valorizado e, junto com essa idéia foram criados códigos de posturas ligados a valores, direitos e obrigações tais como "patriotismo", "lealdade", "dever", "regras do jogo", "espírito escolar."¹⁰

Analisando as tradições européias inventadas em diferentes momentos históricos, Hobsbawm argumentou que

os símbolos criados proclamam a identidade e soberania do povo (e que) (...) apesar de todas as invenções, as novas tradições não preencheram mais do que uma pequena parte do espaço cedido pela decadência secular das velhas tradições e antigos costumes; aliás, isso já poderia ser esperado em sociedades nas quais o passado torna-se cada vez menos importante como modelo ou precedente para a maioria das formas de comportamento humano (Hobsbawm & Ranger, 1984: 19-20).

¹⁰ Nos Termos de Abertura dos Livros da Escola Santanense, de 1920, essa função patriótica e esse estímulo ao zelo pelos símbolos regionais são bastante destacados. Os Termos de Abertura dos Livros da Escola Santanense fazem parte de um acervo de documentação inédita, riquíssima em informações sobre o papel e função da escola no período estudado que se encontra no Arquivo da Escola.

Esse fenômeno foi perfeitamente observado no discurso da época. Café, mão-de-obra escrava e espaço rural, eram coisas do passado e, como tal, deveriam ser eliminados da memória popular, mesmo porque; segundo o discurso hegemônico, São José queria ser projetada e se tornar conhecida nacionalmente. As cidades vizinhas já tinham sua vocação delineada. São José, no entanto, ainda procurava saídas. A salubridade do clima já era notória, pelo menos do ponto de vista de seus idealizadores, bastava argumentar melhor as outras qualidades da terra.

Para implementação de qualquer projeto, seriam necessárias medidas de infra-estrutura, pois São José não pôde se apoiar nos rendimentos da monocultura como outras cidades valeparaibanas.¹¹ Fazem-se necessárias, dessa forma, implementações de uma política urbanística que pudesse solucionar problemas como os de abastecimento de água, de iluminação pública, de construção de rede de esgotos, de construção de casas populares e de outros melhoramentos locais.

Essas medidas estavam presentes nas discussões das Atas da Câmara desde fins do século XIX¹²:

com uma rede de esgotos, necessidade imprescindível para a manutenção do bom estado sanitário da nossa localidade, e conhecida a sua situação excepcional de uma verdadeira estação de saúde, procurada como é por numerosas pessoas enfermas, e havendo sido renovada a autorização orçamentária para o governo estadual mandar executar os serviços de esgotos de São José dos Campos, indico que a Câmara Municipal nomeie uma comissão de três vereadores para, em companhia dos senhores membros do diretório político deste município (...) para que seja dado cumprimento à resolução legislativa que encerra uma medida de tão transcendental alcance para o futuro de nossa cidade (Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, 15/01/1917).

¹¹ Pensou-se, inclusive, em 16 de outubro de 1916, na extinção do imposto sobre cafeeiros, que veio se realizar em 1918, "em conseqüência de não haver produção (...), por motivos dos estragos produzidos pelas geadas na lavoura de café. (Ata da Câmara de 1918). Da mesma forma, "os proprietários de máquinas de beneficiar café solicitam a suspensão da cobrança do imposto de indústria e profissão e taxa d'água, desses estabelecimentos industriais, sob a alegação de não haver café para beneficiar" (Ata da Câmara de 15 de fevereiro de 1919).

¹² Conferir Atas a partir de novembro de 1895.

A possibilidade aventada pela municipalidade de atrair investidores concedendo incentivos fiscais e mesmo doando terrenos para instalação de indústrias chamou a atenção dos especuladores. A primeira tentativa de construção de um hotel-sanatório em São José dos Campos foi de José Bento Monteiro Lobato, por concessão da Câmara Municipal em 24 de julho de 1911. Após sucessivas discussões sobre o projeto de Monteiro Lobato e pela demora da execução, a Ata de 16 de março de 1914 declarou caduca a concessão.

Não abandonando definitivamente a idéia de Lobato, os vereadores viram, nessa iniciativa, a saída para SJC. Propôs-se, portanto, nas sessões seguintes, angariar fundos para a construção de um sanatório para tuberculosos na cidade, agora, "projetado pelo benemérito paulista, dr. Olavo Egydio de Souza Aranha e sua Em^a consorte", dona Vicentina de Queiróz Aranha, que,

cheia de virtudes e inflamada do mais ardente zelo de caridade christã pelos que soffrem os horrores da mais tremenda das moléstias (...) foi a alma mater do movimento que se iniciou e vem se operando em favor da construcção do Sanatório. Foi ella que delineou os primeiros planos dessa marcha benemérita dos cruzados do bem, alcançando as primeiras das brilhantes etapas da gloriosa jornada da caridade.

Foi ella que angariou a forte somma com que Santa Casa de SP, vae iniciar as grandes obras.

Portanto, o nome dessa innesquecível senhora há de ser lembrado para sempre no grandioso monumento que a caridade do povo paulista vae levantar.

Para realçar e avivar ainda mais esta lembrança aos vindouros, As gerações do porvir, nada mais justo, mais condigno e consentaneo do que ser dado o nome da saudosa extincta ao futuro Sanatório.

(...) Foi ella que delineou os primeiros planos dessa marcha benemérita dos cruzados do bem, **alcançando as primeiras das brilhantes etapas da gloriosa jornada da caridade** (grifos nossos) (A Caridade, 29/11/1917).¹³

¹³ Vicentina Aranha morreu antes de ver erigido o prédio que ajudou a construir. Em homenagem e reconhecimento, foi decidido que o Sanatório seria batizado com o mesmo nome de sua benfeitora (Ata de 29 de novembro de 1917).

Quando o articulista referiu-se à conquista do terreno e do capital para a construção do sanatório como "as primeiras das brilhantes etapas da gloriosa jornada da **caridade**", não deixou dúvidas com relação ao próprio objetivo do semanário: contar, nesse primeiro momento, com as obras de caridade. Pelos discursos do periódico, percebe-se um grande desinteresse da elite empreendedora local em empregar capital nos projetos e necessidades da cidade. No momento, parece-nos que o grande problema da cidade era a demanda imobiliária, mais precisamente a construção de casas para aluguel, como fica evidente no desabafo a seguir:

(...) Haja boa vontade e amor ao progresso; ponha-se à margem o carrancismo; combata-se o egoísmo tolo e, infructífero; associem-se os detentores do capital que até agora só tem vivido para si e resolvam esse problema, está visto que assignaladas vantagens para si, mas também com benefícios, não serão pequenos para a população em geral, para o progresso e para o engrandecimento da cidade e do município.

Construam-se casas de aluguéis para todos os preços, facilitem aquelles que as quizerem construir como se faz nas grandes cidades. Santos, por exemplo, engrandeceu-se e embellesou-se por meio de associação predial, tendo por fim a construção e reconstrucção de prédios em prestações.

Porque não se faz aqui a mesma cousa?

Não faltam homens de capital.

O que falta é somente iniciativa.

Houvesse facilidade nos meios de construcções de casas, que estas surgiriam diariamente, não só para augmentar e embellezar a cidade, mas também para trazer economia e conforto a muitas e muitas famílias já aqui residentes e outras que aqui viriam fixar-se.

Construam por conta própria ou facilitem as construcções para serem pagas em prestações, **que os senhores capitalistas, só com isso, sem temor de prejuízos e com probabilidades de grandes lucros, muitos irão fazer pelo progresso da nossa bella e aprazível cidade** (grifos nossos) (Correio Joseense, 11/01/1920).

O discurso, a partir desse momento, deixou transparecer, claramente, o enunciado da proposta legítima. Legítima porque, suscetível de conduzir os homens, os governou e, ao mesmo tempo, os incluiu nesse discurso, que constrói sem interrupção, sem rupturas, tece tudo junto... a cidade e o povo. Como argumentou Geneviève Bollème, "o discurso, o saber e o homem já não são mais que uma única

e mesma função” (Bollème, 1988: 45). Nessa "cumplicidade existencial", os políticos locais tendiam, através dos seus enunciados, eficazes na arte de dizer e de persuadir as massas e multidões, "contando fábulas, ao invés de instruí-las" (Bollème, 1988: 46), procurar satisfazer anseios dos pobres.

As constantes crises da economia cafeeira acabou por estimular investimentos em imóveis urbanos. Uma espécie de crença comum, na época, enfatiza Rolnik, atravessava a mentalidade dos grupos sociais. Acreditava-se, no início do século XX, que “investir em imóvel neste país é o único investimento verdadeiramente seguro, que jamais, com crise ou plano econômico, vira pó” (Rolnik, 1997:25).

A validade do projeto sanatorial contou com uma propaganda competente, sobretudo porque o discurso veio atender as necessidades do doente pobre. Como ressaltou Geneviève Bollème,

se o saber só existe em vista do bem, se é o bem do povo, então aquele que sabe se arroga o direito e o dever de falar, é justo que ele fale. O discurso se justifica e justifica um ensinamento, uma pedagogia, com o único fim de organizar a cidade (*polis*); o discurso político se afirma todo-poderoso para assegurar - e efetivamente assegura - como evidente o bem em nome do qual ele fala. Assim se apresenta, de certo modo, a ciência política, tal é o poder de uma palavra que é política em todos os níveis, porque revestida de uma autoridade que o saber, a razão, o bem - tudo vem a dar no mesmo - lhe dão. Assim pensava Platão (1988: 43).

“Se o saber só existe em nome do bem”, e esse bem está ligado ao bem do povo, de fato, o discurso político foi realmente eficiente. Propor uma economia calcada no tratamento da temível doença que tomava o país, além de significar a propagação do possível contágio da população sã, a retórica tinha realmente que se esmerar na legitimação.

Por outro lado, as inúmeras concessões e vantagens oferecidas aos capitalistas estrangeiros, como doações de terrenos para suas instalações industriais e isenção ou incentivos fiscais, faziam-nos perceber que o negócio da tuberculose era algo próspero.¹⁴ Tanto é que "a Sociedade Anonyma Indústrias Reunidas F. Matarazzo, pede, em 1927, **concessão de favores para o estabelecimento nesta cidade, de uma fábrica para o aproveitamento dos tuberculosos** em geral, e particularmente da raiz da mandioca" (Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, 15/07/1927). Empresário visionário, com grande tino empresarial, é pouco provável que Matarazzo tivesse interessado nas pouco férteis terras de São José para o cultivo de um tubérculo pouco rentável. A justificativa para a aprovação do pedido acabou comprometendo os objetivos da Câmara argumentando que

o progresso da cidade depende em grande parte do desenvolvimento industrial, principalmente da instalação de fábricas que venham se utilizar de matérias primas produzidas no município, vindo trazer também o aproveitamento de terras presentemente incultas e que, cultivadas, trarão um aumento de riqueza publica, dando, portanto, trabalho não só à operários que se localizarão na cidade como à trabalhadores ruraes, considerando mais que, é de grande vantagem para a cidade o emprego de grandes capitaes em edificações de valor como projectam os adeantados directores da requerente, industriaes de comprovada competencia (...)
(Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, Parecer n. 26/1927, 15/08/1927).

Se para os endinheirados prometiam-se incentivos fiscais, à pobreza, foi reservado o tratamento da tuberculose.¹⁵ O que não se imaginava é que a mendicância viria com ela. A solução para dar fim a esse "efeito colateral" foi

¹⁴ Pela linguagem das fontes, fica nítida que a política de industrialização da cidade só se daria através do capitalista de fora da localidade, com forte espírito empreendedor e aventureiro, uma vez que a elite local, ainda tacanha, era bastante apegada à tradição, ou seja, à produção latifundiária tradicional e ao capital mercantil, não se mostrando interessada em investir vultuosos capitais em indústria, setor que se concebia bastante arriscado no momento. Aliás, é bom lembrar que os políticos do leste do Vale do Paraíba mantinham uma conduta política bastante conservadora durante os últimos momentos do império brasileiro, resistindo contra algumas medidas consideradas "liberalizantes" (Cf. Silva Dias, 1980; Costa, 1980).

¹⁵ Como já dissemos em outro momento, São José recebia os doentes excedentes de São Paulo e restante do Brasil, com poucas condições financeiras.

amplamente discutida pela Câmara. Na Ata da sessão ordinária do dia 15 de março de 1919, a Comissão de Fazenda e Contas, deliberava que "a Câmara deve(ria) ceder o prédio do hospital de isolamento e terrenos anexos, para a fundação de um **asilo de mendicidade**, uma vez ressalvados os direitos de propriedade municipal desses imóveis, que devem ser cedidos unicamente para aquele fim" (Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, 27/02/1919).

Além de doentes, o projeto requeria mão-de-obra, saudável. A nova organização do trabalho impunha a proteção da saúde, uma vez que "a saúde pública era inerente à nova civilização industrial" (Vianna, 2004: 23). O processo de urbanização acelerado, ao ampliar os espaços de desigualdades e pobreza nas cidades, "abriu o campo para reaproximar as questões de saúde e desenvolvimento urbano" (Idem: 28). Em São José dos Campos, ser pobre, mas trabalhador passou a ser o discurso legitimador para o processo de urbanização. Entende-se urbanização como a "constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana" (Castells, 1983: 46).

Dessa forma, compreende-se também o desprezo pela riqueza. Grande parte do capital conseguido para a construção do sanatório Vicentina Aranha, não veio dos bolsos dos capitalistas locais, mas da pobreza, do trabalho dos humildes, que, motivados pelo ideal assistencialista, faziam quermesses para levantar o montante necessário. Entende-se também a apologia à pobreza e o desabafo contra os políticos e influentes locais que não apostavam no projeto como a saída da crise vivida pela cidade.

O surgimento da Liga Brasileira contra a Tuberculose, no Rio de Janeiro,

em 4 de agosto de 1900, nos permite refletir sobre a relação entre a filantropia, a assistência médica e o Estado ao longo deste período. A Liga reunia médicos, higienistas, intelectuais e membros da alta sociedade carioca que buscavam a cura desta doença, bem como sua profilaxia. Instituição de caráter filantrópico, a Liga colocou a serviço da ciência e da sociedade todo um instrumental de combate à tuberculose (Boletim Médico, 1935).

A filantropia pode ser entendida, grosso modo, como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O "fazer o bem", o socorro aos necessitados, deixou de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade foi entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das grandes fortunas entre os principais filantropos (Nascimento, 2001).

A diferença entre a caridade e a filantropia é que a primeira, por ser obra piedosa, está circunscrita à esfera da ação cristã, pressupondo, por sua vez, o anonimato do doador. A filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores, tendo como incentivadora a ação do Estado (Cf. Nascimento, 2001). Para a filantropia, os periódicos tornaram-se "bons sócios", ao divulgarem as ações das diversas sociedades.

O Boletim Médico de 1934 lembrava os dez anos de inauguração do Vicentina Aranha, fruto da caridosa sociedade paulista, publicando o seguinte pronunciamento do professor Vergueiro Steidel:

Esta campanha de caridade e paz se celebrizou por uma série ininterrupta de victorias, pela generosidade que brotará de cada coração, pelas flores postas em

contribuição, pela beleza e graça das senhoras paulistas o óbulo, desde o pobre que freqüentava as quermesses até os milionários que enchiam as listas de subscrição (Boletim Médico, maio / junho /1934).

O resultado das ações da filantropia e da caridade era o mesmo: ao longo dos séculos foram construídos hospitais, asilos, orfanatos etc. Em São José dos Campos, O Sanatório Vicentina Aranha, o segundo maior centro de tratamento da tuberculose na América Latina, foi resultado de obra assistencialista e filantrópica. Dada a eficiência das Ligas, o Estado acabou deixando, a cargo da filantropia, a construção de hospitais. Com a ascensão política de Getúlio Vargas, os anos de 1930 foram marcados por uma centralização das ações do Estado, que incluía a saúde pública. Neste momento, o Estado passou a ser o gestor da saúde pública, se responsabilizando pela construção dos hospitais diminuindo, por sua vez, a ação da filantropia.

A inauguração do Sanatório Vicentina Aranha, em São José dos campos, em 1924, foi resultado da ação assistencialista e filantrópica dos médicos, da sociedade civil, das irmandades e dos políticos. As quermesses, festas religiosas e doações realizadas na década de 1920 tinham um destino reservado: a construção do prédio que alojaria o mais bem estruturado hospital para tratar da tuberculose do país. Agora, tratava-se de preparar a cidade para a sua vocação sanatorial.

O elemento crucial para a política do convencimento foi a invenção de sinais que continham toda uma carga simbólica e emocional, ao invés da criação de estatutos e imposições de objetivos da associação. Dessa forma, fica evidenciada a proposta e teor dos assuntos, assim como das imagens dispostas nos Almanques estudados, que apelavam para a conduta missionária, assistencialista, benevolente e altamente cristianizada dos médicos, agentes fundadores e condutores da política

sanitarista.¹⁶

Fig. 11: Sanatório Vicentina Aranha na década de 1920.

Fonte: Arquivo Público do Município de São José dos campos



As fotos da cidade estampadas nos Almanques de 1922, 1932, 1945 e 1954 registraram cenas que se queria imortalizar, tais como ruas largas, amplitude, espaço para circular os miasmas, infra-estrutura a serviço do grande negócio. Idealistas da modernização, os agentes públicos mostravam o saneamento, a luz elétrica, a água encanada, e os esgotos, tudo devidamente registrado confirmando a fotografia como uma "linguagem nova, realista e altamente convincente, que informava visualmente projetos arquitetônicos e de colonização, realizações industriais e tecnológicas" (Turazzi, 1995: 145 - 6).

¹⁶ No período de 1905 a 1930, dos 35 prefeitos, 29 eram médicos. Isso demonstra a força e representatividade dessa categoria profissional na cidade, ligada às determinações econômicas e políticas.

Nessa crescente percepção do mundo como imagem e da imagem como coisa concreta, as fotografias foram redefinindo a própria idéia/concepção de realidade e de representação, em que as imagens tanto podiam referendar como transformar essa realidade. Como bem apontou Susan Sontag,

uma sociedade torna-se 'moderna' quando uma de suas principais atividades passa a ser a produção e o consumo de imagens, quando as imagens que possuem poderes extraordinários para determinar nossas exigências com respeito à realidade e são elas mesmas substitutas cobiçadas da experiência autêntica, tornam-se indispensáveis à boa saúde da economia, à estabilidade política e à busca da felicidade individual (Sontag, 1981: 147-8).

Fig. 12: Obras de saneamento básico na cidade na década de 30-40.

Fonte: Arquivo Público do Município de São José dos Campos



No entanto, apesar da força de persuasão do discurso associativo, vão aparecendo indícios de que o pacto estava sendo quebrado. Na verdade, também se excluiu uma parte da comunidade saudável que, apesar de viver dos rendimentos da doença, temia o contágio, sobretudo porque se percebeu fora do pacto. Eis aqui um

grande problema para o poder público administrar: adotar medidas para explorar os doentes, já que "era essa a indústria da cidade", ao mesmo tempo controlando a epidemia para evitar contaminações em massa, assumindo políticas urbanísticas, de saneamento básico e medidas profiláticas. O dr. Camilo de Lellis Ferreira, em artigo do jornal "O Progresso", de 1902, denunciava a fragilidade da política sanitária local:

Os casos de tuberculose aqui adquiridos são devido à incúria das autoridades sanitárias, não destruindo pela desinfecção rigorosa os focos formados por doentes desta moléstia que de fora vêm, como última apelação, para o bom clima desta cidade, e à inobservância dos preceitos higiênicos e profiláticos que uma moléstia desta ordem reclama ao redor do paciente.

Antes mesmo do Hospital Vicentina Aranha se instalar na cidade, o Correio Joseense denunciava o comportamento dos tuberculosos um pouco inescrupulosos, que agiam deliberadamente, sob os olhos pouco atentos da vigilância pública:

cumprindo o sagrado dever que juramos em nosso primeiro número, em nossa espontânea profissão de fé, **vimos hoje com o único intuito de defeza do povo desta terra**, dirigir um respeitoso apello aos doentes de moléstias contagiosas e, com especialissimo proposito aos enfermos de tuberculose.

Possa esse modestissimo, porém **sincero e desapaixonado**¹⁷ appelo, trazer resultados praticos e, a nossa consciencia se rejubilará, no doce consolo de um dever cumprido!

Não nos anima outro intuito que não o bem servir à causa publica, defendendo nossas famílias, a saúde de nossos filhos e, sobretudo, a segurança da coletividade hoje, à mercê de perigos que por ahi pullulam num vasto marnel de gravidades.

Com o intuito de defender o povo joseense, suas famílias, a saúde dos filhos e segurança da coletividade, o discurso que, antes tentava incluir o doente, acabou o excluindo, agora o registrando como portador de alto índice de periculosidade, como fica evidente na denúncia feita pelo jornal o Correio Joseense, de abril de 1920:

¹⁷ A insistência de ressaltar esses propósitos revela um diálogo com outros discursos.

São José dos Campos é innegavel, constitue hoje uma conhecidíssima estação de saúde. É um centro especialíssimo de cura. Quase que, em procura de saúde, aqui aportam enfermos tuberculosos.

É justamente por isso, também que a nossa situação se reveste de tão alta excepcional gravidade, infundindo-nos justos receios pelos infinitos perigos que nos rodeiam. É devido a isso, que clínicos de fora, e de reconhecido valor, lembram as pessoas sãs que aqui vêm morar, a conveniência de não residirem nesta cidade, pois **o contágio da tuberculose aqui tende a crescer, a subir de uma forma tal que os poderes públicos não de, um dia, providenciar com medidas enérgicas de segurança geral, muito embora rescritivas da descabida e até excessiva "liberdade" dos enfermos. Essa liberdade hoje se converte em verdadeiro attentado à vida dos cidadãos.** E nem pode ser por menos essa licença que os doentes gozam de lançar suas cusparadas nas vias públicas, sem a menor cerimônia, sem o menor crepusculo, cynicamente, com a maior malvadez possível, fechando seus corações a todo o sentimento do altruísmo e da nobreza muito longe do amor ao próximo, da commiserção e da piedade...

Essa licença não pode continuar. Appelamos para a nossa Camara Municipal, onde tem assento cidadãos diplomados e esclarecidos. Ella pode muito bem legislar a ventar medidas de hygiene municipal. Os habitantes desta terra confiam na sabedoria dos legisladores. A sciencia já caminhou muito. Nós precisamos também caminhar. Precisamos fazer alguma cousa. Nisto é que não podemos ficar. Ou agiremos ou renunciaremos o progresso da civilização, as conquistas da sciencia e os magnificos resultados da profilaxia e da hygiene.

Não estranhemos pois, com o nosso descaso, hajam pessoas em S.Paulo e Rio que se admirem das famílias sãs aqui residirem, expostas, sem amparo, às vicissitudes da sorte, sujeitas aos perigos amplíssimos de uma infecção diária e constante, que nos cercam por toda a parte, como um circo de ferro e de fogo que nos comprime com seu castigo terrível e seu flagello de morte. Por hoje, pedimos aos doentes que pensem nisso. Pensem e reflectam. Um escarro no chão pode ser a desgraça de muitos lares, o infortúnio de muita gente. A consciencia tem uma soberana grandeza: -enche o coração de tranquilidades. Consciência e nobreza é o que pedimos por hoje.... (Correio Joseense, 18/04/1920).

O trecho "o contágio da tuberculose aqui tende a crescer a subir de uma forma tal", denota uma certa preocupação da população em manter o pacto de associação do plano sanatorial, e, ao mesmo tempo, demonstra inquietação com a propagação do bacilo, uma vez que aos poderes públicos não interessava providenciar, com medidas enérgicas, a erradicação da moléstia. Esta atitude compactua com a "descabida e até excessiva 'liberdade' dos enfermos". Liberdade essa, que, na visão da população local, "se converte em verdadeiro attentado à vida

dos cidadãos".

Não se pode afirmar categoricamente que havia uma política deliberada de manutenção da doença, apesar da cidade viver dela. No entanto, talvez a ineficiência e negligência dos agentes sanitários na cidade tenha sentido para os propósitos sanitários que, sutilmente, proporcionavam aos enfermos uma “descabida e excessiva liberdade”. João Amaral, um estudante de medicina que elaborou uma monografia para a disciplina de Hygiene da Universidade de São Paulo em 1930, relatou da seguinte forma as péssimas condições sanitárias da época:

São José dos Campos, sob o ponto de vista sanitário não pode ser equiparado a uma cidade comum. Estância Climatérica, onde as condições ordinárias de um centro populoso se complicam com as suas condições peculiares de hospedeira de tuberculose em busca de allivio, devia ter um aparelhamento sanitário em proporção com as suas necessidades.

Cidade com uma população de 30.000 habitantes, em cujo seio uma massa de mais de meio milheiro de tuberculosos se concentra em várias dezenas de casas de pensão, não dispõe, para todo o serviço de hygiene urbana, de mais do que – um inspector, um guarda e dois ou tres “mata-mosquitos”... Os quaes, como si demasiados fossem, têm de multiplicar-se ainda para socorrer à vigilância de vários outros municípios e districtos.

É de convir que é pouco... é muito pouco mesmo....

Essa escassez de pessoal é uma attenuante para certas irregularidades que se observam no tocante à vila sanitária da cidade, e mais uma vez vem comprovar a nossa affirmação de que São José dos Campos – innegavelmente fadado a um grande futuro, dada sua condição de Chanaan dos tuberculosos (sic) – é uma cidade não apenas descurada, como abandonada pelos poderes públicos.

O enfermo era a peça fundamental que mantinha a indústria sanatorial, embora constantemente ameaçado pelas "conquistas da sciencia e (d) os magníficos resultados da profilaxia e da hygiene". Aliás, quando essa eventual possibilidade tornou-se algo próximo, São José dos Campos já estava engatilhando um outro projeto; agora, empenharia em trazer "outros tipos de indústrias" para o município e "criar" um outro tipo de população: a industrial.

As freqüentes denúncias nos semanários refletiram a onda de insatisfação da população local, indignada com as posturas pouco cuidadosas dos agentes sanitaristas e dos tuberculosos. A população da cidade concebeu o imigrante um grande vetor de contaminação. Os tuberculosos chegavam de trem e, "dentro do trem não se sabia se quem estava sentado ao lado era acometido pela 'peste branca', a não ser que tivesse uma hemoptise.¹⁸ Os passageiros, cujo destino não era São José dos Campos, quando o trem parava na estação, levavam seus lenços ao nariz" (Apud. Dias: 77).

Os discursos produzidos em São José dos Campos no início do século XX promoveram memórias. Essa representação coletiva da cidade enalteceu a segregação e elegeu dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, podia emergir e ser atualizado, rejeitando o que não devia ser trazido à tona.

Percebendo que a doença seria uma das saídas para tirar a cidade do marasmo econômico em que se encontrava, políticos locais, médicos e comerciantes se ampararam na defesa em torná-la um centro referencial de tratamento de tuberculose. Essa política resultava num grande paradoxo. Enquanto as grandes cidades planejavam seu espaço moderno usando como argumentos planos sanitários que excluía a pobreza e os doentes dos seus centros urbanos, São José, ao contrário, os acolhia.

Por meio de uma política sanitária a contrapelo, a cidade usava da doença e do crescimento da população tuberculosa atraída pelo seu clima, como discurso para modificar seu espaço. Em 1935, o prefeito sanitário dr. Leovigildo Trindade, buscava o apoio da imprensa para realizar o vasto e complexo problema da

¹⁸ Hemorragia do sistema respiratório e que se descarrega pela glote, acompanhada de tosse.

remodelação da cidade, que consistia, em princípio, na desapropriação de algumas casas para prolongamento de ruas e abertura de espaço para circulação dos bons ares da cidade (Correio Joseense, 24/03/1935). Nas atas de sessão da Câmara de 1914, 1917 e 1919 essa política de desalojamento e desapropriação já tinha sido praticada (Atas da Câmara Municipal de São José dos Campos, 15/06 e 02/10/1914; 15/02/1917 e 15/10/1919).

CAPÍTULO II

Médicos e doentes na cidade que salva: o mito de Babel

Com a dissolução do Congresso Nacional por Getúlio Vargas em 1937, as reuniões da Câmara foram interrompidas, assim como foram paralisados todos os órgãos do poder legislativo nos estados e municípios. A Constituição outorgada por Getúlio Vargas acabou com o princípio de harmonia e independência entre os três poderes. O Executivo foi considerado "órgão supremo do Estado". O presidente passou a ser a "autoridade suprema" do país, controlando todos os poderes, os Estados da Federação e nomeando interventores para governá-los. Os partidos políticos foram extintos e instalou-se o regime corporativista sob autoridade direta do presidente. Somente em 1945, com o fim da ditadura de Vargas, foi que a Assembléia Legislativa dos Estados retomou suas atividades.

Escrever a história neste período, portanto, é difícil por não podermos contar com informações acerca da política pública comumente registrada nas atas das Câmaras municipais, importante fonte esclarecedora dos problemas da cidade e das soluções adotadas pela administração local para resolvê-las. Entretanto, no caso específico de São José, a publicação de "O Boletim Médico" (1930-36) ocupou, em parte, o vazio deixado pela medida de Getúlio Vargas. Dirigido pelo médico Nélon D'Ávila, o Boletim retratou a preocupações do setor político local, expressando a tônica do momento. Há que se considerar também, como base documental, as informações contidas nos jornais joseenses que circulavam na época.

Um dos objetivos da publicação do Boletim Médico foi criar condições e, ao mesmo tempo, enaltecer as potencialidades de São José para que a cidade se tornasse um respeitado centro de tratamento da tuberculose. Esse perfil da cidade foi sendo definido logo na primeira década de 1900, quando já se recomendavam os ares da cidade aos portadores da pulmonar que aqui começavam a chegar em proporções consideráveis.¹ A partir do início do século, o perfil da cidade agrária do passado foi se remodelando em moldes modernos, sustentado pela doença.

A vocação da cidade, apoiada nos benefícios de seus ares, animava as forças locais. Leigos em questões profiláticas, os políticos da cidade buscavam parcerias. As associações particulares, de tendência filantrópica e beneficente, tiveram papel fundamental na consolidação do projeto sanatorial. Um exemplo disso é que, aliada a ação médica, existiam, em 1933, várias associações particulares e religiosas na cidade.

Entre elas, a Liga contra a Tuberculose, a Associação das Damas de Caridade, a Fraternidade Operária da Tecelagem Parahyba, a Associação São Vicente de Paula, a Franciscanos do Sagrado Coração de Jesus e o Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada. A existência dessa forma de amparo social em São José fez com que os avaliadores sanitários do Estado registrassem nos seus relatórios a seguinte observação: “a capacidade filantrópica é considerada boa e (...) bem conduzida, poderá prestar mais serviços à causa da saúde pública” (Cf. Vianna, 2004: 140).

¹ A expressão *bondade do clima* aparece nas fontes desde 1884 num Almanaque da cidade, sendo reimpresso de tempos em tempos em outros periódicos locais. (Como referência, podemos citar, entre outros exemplares, *O Progresso* de 1902 e o *Correio Joseense* de 12/11/1939).

No Brasil, “a organização de grupos da sociedade civil se antecipou ao poder público na busca de soluções e o pressionou para assumir a questão”. Esse é o caso das Ligas, que carregavam “o mote da modernidade. Formada por uma elite de médicos e intelectuais, combinavam o pensamento político corrente (a modernização do país) aos interesses particulares de um grupo (a prática clínica liberal)” (Vianna, 2004: 56). O sentido da solidariedade das ligas com a proposta do Estado era “desobrigar os hospitais centrais das grandes cidades do tratamento desses doentes” (Idem, *Ibidem*).

Além de estimular a filantropia, era importante atrair o interesse dos industriais. Para isso, foi criada uma Comissão especial para divulgar as vantagens que a cidade oferecia para o campo industrial e os favores que a Câmara poderia conceder. Entre as vantagens, isentava-se do pagamento de imposto predial aos que construíssem prédio na cidade de acordo com a moderna arquitetura Ata da Câmara de 15 de março de 1909. Arquivo Público do município de São José dos Campos; concedem-se terrenos e habitações para os operários e fornece-se água gratuitamente durante 25 anos (Atas da Câmara Municipal de São José dos Campos, 15/12/1924: 152; 15/01/1925: 152; 15/06/1926: 169).

Respondendo ao apelo de investimento no município foram inúmeros os pedidos de aforamento de terrenos incultos de domínio municipal para o plantio de arroz e hortaliças (Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, 15/07/1916); estabelecimento de indústrias fabris (Ata da Câmara municipal de São José dos campos, 04/1907; Ata de 29/10/1924: 151; Ata de 15/09/1925: 160; Ata 15/03/1926: 162); de privilégio para o estabelecimento de força e luz elétrica (Ata de 04/15/1907); de uma linha de automóveis (Ata de 15/08/1911; Ata de 15/09/1925); de uma rede telefônica (Ata de 29/12/1911); de serviços de conservação de estradas; de uma fábrica de laticínios (Ata de 7/10/1912; Ata de

16/11/1923: 143; Ata de 16/06/1924; Ata de 29/10/1924: 151); de construção de um reservatório e mais serviços complementares ao abastecimento de água (Ata de 8/10/1915); de privilégio para uma estrada de ferro (Ata de 15/04/1919); de um estabelecimento de congelamento de leite (Ata de 15/04/1919); de uma fábrica de fecularia (Ata de 15/05/1925); de uma bomba de gasolina (Ata de 15/05/1925); de uma fábrica de vassouras (Ata de 15/05/1926: 164).

Percebe-se uma movimentação na cidade visando atrair investimentos. No entanto, cidades atraem indústrias devido a dois fatores essenciais: mão-de-obra e mercado. Uma vez instaladas, as indústrias, por sua vez, desenvolvem novas possibilidades de empregos e suscitam novos serviços. A mão-de-obra exigida pela futura indústria, em São José dos Campos, inviabilizava o projeto. Este foi um dos grandes problemas do momento. A população que poderia ser aproveitada pela demanda de trabalho interno migrava para o Oeste paulista e regiões vizinhas, uma vez que São José dos Campos não oferecia expectativas de trabalho.

O interesse dos doentes tuberculosos e de sua família pela cidade, atraídos pelo discurso da cura da doença, se vislumbrava como uma possível solução para o problema da demanda de mão-de-obra que a indústria necessitava. A perspectiva de cura acabava mantendo uma população fixa e considerável, que poderia ser amplamente aproveitada pelas exigentes necessidades da indústria nascente. Os doentes que procuravam São José dos Campos vinham acompanhados, na maioria das vezes, pelos familiares, conforme registro no Correio Joseense de 1920. A tabela 03 nos dá uma idéia do crescimento de São José dos Campos a partir da taxa de urbanização da região.

Tab. 03: População rural e urbana e taxa de urbanização para a região do Vale do Paraíba e cidade de São José dos campos (1934-1960)

Fonte: Apud. Vianna, 2004: 64

	1934		1940		1950		1960	
	Região	SJC	Região	SJC	Região	SJC	Região	SJC
Rural	256.253	20.182	228.767	21.805	257.226	18.204	234.186	20.651
Urbana	123.656	8.659	43.118	14.474	202.498	26.600	345.603	56.882
Total	379.909	28.841	371.885	36.279	449.724	44.804	579.789	77.533
Taxa urbaniz.	32,5	30,0	38,5	39,9	45,0	59,4	59,5	3,4

Nota-se que a partir da década de 1940 a população de São José tende a aumentar ultrapassando, inclusive, os índices da região do Vale do Paraíba. A política de atração de doentes se juntava à política de atração de capital que, dado ao empenho da administração local, acabou por seduzir alguns investidores. A enorme quantidade de pedidos de empresários interessados no mercado joseense fez com que a Câmara promulgasse, em 02 de março de 1925, um projeto de lei estipulando as condições para a concessão de favores da municipalidade aos estabelecimentos industriais fabris que se fundarem no município. Dizia o projeto:

Quando o estabelecimento empregar effectivamente nos seus serviços o mínimo de dez operários, gosará de isenção do imposto de indústria e profissão, pelo praso de um anno, bem assim terá gratuitamente o uso de uma pena d'água e uma ligação de exgottos durante um anno, caso funcione em predio proprio pertencente ao dono do estabelecimento.

Empregando vinte operários effectivos as concessões serão pelo praso de dois annos. Empregando trinta operários, a isenção será de três annos, e assim successivamente, de cada dez operários, um anno à maior no praso da concessão, até o máximo de 100 operários, em que a concessão será por dez annos, não havendo praso maior e nem prorrogação d'ahi em diante (Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, 1925:157).

Enquanto viabilizam-se medidas para atrair investidores, outras saídas estavam sendo pensadas pela câmara. Os interesses políticos da cidade de São José dos Campos eram constantemente representados em âmbito estadual. A administração discutia não só os recursos para viabilizar os projetos econômicos São José dos Campos, como também debatia e reclamava das decisões do governo estadual. Em ata da sessão extraordinária de 17 de junho de 1929, o médico vereador Ruy Rodrigues Dória propôs que a câmara criasse uma comissão para representar os interesses locais contra a decisão do governo do Estado de cortar o município com uma estrada de rodagem que ligava São Paulo com o Rio de Janeiro. Julgamos se tratar possivelmente do que viria a ser a rodovia Presidente Dutra, construída somente em 1950 e que atravessou, a partir daí, a cidade, trazendo grandes transtornos aos moradores.

Argumentavam os vereadores “ser injusto que esta estrada contorne a nossa cidade, evitando deliberadamente atravessá-la”. Na mesma sessão, os vereadores dr. Ruy Rodrigues Dória, o coronel Claudino Prisco da Cunha e Benedicto da Silva Ramos foram indicados para estudarem o assunto (Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos. 17/06/1929: 157). Na acta da sessão extraordinária de 17 de junho de 1929, a questão estava resolvida: o parecer da câmara era “para que não seja feita a representação ao governo do Estado no sentido de ser retificado o traçado da estrada de rodagem Rio-SP”.

Pelo silêncio em torno da questão e pela presença de um médico na comissão, é possível inferir que o tão almejado título de estância climatérica entrou na argumentação da lógica estabelecida. A estância, conseguida em 1935, possivelmente foi negociada pela estrada de rodagem que tão drasticamente corta a cidade ao meio, inviabilizando o tráfego em muitos eixos.

Ruy Dória, dono de um sanatório que levou o seu nome, ganhou prestígio e influência suficientes para se tornar líder da política valeparaibana no período Vargasista. Seu sanatório recebia somente pacientes particulares que chegavam de todo o país. Considerado um dos mais bem estruturados sanatórios da cidade, o Sanatório Ruy Dória unia “o mais adiantado conhecimento da tuberculose com princípios modernos e científicos de tratamento” (Boletim Médico, 1930-45). Seu sucesso na cidade tem estreita ligação com seu alinhamento político com Vargas. Sua política marcou o urbanismo sanatorial de São José dos Campos, criando as bases infra-estruturais e urbanísticas para a industrialização que veio a seguir.

Fig. 13: Consultório Ruy Dória

Fonte: Acervo Arquivo Público do Município Fundação Cultural Cassiano Ricardo

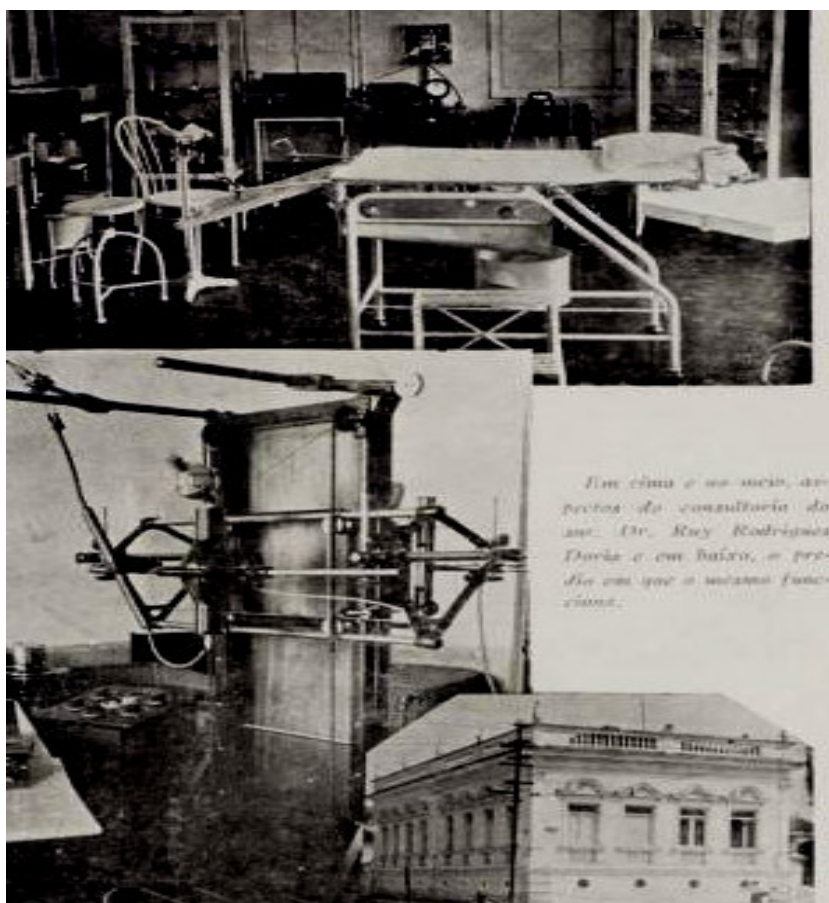



Fig. 15: Propaganda do Sanatório Ruy Dória

Fonte: Acervo Arquivo Público do Município Fundação Cultural Cassiano Ricardo

SANATORIO RUY DORIA
RUA VILLAÇA, N.º 54 - TEL. 8-2
S. José dos Campos




Sanatório organizado de acordo com a mais moderna orientação científica para tratamento da Tuberculose e moléstias pulmonares.

Aparelhado para a execução de todos os métodos COLAPSO THERAPICOS e da CIRURGIA PULMONAR e para o controle clínico, radiológico e biológico da evolução da moléstia, das indicações e dos resultados dos tratamentos.

Serviço de Raios X especializado para Pulmões e Thorax com teleradiographias por planos da seções. (Interscopia).

Director - Clínica cirurgica : **Dr. Ruy Rodrigues Doria**
Directora administrativa : **Dna. Izabel Pinto da Fonseca**
Médicos - Assistentes - **Dr. J. G. Borba**
Interno : - **Dr. Antonio Moreira Vita.**

Mensalidades
De 430\$000 á 730\$000
Para pensionistas de ambos os sexos.



Vista do Jardim do Sanatório, vendo-se ao fundo uma das galerias de repouso.

Ruy Dória é saudosamente lembrado pelos típicos que conviveram com ele. Ruth Carvalho Viola, recorda do médico:

(...) o médico Dr. Ruy Dória era uma pessoa maravilhosa! Um homem encantador, ele cativava a gente, visitava os quartos todas as manhãs todas

manhãs. Quando ele passava, a gente agarrava nos braços dele e ia de quarto em quarto com ele.

(...) O Dr. Ruy Dória não visava o dinheiro, ele passou por cima de tudo. No sanatório tinha o gerente, o contador, mas ele era o dono também (...)

(...) Ele não cobrava a consulta de ninguém, para alguém pagar a consulta, meu marido tinha que segurar a porta, senão ninguém pagava nada. Nunca fez questão de dinheiro.

(...) não existe homem melhor para atender, ele fez muito por São José, nem sei como dizer (Apud. Braz, 1996).

Os doentes que saravam acabavam, por consideração, contraindo uma dívida impagável aos médicos que os tratavam. Estes, por sua vez, através do exercício médico, acabavam se popularizando no domínio local. A aptidão de São José firmava-se na conformação de seu espaço. O funcionamento e construção de sanatórios, pensões, repúblicas e hospitais acompanhava o crescimento da demanda.

Amaral registrou, com ressalvas, o número de pensões existentes na cidade em 1930. O estudante de medicina da USP, na época, relatou que o número de pensões existentes ultrapassava os índices anotados, uma vez que as pessoas viam na atividade uma vantajosa forma de captar recursos.

Exige o posto sanitário local que a abertura de uma pensão seja precedida de licença, com fichamento do proprietário e vistoria do prédio. Quase todas as pensões se acham regularizadas quanto a esta exigência, figurando ellas, a amais, no cadastro fiscal da prefeitura. Desta obtivemos um rol de taes pensões: são em número de 23 (dia 5-7-930), conforme vem abaixo especificado:

D. Dulce Rodrigues dos Santos	- Praça Affonso Penna
José Castilho	- Rua Parahybuna
Clarinda Gonçalves	- Rua Sebastião Hummel
Constância Furquim Leite	- R. Humaytá
Elvira Ciochi R.	- Antônio Saes
Saul Block	- R. Rubião Jr.
Olívio Dias	- Av. João Guilhermino
Benedicto Antônio de Freitas	- R. Parahybuna
João Batista da Cruz	- Rua Antônio Saes

Odtte Santos	- Av. João Guilhermino
Hana Rosensack	- Av. Floriano peixoto
Leonor Ribas	- R. Humaytá, 21
Emanuel Rosenberg	- R. João Guilhermino
João Muzaco	- Rua da Fábrica
Menotti Secheto	- R. Serimbura
José Gogliano	- Av. Floriano Peixoto
Sylvio Polesky	- R. Antônio Saes
Cidália Carreira	- R. Rubião Jr, 13
Miguel Simões dos Prazeres	- R. Atônio Saes
Luiza Soares Cardoso	- R. Villaça
Quirino Mezzanotte	- R. Villaça
Romão Owalli (Amaral, 1930)	- R. Villaça

No entanto, as condições sanitárias de algumas pensões deixavam a desejar, conforme relato Amaral no trecho a seguir:

Seria muito racional que para se abrir uma casa de hospedagem para tuberculosos, além de se exigir o preenchimento de certas condições quanto ao prédio, se exigissem também do pretendente condições de idoneidade moral: não é, por certo, qualquer vendedor de seccos e molhados - cujos conhecimentos se cifram em saber quantos mil réis ganhou ou perdeu no fim de cada dia - que está á altura de compreender o seu papel e a sua responsabilidade como chefe de um estabelecimento dessa natureza.

E o que observamos em certas pensões (sobretudo de italianos e syrios) nos leva a concluir que taes casas apresentam um perigo real não só para os hospedes, doentes, como para a população sã da cidade: vimos em varias dellas doentes escarrando no chão, com a maior sem-cerimonia (é verdade que no quintal, mas sempre ao alcance das moscas), a casa ainda desarrumada e suja, transformada em foco de moscas, em horas nas quaes já há muito devia estar composta e limpa: crianças da família do proprietário na mais absoluta commuidade com tuberculosos (jogando com elles dama, vispora, etc.), inscientes do risco que estão correndo.

Tudo isso por falta dos mais elementares conhecimentos de hygiene individual e social por parte dos responsáveis (Fonte: Amaral, 1930).

Fig. 16: Pensões em São José dos Campos na década de 1930

Fonte: Amaral, 1930



Pensão São Geraldo



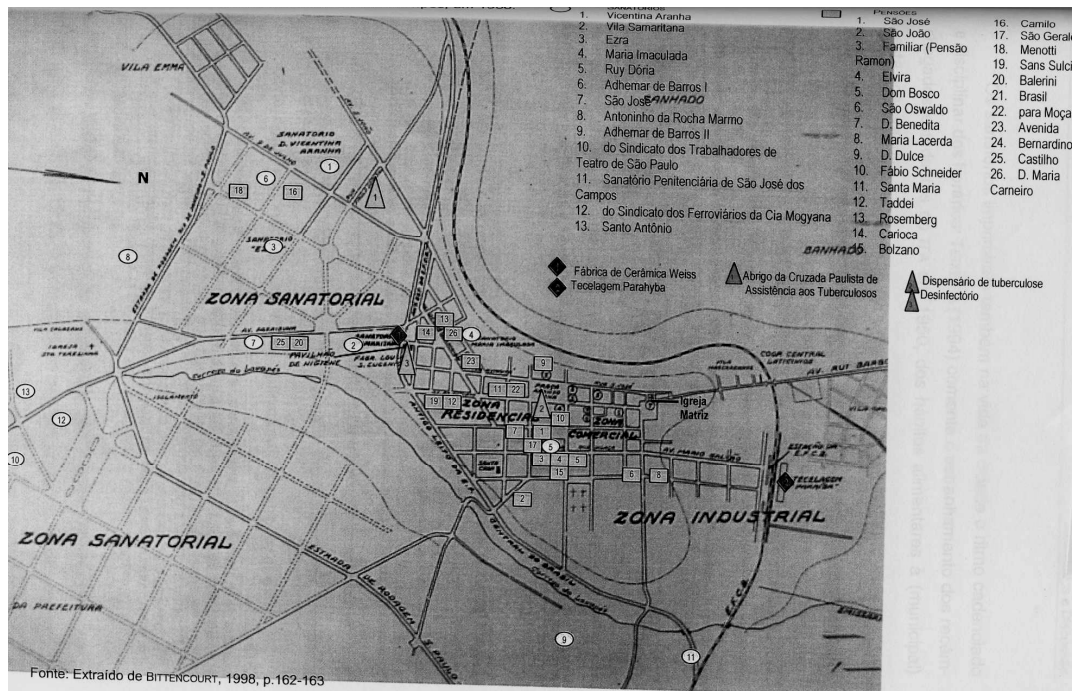
Pensão S. Therezinha



Pensão de Dona Dulce
Rodrigues dos Santos
(só para senhoras)

Fig. 16: Mapa de localização das pensões e sanatórios de São José dos Campos

Fonte: Bittencourt, 1998: 162-63.



O sanatório Vicentina Aranha, o primeiro do Estado de São Paulo, abriu espaço, a partir de 1924, para outros tantos que foram construídos no município.

Fig. 18: Sala de entrada do Sanatório Vicentina Aranha

Fonte: Arquivo Público do Município



Fig 19: Área externa do Sanatório Vicentina Aranha na década de 1920

Fonte: Arquivo Público do Município de São José dos Campos



Em 1929 foi construído o Sanatório Vila Samaritana, patrocinado pela Associação Evangélica Beneficente, amparado por igrejas evangélicas. Em 1934 foi construído o Sanatório Ruy Dória. Em 1935, o sanatório Ezra, de propriedade da Sociedade Israelita, instalava-se no espaço do Parque Santos Dumont para acolher os doentes da comunidade judaica.

Fig. 19: Quarto de pacientes no sanatório Ezra em SJC/ Parque Santos Dumont
Fonte: Cytrynowicz, 2005.



Quartos de
pacientes no
sanatório da
Ezra em São
José dos
Campos
Fototeca, Acervo
Arquivo Histórico
Judaico Brasileiro.

Em 1938 e 1958 foi construído pela Liga de Assistência Social à tuberculose o sanatório Adhemar de Barros I, cuja proposta era amparar os doentes pobres e indigentes com verba pública. Em 1946 passava a funcionar o sanatório São José.

Em 1952, o sanatório Antoninho da Rocha Marmo, de origem filantrópica e paulistana, abrigava as crianças carentes com idade máxima de quinze anos. O último sanatório a ser construído, mas que nunca chegou a funcionar foi o Adhemar de Barros II, em 1967, construído na zona rural (Lessa, 2004: 53).

Fig.20: Sanatório Adhemar de Barros

Fonte: Amaral, 1930



Percebe-se, na década de 1920, uma política de atração não só de investidores do ramo industrial, como também se buscava parceria de especialistas no combate ao bacilo, grandes propagadores do discurso do clima adequado. Propõe-se a requerer principalmente o aval da categoria mais indicada para o tratamento da doença: os médicos, que passaram a defender a aeração como condição básica para o tratamento. No Boletim Médico, o entusiasmo pela condição climática da cidade animava a ação dos médicos e, por sua vez, deu uma revigorada nos anseios públicos.

No primeiro exemplar do Boletim, datado de 1933, os especialistas enunciavam: “há muito, vínhamos sentindo a necessidade de propagar de modo mais amplo o nosso entusiasmo pelo clima maravilhoso de São José dos Campos, cujas virtudes operam à nossa vista tantos e reais prodígios” (Boletim Médico, 05/1933). Não só o Boletim médico enalteceu a potencialidade do clima joseense. Em diversos documentos relativos à cidade percebemos o discurso que procura acentuar a bondade da temperatura. Numa edição de 1925 de *O Correio Joseense*, lemos:

Embora existam no mundo muitos paizes com clima bom, poucos são os logares que se destacam por um clima excepcional como Davos e a Ilha da madeira.

No Estado de São Paulo temos Campos de Jordão e São José dos Campos. Pelo primeiro tem se feito muita propaganda e embora de grande e merecida fama, não é para todos os doentes, devido a sua altura por ser muito difícil a viagem e por falta de recursos. De São José dos Campos nunca foi feito propaganda como entretanto hoje elle está se impondo é o melhor signal que realmente possui o que se chama ideal.

Há dezenas de annos chegam aqui pessoas doentes que voltaram curadas para seus lares, pessoas que eram dadas como casos perdidos pelos seus médicos e que chamaram a attenção para São José.

(...) Possui São José todos os recursos e os seus médicos dedicadíssimos gozam de real fama para doenças pulmonares (...) (*O Correio Joseense* 18/06/1925).

Não é raro encontrar na documentação de época menções sobre a excelência do clima joseense. A todo o momento nos deparamos com vozes que insistem em comentar sobre o assunto; vozes essas que ecoam ainda hoje. Embora fosse um discurso hegemônico local, parece-nos que a condição do clima não era unanimidade nacional como condição para o tratamento da tísica. Para o contra-discurso do clima favorável da cidade, os médicos tinham sua defesa argumentativa: “hoje em fisiologia discute-se a questão dos climas e, como reação ao outro extremo que fazia da estação climatérica condição *sine-qua* do tratamento, têm surgido opiniões exageradas que querem negar-lhes todo e qualquer valor (Os médicos rebatem, denunciando) o absurdo de tais doutrinas” (Boletim Médico, 10/1933).²

O dr. João Batista de Souza Soares dizia que “o que é essencial, sob o ponto de vista individual é procurar de preferência um clima realmente experimentado, com longos anos de observação documentada e não um clima apontado como tal por um ou mais interessados na sua exploração como estância de cura” (Boletim Médico, 11/1933). Disso, os joseenses podiam se orgulhar, a cidade possuía um clima experimentado e satisfatoriamente comprovado para a cura da tuberculose. A procura do município pelos doentes era uma prova mais que evidente dessa realidade, assim como a estatística da mortalidade pela tuberculose.

Para a tese contra-argumentativa do clima salubre da cidade, os médicos, na defensiva, esclareciam que “não é seguro, pois, avaliar qualidade de um clima pela simples inspeção dos dados meteorológicos. É preciso recorrer à experiência clínica e daí a vantagem de preferir a climas já procurados há muitos anos por

² A terapêutica do clima foi discutida nas reuniões de maio de 1935 na Associação Paulista de Medicina, negando-se qualquer influência sobre o tratamento da tuberculose. (Boletim Médico, nº 28 e 29 outubro e novembro de 1935 / Arquivo Público do Município de SJC-Arquivo nº 4890).

grandes quantidades de doentes, com resultados evidentes” (Boletim Médico, 05/1933).

Na contra-mão da defesa do clima como condição para a cura da tuberculose, a diretriz médica do Estado no final do século XIX, de acordo com o informe educativo de Victor Godinho e Guilherme Álvaro, dizia que “a tísica pode ser curada em qualquer altitude, nos climas de montanha como à beira do mar. Cura-se mais facilmente nos sanatórios. Entretanto, o tísico pode curar-se em sua casa, desde que a transforme em um pequeno sanatório, ou desde que faça e use nela tudo o que teria de fazer e usar no sanatório” (Apud. Vianna, 2004: 116).

Unindo interesses múltiplos, foi-se delineando o papel a ser desempenhado pela futura São José, baseado no seu clima e na sua infra-estrutura. Médicos, administradores locais e comerciantes viam, na doença, a cura da cidade terminal. Não é à toa que a publicação do Boletim Médico de São José dos Campos com o discurso convincente de transformar a sua administração em prefeitura sanitária coincide com a criação do Ministério de Educação e Saúde em 1932. Essa instituição, focada na erradicação da doença, propõe distribuir a vários municípios paulistas uma “cartilha” a ser seguida sobre a organização sanatorial; inclusive recomendando um modelo de arquitetura.

Jardins, alpendres, janelas amplas assegurando profusa iluminação e ventilação, diferenciavam os sanatórios não só dos hospitais como também da própria insalubridade das cidades. Ligada à etiologia da doença, a nova arquitetura sanatorial garantia o ar, a luz e o espaço. O sanatório representou, partir de 1900, o novo projeto de tratamento das doenças contagiosas.

Fig. 21: Galeria de Cura do Sanatório V. Aranha (Ala Masculina)

Fonte: Arquivo Público do Município de São José dos Campos



Os sanatórios surgiram na Alemanha em 1854 e, dentro da política de saúde de Bismarck, ampliaram-se a partir de 1892 com a instalação de uma rede sanatorial, custeada por fundos trabalhistas (Bertolli Filho, 1993). Até início do século XX, as instituições que lidavam com a doença eram isoladas no espaço rural, distantes das cidades, sustentadas pelo poder público. Essas mudanças foram, em parte, fruto da viagem de Victor Godinho, médico do Serviço Sanitário do estado de São Paulo, ao sistema de saúde da Alemanha no início do século XX.

Fig. 22: Sanatório Vicentina Aranha

Fonte: Arquivo Público do Município de SJC



A visita de Godinho à Europa marcou a construção da rede sanatorial do país, amparada pelo governo paulista em conjunto com a iniciativa privada, através das Ligas de combate à tuberculose. (Vianna, 2004) Tentava-se concretizar a política estadual de controle da doença, através da construção de sanatórios, dispensários e preventórios (Bertolli Filho, 1993). Esse projeto se intensifica, neste momento, em âmbito nacional, particularmente em Campos do Jordão e São José dos Campos, cidades reconhecidas pela sua estrutura sanatorial.

O Boletim Médico, com publicação mensal e distribuição gratuita em todo o Estado de São Paulo, Sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro, mantém o eixo norteador da educação catequizadora e da construção de sanatórios. O discurso médico, legitimado pelo poder público, garantia a segurança e a proteção contra o risco do contágio nos sanatórios. Ressaltava-se, no entanto, que seria fundamental que essas unidades fossem bem dirigidas, com rígida disciplina e construídas em lugares seguros.³ Servia, também, para informar às pessoas interessadas na cidade para o tratamento da tuberculose sobre estadia e custo de vida.

Pela grande repercussão que teve, o grupo médico a ele ligado instituiu o Departamento de Informações do Boletim Médico sobre sanatórios, hotéis, pensões, médicos, farmácias, etc. (Boletim Médico, 06/1930) Subvencionado pelo município, o Boletim era considerado de “incontestável valor para o futuro de nossa pouco conhecida São José dos Campos”⁴; futuro esse reservado à força

³ Relatório da Comissão de Investigação de Paris, 1895; apud (Vianna, Paula V. Carnevale. *Saúde e cidade: uma relação inscrita no espaço e no tempo; a fase sanatorial de São José dos Campos (SP) e sua influência sobre os serviços de saúde da década de 1980. São Paulo: tese de doutorado/ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2004.*)

⁴ Na Ata da Câmara de 18 de março de 1930, os proprietários do Boletim Médico solicitaram uma subvenção destinada a prover parte do custeio da publicação do material. Na sessão de 15 de maio do mesmo ano, a Comissão de Finanças e Justiça, examinando o

médica de torná-la uma Estância climatérica. Além disso, defendia-se, dentre outras coisas, o estabelecimento de sanatórios populares e a necessidade de uma séria política sanitária e higienista.

Fig. 23: Sala dos médicos no Sanatório Vicentina Aranha

Fonte: Arquivo Público do Município de São José dos Campos



Amaral, em 1930 fazia um relatório sobre as excelentes condições sanitárias e arquitetônicas do Sanatório Vicentino Aranha explicando as categorias de doentes que freqüentavam o sanatório:

pedido, destinou um auxílio de 200\$000 (duzentos mil réis) para a sua publicação. (Atas da Câmara de 18 de março de 1930, p. 12/ Arquivo Público do Município de São José dos Campos.)

O sanatório admite doentes de ambos os sexos e tem duas classes - a dos pensionistas e a dos gratuitos.

O edifício central é reservado para os pensionistas. Conta três pavimentos: o 3º é destinado á residência do pessoal do sanatório; o 2º, destinado ás mulheres, estando localizada no centro deste a capella (provisória) ; no 1º pavimentos estão installados o consultório, a sala de pequena cirurgia, curativos, injeccões, etc., o gabinete de Raios X, com câmara escura, o gabinete de oto-rhino-laryngologia, o laboratório, a pharmácia, a gerencia e a sala dos médicos, além do vestibulo.

Esta secção comporta 46 pensionistas, divididos em três categorias, conforme os aposentos que ocupam - A, B e C: os preços.

Das suas pensões são, respectivamente, de 1:200\$000, 900\$000 e 600\$000 (mensalmente), estando já comprehendidos neste preço os serviços médicos.

Há quatro pavilhões para doentes pobres, sendo dois grandes e dois pequenos, com capacidade - os grandes para 20, e os pequenos para 10 doentes. Cada sexo occupa um pavilhão grande e um pequeno.

Comporta, pois, o sanatório pouco mais de uma centena de doentes.

A administração interna confiada ás Irmãs de S. José (Amaral, 1930).

Fig. 24: Pavilhão Cia. Paulista Estrada de Ferro

Fonte: Secretaria de Planejamento Urbano - Prefeitura Municipal de SJCampos



O pensamento médico da época era reunido no Boletim Médico, um dos mais importantes documentos acerca do pensamento dos médicos especializados em tuberculose. Suas páginas deixam transparecer as mais diferentes vertentes políticas ligadas, inclusive, à expansão urbana da cidade. Servia também como veículo de propaganda das múltiplas vantagens que a cidade oferecia aos tísicos, “com suas obras de assistência social, com aspectos de sua topografia encantadora, seus fartos recursos profissionais e comerciais, etc.” (Boletim Médico, 03/05/1933).

Foi, ao mesmo tempo um eficiente instrumento utilizado pelos médicos para publicarem os casos mais interessantes de suas clínicas, os frutos de sua experiência ou de suas pesquisas (Boletim Médico, 05/1933). Trazia, inclusive, o argumento emocional e apelativo de “mostrar o carinho que nesta terra se dispensa aos problemas da luta contra o desolador flagelo da raça humana” (Boletim Médico, 05/1933).

Com a forte vocação sanatorial da cidade, a valorizada atuação profissional dos médicos fazia-os também despontar para o setor político. Desde o início do século é possível detectar nas Atas da Câmara Municipal a presença de médicos na vereança de São José dos Campos, entretanto, somente após a revolução de outubro de 1930, é que passam a atuar de forma mais incisiva, graças ao novo status que a cidade recebe, de Estância Climatérica.⁵ O projeto dos médicos incluía “a

⁵ Com o decreto oficial de Estância, instituídas geralmente em cidades já aparelhadas para receber pacientes tuberculosos, medidas fiscalizatórias e ações policiais são imputadas em todos os espaços públicos, como estações ferroviárias e rodoviárias e privados, como as pensões e residências. Esses agentes sanitários recebiam notificações de sanatórios, pensões e hotéis, de acordo com o Código sanitário Estadual (Vianna, Paula V. Carnevalle. *Saúde e cidade: uma relação inscrita no espaço e no tempo; a fase sanatorial de São José dos Campos (SP) e sua influência sobre os serviços de saúde da década de 1980*. São Paulo: tese de doutorado/ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2004, p. 66-7).

organização de cidades sanatórios, com colônias de trabalho, com organização sanitária modelo. (...)” Deixa claro, sobretudo, que a organização deveria ficar a cargo de médicos e engenheiros sanitários, e não de interventores leigos (Boletim médico, 07/1933).

O contexto político de 1933 era caracterizado, segundo o discurso médico, de “intermináveis competições pessoais e partidárias” (Boletim Médico, 10/1933). Diziam que os doentes dinamizavam a economia, mas não viam os seus interesses defendidos. Com a transformação em Estância climatérica o prefeito do município (Prefeito sanitário) passou a ser nomeado pelo Estado; a eleição da Câmara por voto popular foi mantida e o Município passou a receber verba adicional, através do Fundo de Melhorias das Estâncias (FUMEST), para aparelhamento. As receitas, a partir daí, seriam constituídas de impostos e taxas arrecadados no território pela Prefeitura e pelo Estado, sendo a renda municipal destinada à manutenção da administração municipal e a renda estadual, aos serviços públicos, a fim de aprimorar a infra-estrutura urbana da estância (Vianna, 2004, p. 130-1).

A 12 de março de 1935, pelo Decreto 7.007, São José dos Campos começava a gozar o seu título de Estância climatérica e a 16 de dezembro do mesmo ano, passava a ser também uma Estância Hidromineral. Essas conquistas devem, sobretudo, a atuação dos médicos locais, “graças a um processo reconhecidamente forjado, visto que a cidade não dispunha das características mínimas para tal” (Idem: 128). A cidade, no momento, não dispunha dos requisitos mínimos, imprescindíveis para o título de Estância Hidromineral. Sabe-se que “a pequena fonte de água que possibilitou esta conversão, a fonte Canindu, além de pequena vazão, era imprópria para o consumo” (Idem, Ibidem).

Fig. 25: Placa de Identificação do Município

Fonte: Arquivo Público do Município.



À política centralizadora do momento somou-se a atitude dos médicos e advogados brasileiros com formação influenciada pela doutrina positivista, que manifestava uma postura intervencionista na vida pessoal e na política de saúde em que se misturava ciência e moral. A filosofia era que a medicina “curava” todos os males, inclusive sociais. Aliados à proposta modernizadora, os pareceres médicos intervinham na vida urbana e social. Eram eles consultados para escolha do melhor local para edificação de estabelecimentos de cura. Propunham ampliar os espaços públicos, defendendo a desapropriação e demolição de moradias que impediam a livre circulação dos ares.

No início do século XX, o país passou por uma aceleração no processo de urbanização e de reformulação das áreas educacionais e culturais. A política de melhoramento urbano vinha sendo discutida nas Atas da Câmara de São José desde início do século. Mesmo com a abertura da Câmara, ocorrida após a criação da Estância⁶, os médicos passaram a marcar presença na Câmara de Vereadores e na cadeira de chefe do Executivo, influenciando diretamente nas políticas públicas.

Na cidade, os profissionais da saúde possuíam posturas políticas diferenciadas, mas, ao que parece, nas questões relativas à tuberculose, havia muito mais consenso que conflito. Entre elas, reforçava-se a necessidade de que os sanatórios não se afastassem muito do centro, o que inviabilizaria a demanda de doentes em relação aos custos de manutenção. Atrelada à proposta de fazer de SJC um centro de tratamento de doenças, a política de melhoramento urbano estava intrinsecamente ligada aos médicos sanitaristas e aos agentes higienistas. Apregoavam, dentre outras coisas, a colocação de guias e apedregulamento das ruas e praças; o jardinamento e arborização da cidade; o serviço de encanamento; o abastecimento de água⁷; a iluminação pública por eletricidade, a construção de fossas cépticas aneróbicas e de rede de esgotos.⁸

Estas idéias começaram a ser aplicadas no espaço urbano a partir de 1935, embora já anteriormente existisse menção às mudanças sofridas pela cidade. No *Correio Joseense*, lê-se: “a cidade velha, um tanto antihigiênica, está sendo reformada com casas modernas, a água aumentada, a usina de força e luz

⁶ Nesta fase, o prefeito era indicado pelo Governador, chamado de Prefeito Engenheiro Sanitário, subordinado ao Departamento de Administração Municipal.

⁷ Concluído em 1911, mas não resolvido, uma vez que são freqüentes as reclamações de falta de água nos jornais da cidade até a década de 1940.

⁸ O governo do Estado manda construir a rede de esgotos, ficando a municipalidade obrigada a pagar a importância despendida na construção.

grandemente melhorada ”(Correio Joseense, 18/06/1925). Melhoramentos urbanos foram concentrados na região central da cidade estabelecendo a criação da zona sanatorial, a construção do Pavilhão da Higiene (1935) e dos Dispensários⁹. A rua São José foi transformada em avenida, com a demolição das casas do lado par (1938), entre outros, visando dar subsídios para o futuro da cidade enquanto estação de cura da tuberculose.

O dr João Flório, do Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo foi enviado à cidade na década de 1940 para escrever um relatório de inspeção Preliminar do município e Estância Hidromineral e Climática. No documento que elaborou - após o processo de desapropriação empreendida pelo prefeito em 1938 - consta um quadro pouco animador para os sanitaristas no tocante ao cadastro predial. Diz o médico sanitário:

Existe grande número de casas de condições condenáveis ocupadas por doentes atacados de tuberculose pulmonar, os quais vivem em promiscuidade com a população sã, agravando o problema de ordem sanitária (...) A falta de habitações na zona sanatorial e as condições pecuniárias destes forasteiros, doentes, faz com que as aludidas casas, condenadas, estejam ainda ocupadas (Flório, 1944: 32).

O funcionamento do aglomerado através de uma divisão técnica e de uma diferenciação social do espaço regional se deu,

tanto em termos de atividade e equipamento quanto em termos de população. Por divisão técnica, entendemos a separação no espaço das diferentes funções de um conjunto urbano, a saber, as atividades produtivas (industriais), de gestão e de emissão de informação, de troca de bens e de serviços (comércio e diversões) de residência e de equipamento, de circulação entre as diferentes esferas (Castells,1983:65).

⁹ Trata-se de procedimentos médicos com diagnóstico da tuberculose, bem como o tratamento em ambulatório dos doentes e o rastreio dos que com eles convivem.

Fig. 26: Tapera

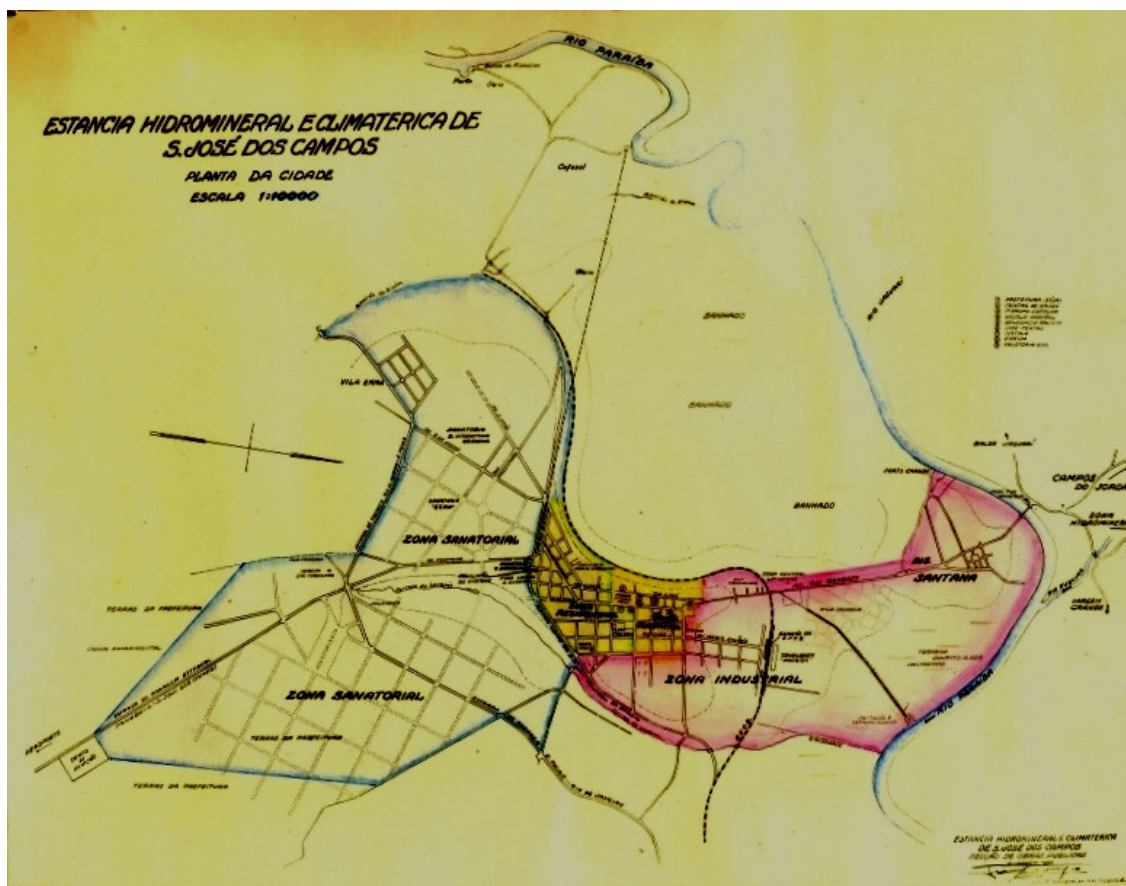
Fonte: Flório, 1944.



Antes mesmo de 1935, a criação das quatro zonas territoriais na cidade, em 1932, pelo prefeito José Domingues de Vasconcellos, denotava o cuidado em dividir os espaços de acordo com as suas potencialidades. Além disso, a medida visava resguardar a estética da cidade e evitar a promiscuidade entre tuberculosos e sadios. Retalhada a paisagem, as regiões foram especificadas em zonas comercial, industrial, residencial e sanatorial. (Sousa e Soares, 2002)

Fig. 27: Planta da cidade com as divisões das zonas sanatorial, residencial e industrial

Fonte: Amaral, 1930.



A regionalização do espaço joseense foi pioneira no Estado. Baseada no princípio da cidade racionalista usava a linha reta para demarcar o plano. A linha reta procurou abolir o acaso, a partir de um ponto fixo, normalmente um centro. Era central o desejo de segurança, de estabilidade, principalmente quando o cenário estava sendo composto por segmentos sociais diferenciados. Algumas categorias, emergidas da nova condição industrial, causavam temor nos administradores, que tentavam modelar a cidade conforme pressupostos da objetividade. Conforme

ressaltou Olgária Matos, “ordenar o espaço e geometrizar-lo são os dois pressupostos mais significativos da metafísica cartesiana” (Matos, 1994: 46).

Nota-se, na Figura 28, uma extensão considerável da área destinada ao campo sanatorial. Essa é a grande especificidade da cidade de São José dos Campos. Em grande parte das cidades brasileiras, os melhoramentos implicavam a eliminação de doenças e expulsão de doentes, como forma de reordenação do espaço, principalmente o relacionado ao perímetro central das cidades brasileiras. No caso de SJC, as mudanças urbanas concretizariam o projeto sanatorial e, ao mesmo tempo, atrairiam o doente, que passou a se transformar em uma alternativa à crise pela qual a cidade atravessava.¹⁰

Nas atas da Câmara de início do século XX foram registrados em várias sessões os problemas decorrentes da receita do município. Na ata da Câmara de 25/02/1908, o vice-prefeito em exercício dá conta da exígua arrecadação do município, que não consegue atingir a cifra de 12 contos de réis por ano. (p. 372). Na sessão de maio do mesmo ano, o vice-prefeito municipal pediu, inclusive, autorização à Câmara para publicar a lista dos contribuintes em atraso (Idem, p. 379).

¹⁰ Em 1908, o vice-prefeito em exercício comunica à Câmara que “a presente arrecadação tem sido muito exígua, tendo entrado apenas quantia que não atinge a 12 contos de réis, sendo necessário tomar providências a respeito”, decidindo-se pela cobrança judicial dos contribuintes “relapsos” (Ata de 25 de fevereiro de 1908). Em 1918, a arrecadação diminuiu consideravelmente devido a suspensão da cobrança do imposto sobre cafeeiros durante os exercícios de 1918 a 20 (Acta de 15 de junho de 1918, p. 83). A crise continuava nos períodos subsequentes, forçando a Câmara a adotar medidas para contê-la, através, inclusive, de arrendamento de terrenos para captar receitas (Acta da Câmara municipal de 1929, p. 110).

Nas atas que sucedem o ano de 1916, várias foram as sessões dedicadas ao tema referente à arrecadação dos impostos de indústrias e profissões. Por outro lado, cafeicultores e médicos pedem respectivamente a extinção do imposto sobre o café. (Ata da sessão extraordinária de 30/08/1916: 59) e redução de impostos sobre médicos (Ata da sessão ordinária de 16/10/1916: 61). Apesar da crise na receita, os médicos foram contemplados com a redução pela metade dos impostos sobre a categoria.

O grande montante de arrecadação do município ficava a cargo do precário consumo sobre a água, do imposto predial e das casas comerciais (Ata da Câmara de São José dos Campos, 18/05/1909). Com o crescimento da cidade e diversificação da produção, novos impostos de indústria e profissões foram criados (Ata da sessão ordinária de 16/02/1920: 107). Passam a ser tributados o comércio ambulante e de venda à prestação (Projeto de Lei n. cinco de 1920, 16/12/1920: 120)

Do outro lado, a produção de café evidenciava os últimos suspiros, pronunciados nos requerimentos contra a elevação dos impostos de indústria e profissões a que os proprietários de máquina de beneficiar café estavam ligados (Câmara Municipal, 1920: p. 145). Reticente, a prefeitura não atende ao pedido dos proprietários de máquinas, certos de que não havia crise alguma. Já a tributação sobre o comércio ambulante era não só aplaudido pelos negociantes estabelecidos na cidade como se solicitava a sua elevação (Câmara Municipal, 1920: 161).

Em 24/10/1927, os comerciantes locais que se sentiam prejudicados pela concorrência desleal dos “mascates” foram agraciados com a elevação do imposto ambulante (Câmara Municipal de 24/10/1927: 184-185). A partir de 1928, o imposto de indústria e profissão recaía sobre bancos, casas bancárias e agências de

bancos. Em 21/05/1925, a população era avisada que “todas as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam a sua actividade no território nacional, percebendo rendimento superior a 10:000\$ anuais, são contribuintes do imposto sobre a renda...” (Correio Joseense, Anno VI, 21/05/1925, n. 259).

Será, sobretudo, em função da existência dos doentes que a cidade vai conseguir se firmar economicamente, não só em função da dinamização do comércio a partir do afluxo de pessoas para o município como também das verbas recebidas pelo Estado por ostentar o título de Estância. Os recursos oriundos da doença vão possibilitar não só equilibrar as finanças como também propor as mudanças modernizadoras exigidas pela própria condição de cidade sanatorial. No entanto, a atração de doentes vai implicar no reordenamento dos espaços, segregando os indivíduos.

Entre o que é uma cidade e a forma pela qual é vista e pensada existe um emaranhado de elaborações e construções sociais. Estudar essas construções é desvelar histórias da cidade de São José dos Campos. Por conta disso, centramos atenção na São José dos Campos se constituindo como uma cidade moderna, sofrendo fortes barreiras na sua trajetória por conta de suas próprias condições históricas.

Dentro das poucas condições para se adequar às novas exigências do momento, no início do século XIX, o clima de São José passa a ser proclamado como uma riqueza natural a ser valorizada. O suposto clima adequado foi utilizado como argumento para convencer as pessoas a buscar São José dos Campos como referência no tratamento da tuberculose. A mercantilização do clima trouxe os doentes, atrás deles, seguiram os médicos e engenheiros. São José passou a ser considerada um laboratório de experimentos.

O projeto de fazer da cidade uma Estância constava nos planos da municipalidade. O título de Estância daria a SJC a infra-estrutura que precisava para implementação de estratégias sanitárias para o combate ao resistente bacilo de Kock. Com o título, obtido em 1935, estava justificado, na cidade, o plano urbanístico de intervenção do espaço, empreendido pelo estado autoritário de Vargas.

Em 1938, casebres insalubres foram demolidos, ruas alargadas e moradores desapropriados, essas foram algumas das propostas do novo perfil do espaço. O centro moderno de São José, ao contrário do que ocorria nas outras cidades, delineava-se como o local de concentração da doença. Sanatórios foram erguidos enquanto uma política de zoneamento dava diferentes funcionalidades aos espaços.

Registros de Ofícios da Câmara Municipal de São José dos Campos indicavam a chegada de pessoas com varíola e gripe espanhola na cidade datados de 1917 a 1919 (Registro de Ofícios de 3/10/1917; 07/11/1918: 23; 03/02/1919: 27, Livro 105). Somada a essas epidemias, o registro da tuberculose no município chegou a preocupar as autoridades. As portas da cidade, limiares de entradas de doentes, marcam as atitudes de esperança de pessoas em busca de salvação. Alguns se acomodavam nos sanatórios, nos hospitais, nas pensões e inclusive nas casas de família disponíveis no espaço. Outros tantos eram descarregados em São José, inclusive pelos prefeitos das cidades vizinhas.

Em maio de 1924, o Correio Joseense noticiava “Um fato gravíssimo: uma recusa innesplicável”. O jornal trazia o relato do descarregamento de um homem em estado adiantado da tuberculose na cidade. Visivelmente enfermo, o homem trazia “estampado no rosto os vincos indeléveis de penosa moléstia,

arfando de cansaço e esquelético”. Relata o periódico que a criatura, “digna de compaixão, foi alli deixada na plataforma da central pelo seu condutor, atirada como se fosse um animal asqueroso” (Correio Joseense, 25/05/1924, n. 212).

Fig. 28: Entrada da cidade em 1930.

Fonte: Amaral, 1930.



O mais grave, enfatiza o autor da notícia, foi que, “segundo dizem, esse acto de requintada deshumanidade foi praticado por ordem do dr Delegado de Polícia da adeantada cidade de Lorena, para aqui mandando o desditoso enfermo acompanhado de uma praça, deixando-o ao desamparo na plataforma da estação desta cidade”, regressando no comboio que o trouxe. (Idem)

As portas da cidade viram de tudo. Doentes afamados¹¹, pessoas comuns, indigentes e desamparados. Doente modesto

ia para as pensões sanatoriais. Os mais pobres formavam repúblicas. As pensões sanatoriais, assim como os estabelecimentos industriais gozavam de isenção de impostos e se multiplicaram – havia até de meia centena de leitos. No censo realizado em 1938, apenas 30% dos doentes em tratamento identificados estavam nos sanatórios, o restante distribuía-se nas pensões e nas residências particulares, muitas vezes de propriedade de ex-tuberculosos ou seus familiares (Vianna, 2004: 127).

Da debilidade do doente vinha a proeminência financeira da cidade. A entrada do tuberculoso na cidade muitas vezes marcava a separação da família, possibilitando os encontros com os iguais. Relatos de doentes da época sanatorial de São José confirmam que o mais triste na vida de um tísico é a separação da família. (Apud: Braz, 1996) Ao mesmo tempo em que a cena triste da separação é relembrada pelos doentes, recorda-se dos momentos alegres e descontraídos permitidos pelo sofrimento do isolamento. Ruth Viola relembra:

Eu fiquei no sanatório (Vicentina Aranha). O ambiente era muito alegre, muitas moças, muita gente. Chorei um pouco no começo, depois fui acostumando, fui fazendo amizade... Comecei a namorar um rapaz de lá mesmo, era enfermeiro, demorei uns seis meses para conhecê-lo. Ele deu em cima de mim. Mandava doces e recados para mim no quarto, eu relutei para aceitar o namoro. Acabei aceitando. Eu relutei em aceitar porque fiquei com medo de atrapalhar o repouso, porque era assim: a gente levantava, ia para o refeitório, almoçava e ficava no pátio um pouco com os amigos, quando era 13 horas, a gente era obrigado a ir para a cama deitar e ficar até às 15 horas, sem falar, sem se movimentar, se possível dormindo, daí levantava, ia para o refeitório, tomava um lanche, voltava para o repouso. Só separava de turma quando estava muito mal mesmo, para morrer (Idem).

Os moradores da cidade conviviam numa relação de aproximação /

¹¹ Há registros de que algumas enfermeiras, aproveitando-se d casavam-se duas ou três vezes com tuberculosos para se desfrutarem das aposentadorias (Cf. Vianna, 2004: 126-7).

distância. Apesar da vida da cidade girar em torno da doença e da existência do doente, esse era considerado um “estranho”, uma anomalia dentro do corpo social. É o que fica claro no Boletim Médico de outubro de 1933:

A cidade vive duas vidas diferentes que entram em constantes conflitos: a vida comum de qualquer outra cidade do interior e a da estação climatérica. Os doentes (hoje os verdadeiros interessados em tudo que se refere a São José dos campos), como forasteiros que são, passando escasso número de anos entre a população da cidade, não chegam a criar individualmente raízes profundas a ponto de ter interesse, pelos poderes públicos, que nesses meios pequenos são quase sempre influenciados por algumas pessoas e pequenos grupos. Vêm assim constantemente preteridos os seus interesses mais viscerais.

Para se avaliar o quanto há nisso de injusto, basta que se compute, no Banco Comercial, na repartição dos Correios, em diversas casas de comércio, o quanto da vida desses “estranhos”. Para 50 ou 700 doentes, das quais a metade se acha acompanhada da família, morando em casas particulares chegam a São José dos Campos todos os meses, cerca de 600 contos de réis. Todo esse dinheiro fica na cidade, pois o único ágio que rende é a saúde que o clima proporciona. E é com uma credencial desse valor econômico que os doentes afluem a este clima, têm o direito de erguer a voz estranha na verdade, aos conchavos da política local, mas representando aspirações muito legítimas (Boletim Médico de 10/1933).

Ao longo da história sanatorial de São José dos Campos vão aparecendo indícios da exclusão dos doentes. A população, a certa altura, dando conta do perigo que significava a entrada maciça de tísicos na cidade e o descontrole da epidemia pela atuação inerte e conivência dos agentes sanitários, resolveu agir em defesa pública, assumindo a responsabilidade pelo acolhimento dos tuberculosos em território joseense:

Os doentes aqui são acolhidos até com as maiores facilidades. Encontram franca entrada em toda a parte e facilidades em alugar casas, comoda entrada nos hotéis. Tudo aqui é fácil para elles. Não há nenhuma difficuldade. Nenhum impecilho. É um verdadeiro mar de rosas. Quem são os culpados por isso? Porventura não somos nós mesmos? (Correio Joseense, 27/04/1921: 01)

Na verdade, também se excluía uma parte da comunidade saudável que,

apesar de viver dos rendimentos da doença, temia o contágio. Eis aqui um grande problema para o poder público administrar: adotar medidas para explorar os doentes, já que “era essa a indústria da cidade”, ao mesmo tempo controlando a epidemia para evitar contaminações em massa, assumindo políticas urbanísticas, de saneamento básico e medidas profiláticas. O doutor Camilo de Lellis Ferreira, em artigo do jornal *O Progresso*, de 1902, já denunciava a fragilidade da política sanitária local:

Os casos de tuberculose aqui adquiridos são devido à incúria das autoridades sanitárias, não destruindo pela desinfecção rigorosa os focos formados por doentes desta moléstia que de fora vêm, como última apelação, para o bom clima desta cidade, e à inobservância dos preceitos higiênicos e profiláticos que uma moléstia desta ordem reclama ao redor do paciente (O progresso, 1902).

O chalatanismo terapêutico foi denunciado num artigo do Boletim Médico que apontava a enganação dos preparados farmacêuticos que prometiam a cura da tuberculose. A moléstia, deixavam claro os médicos, é curável, mas não por meios de especialidades farmacêuticas, muito menos por xaropadas milagrosas que tinham, inclusive, a aprovação do Departamento Nacional de Saúde Pública. Esclareciam os médicos sobre as profilaxias: “É passada a época do suco de agrião e do caldo de bananeira, do creosoto e do sangue de boi aos copos. Estamos na época do tratamento higiênico-dietético e dos processos cirúrgicos. Chega de baboseiras e de explorações!” (Boletim Médico, 06/09/1933).

Ao mesmo tempo em que o doente buscava a cidade para se tratar, os farmacêuticos procuravam descobrir a fórmula mágica e, os médicos, uma profilaxia baseada na higienização, alimentação adequada e repouso. Enquanto isso, o mercado da doença constituía-se em importante fonte de renda, permitindo a capitalização não só dos segmentos envolvidos com ela como também se configurava como potencial alternativa de desenvolvimento urbano.

Fig 29: Propaganda de compostos farmacêuticos

Fonte: Monteiro, 1905.

Cognac de Pacová
TONICO APERITIVO
Preparado por
Antero de Paula Madureira

Approved pela Directoria do Serviço
Sanitario do E. de S. Paulo

O COGNAC DE PACOVA' é incontestavelmente o unico-
que, pelas suas propriedades tonicas e digestivas, vem de su-
bstituir todos os outros productos congeneres, não sô pelo seu
bom preparo, como tambem pelos beneficios que produz á
todos aquelles que fizerem uzo quotidiano d'elle.

Estimula os orgãos da digestão e produz um bem estar
geral; é preconizado para as molestias do peito, podendo ser
tomado simples ou misturado com leite; dá força aos doen-
tes enfraquecidos pelas molestias pulmonares, cura as con-
stipações, bronchites, etc.

Attesto que tenho aconselhado a diversos doentes de mi-
nha clinica o «Cognac de Pacova'», preparado pelo pharma-
ceutico Sr. Antero de Paula Madureira e que tenho obtido
os melhores resultados; sendo um preparado agradavel ao pa-
ladar e de toda vantagem para os doentes de molestias pul-
monares e até mesmo para os convalescentes de febres typhi-
cas e outras.

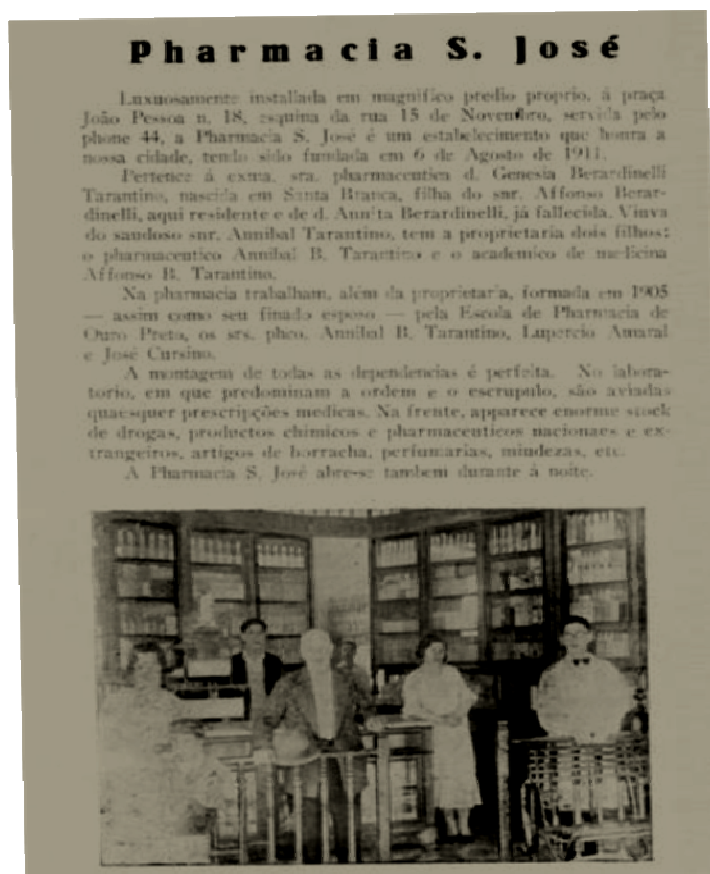
O que affirmo in fide gradi.
Barra Mansa, 16 de Agosto de 1897.
DR. JOSE' PINTO RIBEIRO.

Vende-se nas principaes pharmacias, drogarias, casas de
primeira ordem e na fabrica em

S. José dos Campos—S. Paulo

Fig. 30: Pharmácia São José

Fonte: Arquivo Público do Município de SJCampos



Em nota publicada em dezembro de 1920, uma indignação tomava conta da população: “Enquanto no Rio de Janeiro concentram-se forças para combater a tuberculose, em São José dos Campos, unem-se as forças para facilitar a propagação de tão horrível moléstia, que neste momento, preocupa o mundo inteiro. Bello exemplo!!!” (Correio Joseense, 03/12/1920).

Os exemplos de profilaxia sanitária sequer vinham dos agentes da

vigilância. Pelo visto, o encarregado do Posto sanitário era o primeiro a desrespeitar as leis, como denunciou o Correio Joseense em nota do dia 08/11/1920:

Existem nesta cidade, contra as determinações expressas do Código Sanitário várias casas que recebem doentes de moléstias contagiosas como por exemplo, a tuberculose.

O que é mais interessante e curioso é o fato do encarregado do Posto sanitário desta cidade manter uma dessas casas com a denominação pomposa de “sanatório pensão” em pleno coração da cidade, e muito em contrário com as disposições sanitárias, a que elle próprio as desrespeita.

Não há muito tempo, por determinação do Director Geral do Serviço Sanitário, nesta zona, foi fechada uma casa dessa espécie, quando funcionava à Avenida Dr João Guilhermino, nº 2, portanto em lugar muito mais retirado da cidade que o ‘sanatório pensão’(...)

Em nome do povo de S. José dos Campos, appellamos para o illustre Dr. Director Geral do serviço sanitário, certos de que S. Exc. Agirá como de direito e a bem do público, que se vê neste momento sem a mínima garantia e exposto a um perigo eminente (Correio Joseense, 08/11/1920: 2).

Essa denúncia surtiu alguns resultados. Julgada procedente, foram expedidas intimações aos proprietários da Pensão Central, Hotel São José e Hotel Rio Branco. Estes estabelecimentos foram, por tempo determinado, obrigados a procederem a uma reforma geral e proibidos de receberem doentes de moléstias contagiosas, sob pena de terem cassadas as respectivas licenças e interditas as estalagens. O sanatório Pensão, foco da denúncia, por motivos óbvios, não foi interditado. Seu proprietário, o funcionário sanitário responsável pela fiscalização das condições e funcionamento dos estabelecimentos para recuperação de tuberculosos, teve sua propriedade poupada, para indignação de alguns joseenses (Correio Joseense, 12/12/1920: 02).

Constantemente, novas matérias eram publicadas no jornal sobre o perigo da tuberculose e abusos praticados pelo gerente proprietário do Sanatório Pensão. Na falta de agentes realmente imbuídos da função higienista e sanitária, o Correio

Joseense legislava em defesa da cidade. Apesar dos esforços, pelo que parece, a política de conscientização sobre profilaxias sanitárias empreendidas pelo periódico não surtiu muitos efeitos, como mostrou a nota a seguir:

(...) Há quatro annos temos zero no capítulo de hygiene municipal. Ninguém se encommoda. Ninguém se importa. Parece que a convivência com tysicos tirou a noção da consciência e extinguiu a consciência do perigo (...) Flávio de Lorél (Correio Joseense, 01/05/1921:02).

A descrença na atuação dos órgãos de segurança sanitária levou à “organização de uma Liga para dar combate ao terrível flagelo da tuberculose” (Correio Joseense, 10/01/1921: 01). Os membros dessa iniciativa deixavam claro: “é preciso antecipar que essa nobre associação visará combater a tuberculose, e não os tuberculosos, pois isto, sem motivo justificável, seria condemnado, impraticável por ser deshumano” (Idem, Ibidem).

O impasse da proposta tendo o doente como motor da economia mostrava seus perigos. Além da ameaça constante que representavam as atentadas cuspidelas no chão, a cidade estava mal afamada nos discursos dos clínicos de fora que não recomendavam a cidade para quem quisesse fixar residência. Mesmo porque, “desde que para aqui vierem são suspeitos e como tal não tem o direito de cuspirem no chão” (Correio Joseense, 18/04/1920).

Pelo visto, essa fala causou incômodos a alguns joseenses. Na edição de 09 de maio, a primeira página trazia a manchete “Da Cathedra à Palmatória”. Essa edição trouxe uma resposta à crítica feita por um colunista intitulado Girondino, da Gazeta do Povo, que dizia traduzir o sentimento unânime da população local, ofendida pelos impropérios registrados no Correio Joseense. Em sua defesa, o editor questiona o senhor Girondino:

Não tínhamos a intenção de ofender os inocentes e aqueles que inconscientemente escarram no chão. (...) Use de franqueza ser Girondino: merece delicadeza o atentado acintoso, provocador, proposital, irritante e deshumano dos indivíduos que conscientemente desprezam as conveniências da hygiene e da prophylaxia, o dever de humanidade, de altruímos e de nobreza para com o seu próximo. (...) Qual de nós estará prestando melhores serviços ao público, esta folha (Correio Joseense) que se bate pelo bem geral ou o snr. Girondino que nos ameaça de não ser posto em prática os nossos conselhos pelos doentes, somente porque a nossa linguagem foi um tanto áspera (Correio Joseense, 09/05/1920).

Percebe-se uma animosidade por parte da imprensa joseense com relação às duras palavras de ordem e denúncias registradas no Correio Joseense que acabava, injustamente, atingindo a população como um todo. Em São José dos Campos, as chamadas “classes perigosas” tiveram sua dimensão ampliada. Alguns profissionais eram considerados “mais perigosos quanto os tísicos”. Entre, as diferentes categorias “ameaçadoras”, destacavam-se “os cozinheiros, os serventes de mesa, os barbeiros, os dentistas e os professores públicos” (Correio Joseense, 20/06/1920).

O espaço disciplinava os corpos. No conceito de espaço disciplinador de Foucault, o espaço é tido como um continente de poder que oprime e aprisiona (Foucault, 1987). As propagandas determinavam fronteiras que não podiam ser transpostas pelos doentes. No entanto, numa cidade de forasteiros, o certo é que, como bem dizia o próprio editor do Correio Joseense, em São José, “todos são suspeitos”.

Em anúncios publicados no Correio Joseense sobre prestação de serviços, percebemos os espaços permitidos e proibidos aos tuberculosos:

Fig. 31: Propaganda de Restaurante selecionando clientes

Fonte: Correio Joseense, 1920.

Restaurant Lusitano

—DE—

Maria Euzebia da Silva e A. A. de Souza

Este restaurante situado em excelente ponto desta localidade, se acha aparelhado para bem servir a sua distincta freguezia—Café, leite, sortidos, dormitorios a preços modicos. Aceita-se pensionistas internos—Não se aceita doentes de molestias contagiosas—Cosinha de primeira ordem.
DIARIA 9\$000—REFEIÇÃO 3\$000

R. 15 de Novembro, 5 S. José dos Campos — E. de S. Paulo

Fig. 32: Propaganda de Barbeiro e cabeleireiro

Fonte: Correio Joseense, 1920

Salão Popular

Barbeiro e Cabelleireiro
N. B.— Não se aceita doentes portadoras de molestias contagiosas

Rua Siqueira Campos, 33-A
São José dos Campos

A rixa entre os periódicos seguiu por um bom tempo. Em sucessivas edições, o Correio Joseense registrava esclarecimentos sobre o sentido das denúncias:

Pelo respeito aos melindres de oito ou dez, silenciemos, mudos e impassíveis; que pereça uma população toda, que a praga se espalhe, que o luto se multiplique, que os bacillos proliferem, que o povo padeça, que a miséria invada os lares, que os cemitérios se povoem, que os hospitaes se regorgitem, que tudo isso aconteça, e muito mais do que isso, contanto que respeitemos os melindres virginaes desses doces anjos do céu, immaculados! “Os Girondinos” (Correio Joseense, 16/05/1920).

Apesar de tal promessa de silêncio, na mesma edição, na matéria “Um gravíssimo perigo”, o jornal mais uma vez denunciava:

Em dias desta semana, o nosso redactor foi chamado quando passava por um negociante conceituado da rua Direita que indignado e muito nervoso, mostrou-lhe dois enormes escarros de aspecto repellente, que naquele mesmo momento, um indivíduo tuberculoso, alli na calçada, junto à parede e à porta do negócio, lançara, sem a menor cerimônia.

“Veja, exclamou o negociante, neste mundo ainda há gente que não gostou da nobre campanha de seu jornal.

Estamos perdidos dessa forma. E se isto continuar!

“Que garantia temos de vida e de saúde?”

Aos poderes públicos pedimos providências enérgicas porque essa questão é de uma importância excepcional.

Só os cegos não vêem a gravidade desse perigo.”(Correio Joseense,16/05/1920)

A certa altura da discussão, entre os editores da Gazeta do Povo e do Correio Joseense, a querela tomou ares de sátira.

(Coitados dos doentes que vêm para esta cidade, são barbaramente explorados)
(Girondino, da Gazeta do Povo)

Girondino appareceu
Feito lôco no jorná,
Ameaçando de guspi,
E o chão contaminá!

Seu artigo no jorná
Na Gazeta do Alarico
Tanto ajusta qui parece
Fundo cheio dum pinico

Pro riba, noi sofremo
Verdadeira humilhação
No artigo elle taxou
Nois tudo de ladrão!

Que os doentes são coitados.
Insultados e explorados!
Nóis que temo em perigo
De baccillo ameaçado,

Inda sêmo explorado!
Como corvo na carniça,
A custa delles que comemos
Pastéis, bifés e até lingüiça.

Veja só que desaforo
(muito delles são dotô)
Hospedados em nossa casa.

Nos chamando exploradô!

Sêmos nós os tais veíacos,
Miseráveis explorado
Elles são os viandantes
Nóis que sêmo os sarteado!
Vejam só que má acção
Que cambada de patife

Tão morando em nossa casa

Tão chupando nosso bife.
É o mesmo que dizê
Que nós sêmo uns chupança
Que elles são as vacas magras
Que dão Leite às nossas panças.

Isso tudo elles dizem
Que nós sêmos gargantudo
Que tamos que é só banha
Que elles estão magro e ossudo.
Sujam o prato que comem
E infecciona nós sem dó

Como o peixe come a isca
E pro cima suja o anzô!

Tudo isso elle fala
Na gazeta do Alarico
E nós temo de agüentá
Os corcovos de burrico!

Tanto foi o seu insurto
Que amassei o tar jorná
Co'a vertige, fiquei ido
Revirei perna p'ro á.
As carcaças tão perdidas,
Só catarro de se enjoá
E guspaiada pr'as ruas
Nem se pode mais pizá.

(Francisquinho do Amará.
Correio Joseense, 16/05/1920)

Outros tantos versos foram publicados ironizando a atitude em defesa do doente pelo Jornal “A Gazeta do Povo”. O Correio Joseense divulgou seus parceiros na campanha que iniciou a respeito da tuberculose. Além do apoio público, diziam contar com a “valiosa adesão de um destemido colega, *O Movimento*” (Correio Joseense, 23/05/1920).

Diante deste quadro, a população da cidade ficava dividida em sãos e doentes. Os doentes, que moviam a grande indústria sanatorial, acabavam por se tornar o primeiro problema propriamente urbano; notadamente os doentes pobres, culpados por sua conduta pouco civilizada, contaminando os “saudáveis” ares da cidade. Percebendo o caos urbano provocado pela chegada dos tuberculosos à cidade, em fevereiro de 1934, os médicos chegaram a fazer um apelo aos colegas brasileiros para que não enviassem doentes sem recursos e desprovidos de guias para internação nos sanatórios. Argumentaram sobre a

superlotação de todos os nossos sanatórios e da impossibilidade material de amparar todos os que vêm para os climas em busca de saúde, sem meios de tratamento. Esses infelizes continuam a afluir em procissão contínua e desesperante, mas, por mais que nos mereçam os colegas (...), os sanatórios estão abarrotados e fora deles, a hospedagem gratuita já esgota todas as possibilidades. Ficam, pois, esses desgraçados a perambular pelas ruas, quando suas forças ainda o permitem a mendigar o dinheiro da passagem de volta e a exhibir um quadro tristíssimo de doença e de miséria (Boletim Médico, 02/1934).

Essas concedidas liberdades faziam, implicitamente, parte do projeto; vinham de encontro às políticas sanitaristas do momento que precisavam se mostrar aparentes na atuação da política pública, quanto às ampliações dos espaços, a criação dos postos de saúde, de melhoramentos básicos, etc. Sem, contudo, eliminar a peça fundamental que mantinha a indústria sanatorial, o enfermo, embora constantemente ameaçado pelas "conquistas da sciencia e (d) os magníficos resultados da profilaxia e da hygiene". Aliás, quando essa eventual possibilidade

tornou-se algo próximo, São José dos Campos já estava engatilhando um outro projeto; agora, empenharia em trazer "outros tipos de indústrias" para o município e "criar" o povo industrial.

Uma conversa entre um médico cirurgião de São Paulo e um cliente da cidade revelava a fama de São José na época e o infeliz destino dos moradores da cidade:

- Doutor, eu suponho que estou tuberculoso.
 - Onde está residindo?
 - Em São José dos Campos.
 - Mau signal! Mau signal!
- Feito o exame, o médico concluiu:
- Por enquanto, o senhor não está tuberculoso. Agora, pretende o senhor residir por muito tempo n'aquella cidade?
 - Eu pretendo residir toda vida lá; o clima é muito bom.
 - O clima é muito bom! Nunca ouvi falar que um clima carregado de bacillos fosse bom, quanto mais "muito bom"! Pois fique sciente: o senhor não está tuberculoso, mas vae morrer tuberculoso, está ouvindo: tuberculoso.
 - Por que?
 - Porque o senhor está morando no meio de tuberculosos.
 - Mas, na família, não temos ninguém doente, doutor. Com doentes não convivo.
 - Mas, na sua terra não escarram os doentes no chão, nos passeios, nos jardins, no mercado, nos bilhares, nos theatros, nas próprias residências?
 - Isso é verdade!
 - Pois então, um bello dia, quando o senhor freqüentar qualquer um desses logares públicos como é fatal, uma vassoura levantará ao seu nariz as poeiras contaminadas. E o nariz é o caminho dos pulmões.
- Não é preciso a vassoura. O vento se incumbirá de carregar dos pulmões os micróbios da peste. Se o vento não bastar, a sola do seu sapato há de trazer milhões de germens para os esparramar por toda a sua residência.
- Fique descansado e seguro a sciência preconiza isso.
E não será na sua terra que a sciência ficará fallida.
Flávio de Lorél (Correio Joseense, 27/04/1921:01).

Fig. 33: “Poeira, um perigo para a saúde Pública”

Fonte: Amaral, 1930.



O temor do contágio acabou por difundir na cidade formas de identificar o doente. Sinais tais como o pijama sob a calça, uma pequena tosse que fosse, a cabeça ornada por uma boina, o jeito agasalhado de se vestir, a orelha de abano denunciavam o TB, como eram denominados os tuberculosos (Cf. Vianna, 2004: 114). Se os TB eram discriminados em São José em piores condições ficavam os que voltavam às cidades de origem. Talvez essa situação tenha feito com que muitos doentes de fora da cidade, depois da cura, resolvessem permanecer por aqui.

É o que aconteceu com Noemi Ostrom Bagno, que diz não ter voltado para

a sua cidade porque seria discriminada como “aquela que ficou doente, que teve tuberculose. As pessoas doentes, mesmo curadas, tinham esse complexo. Para quê voltar... Seria sempre uma doente. Aqui (em São José dos Campos), estava em casa” (Cf. Vianna, 2004: 114). A tuberculose é uma doença física e moral (Boletim Médico, 10/ 1934). Uma vez doente do peito, sempre doente do peito. O autor de um relatório promovido na década de 40 sobre o censo dos tuberculosos na cidade explicava a inexatidão dos dados:

os 1.024 doentes censitados representam somente aqueles que não escondem a sua situação, além destes, há uma grande parte que nega o seu estado patológico e o seu fichamento não foi possível pelo facto de permanecerem ocultos. (Flório, 1944: 60)

A situação dos tuberculosos era biológica e socialmente trágica. Alguns sentiram em casa a dor da distância. Ruth Viola comentou sobre a forma de tratamento recebida pelos familiares depois da separação por conta do tratamento no sanatório Vicentina Aranha:

(...) Minha família vinha pouco me visitar. Na casa de minha família fui uma vez só. Senti que na casa de meus pais, eu já não era aquela de antes, era separada as minhas coisas, eu era doente, não podia misturar, tinha que ser feito assim. Aquilo me fazia mal. Não me senti nada bem. Fiquei três meses lá e não gostei e comecei a piorar. Meus antigos amigos se afastaram, ninguém foi me visitar, voltei para casa de d. Cenira (Apud. Braz, 1996).

Susan Sontag tratou da condição metafórica da tuberculose, das representações sociais da doença. Atrelada à imagem do romantismo e da boemia, a doença é ao mesmo tempo ligada à morte e ao isolamento. Ora romantizada, ora demonizada, as representações sociais vão construindo mitos em torno da doença. Explica a autora que qualquer doença que seja vista como um mistério e seja profundamente temida será considerada moralmente, se não literalmente

contagiosa. E assim, “um número surpreendentemente vasto de pessoas que sofrem de cancro ver-se-ão rejeitados por parentes e amigos, tornando-se objeto de medidas de descontaminação pelas pessoas da família” (Sontag, 1984).

Manuel Bandeira, acometido pela doença aos 18 anos, comentou: “adoeci de tuberculose pulmonar, não foi a maneira romântica, com fastio e rosas face pálida. A moléstia, que não perdoava, caiu sobre mim com uma machadada de brucutu. Fiquei, logo, entre a vida e a morte. E fiquei esperando a morte que não vinha” (www.pulmonar.org.br). O lúcido escritor, proseou sobre a doença:

Pneumotórax

Febre, hemoptise, dispnéia e suores noturnos.
A vida inteira que podia ter sido e que não foi.
Tosse, tosse, tosse.
Mandou chamar o médico:

– Diga trinta e três.
– Trinta e três... trinta e três... trinta e três...
– Respire.

– O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.
– Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?
– Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.
(Manuel Bandeira: 1886-1968)

Os mitos criados em torno da doença aumentavam significativamente o sofrimento dos pacientes. As instruções sanitárias indicavam meios de evitar o mal. O Correio Joseense dava conta de informar à população que “as gotas de saliva que o tísico espelle quando fala ou tosse contém micróbios e transmite a moléstia até a distância de mais de um metro. (O alerta deixava claro que) Um beijo amistoso pode ser causa de tuberculose” (Correio Joseense, 13/06/1920).

Todavia, num artigo publicado no correio Joseense, em 11 de abril de

1943, fazia-se menção a uma cidade formada somente por tuberculosos, intitulada “kochlândia” e que esses habitantes, graças a São José dos Campos, viviam à vontade sem preconceito que se via em outras cidades e que, principalmente nas clínicas, podia-se conversar e matar o tempo animadamente contando piadas e fatos engraçados do cotidiano da cidade (Correio Joseense, 11/04/1943). Ao mesmo tempo em que se menciona a harmônica convivência dos habitantes da cidade com os tuberculosos, o autor deixava claro que era, principalmente nas clínicas, que a conversa se dava de forma descontraída.

O medo do contágio reclama um controle público e real aplicação do Código Sanitário. Essas reclamações, geradas pela sensação de vulnerabilidade, eram decorrentes de inúmeros fatores: da ocupação dos doentes em espaços públicos (mercearias e lojas de gêneros alimentícios), do comportamento pouco higiênico de escarrar em vias públicas (Matos, 1994:

48). O perigo de contágio no mercado, espaço público de exposição de mercadorias sujeitas à contaminação pela grande movimentação de doentes foi denunciada em prosa e versos:

Minha comadre Joaquina
Tou aqui, tou-lhe escrevendo,
E mecê logo vae vendo,
Qual o fim de minha sina
Mal cheguei hontem do matto
Com o meu pé numa afflição,
O mardito do sapato,
Me esfolou todo o dedão.

Conforme sua encommenda,
Não querendo andá p'ra venda,
Fui comprá logo a farinha
No mercado onde é fresquinha

Fui chegando ressabiado

Desconficando do perigo
Que nós temos é inimigo
Muito dellle intizicado,
A esbarrá no nosso imbigo.

O perigo está por tudo,
É no chão ater pelo á
Si nós tudo ficá mudo,
Doença acaba com o lugá

No mercado é uma tristeza,
Os doentes estão tussindo,
É no chão até na meza,
Estão cruzando, indo e vindo,

É na alface, é na verdura
Tão pegando, tão cheirando,
O toucinho vão furando
E agarrando rapadura.

Tem um cabra que é um colosso
Todos dizem que é um turcão
(E tem mais carne do que osso)
Vae mettendo logo a mão,
Nem mecê não adivinha
Bem no sacco da farinha,
E comendo um punhadão
O restante cahe no sacco,
A maneira de cavaco
Que se atira com o formão

Já provei com testemunha,
Que na própria rapadura,
Para sabê si ella é pura,
Vão cravando logo a unha,
Desse jeito eu acho bão.
É fervê todo o alimento
Nem que seja cem por cento,
Inclusive o requeijão.
É esquentando até a rapadura
Nem que fique sem doçura
É conselho que lhe dá.

Francisquinho do Amará
(CorreioJoseense, 1/11/1920:03).

Fig. 34: Mercado de São José dos Campos, 1930.

Fonte: Amaral, 1930.



O objetivo do enunciado era afirmar tacitamente a negação do comportamento. A metáfora da doença, aqui materializada em verso, caracterizava ações criando opiniões. A sátira foi um recurso de linguagem bastante utilizado pelo jornal em forma de zombaria, para depreciar atitudes ou manifestações que deveriam ser condenadas pelo contexto da contaminação. No intuito de cutucar os doentes, achincalharam-se atos corriqueiros que boa parte da população praticava. Cuspir e escarrar na rua, um costume de época, passava a ser um comportamento denunciador da má conduta dos indivíduos. Zombando do doente, a sátira cumpria seu processo comunicativo.

Na década de 1920, o ponto central da política médica foi colocado na educação sanitária. Procurava-se somar, ao ‘policimento sanitário’, o método de persuasão pela palavra buscando a consciência dos indivíduos. Policiar e educar tornou-se o lema do período. São Paulo viu, por exemplo, o surgimento de várias inspetorias que tinham como finalidades básicas fiscalizar o estado higiênico dos diversos espaços que compunham a cidade (a casa, a indústria, o hospital, etc.). As inspetorias tinham como principal objetivo ‘ajudar’ a população, principalmente os mais pobres, no processo de conscientização sanitária. Tendo como objetivo a persuasão, a utilização dos versos no jornal foi um procedimento de estilo que realizou um julgamento crítico com o propósito de influenciar o interlocutor. Com um valor argumentativo explícito em potencial, a sátira foi empregada para denunciar ações e sujeitos das ações.

São José dos Campos sanatorial, a Babel moderna, criada para reunir os homens doentes, impedindo que se espalhassem por todos os cantos, acabou por separá-los. O mito da Babel valeparaibana de início do século expressou a luta do homem doente por seu espaço vital, no momento de descentralização da doença em São Paulo. São José, espaço favorecido para acolher esses homens, firmou-se como

centro de tratamento da doença dividindo irremediavelmente os homens em sãos e doentes.

A cidade não só alojou como promoveu a doença. No relatório que João Flório, elaborou na década de 40, lê-se: “São José dos Campos é um foco ativo de tuberculose por encontrar número considerável de indivíduos que adquiriram a doença na cidade” (Flório, 1944: 58-9). Para Flório, as condições pecuniárias dos tuberculosos, assim como a falta de habitações na zona sanatorial para acomodar a população forasteira doente “tem obrigado a população sã a viver em promiscuidade com as pessoas doentes obrigando-os a um contágio permanente” (Idem, Ibidem).

A mercantilização da doença mudou a paisagem da cidade. Os bancos dos espaços públicos foram retirados para proteger o saudável convívio social da população. A retirada dos antigos bancos de descanso da Praça Cônego Lima anunciada no Correio Joseense foi considerada “uma resolução feliz e acertadíssima, além de ser altamente humanitária e higiênica”. Justifica o periódico:

Aquelles bancos não eram mais que alçapões que atrahiam os transeuntes e os que nos momentos de folga por ali passassem.

Bastava um minuto de descanso e eis que, os que alli passassem, seguramente levariam para suas casas, a fim de distribuir às suas famílias o lodo dos escarros chumbando à sola dos sapatos.

Os escarros allí, às vezes, assumiam proporções taes que se tornavam verdadeiros pequenos lagos...

Abençoada hora essa em que os bancos foram retirados daquelle local. Só essa victoria deu ao Correio Joseense uma auréola de nobre benemerência.

Aquelles bancos, 4 ou 6 eram sufficientes para a destruição completa da cidade, para a ruína inexorável, certa, infallível e toda a população...

A nosso ver deveria ser absolutamente prohibida a frequência dos tuberculosos naquella praça pública. Flávio de Lorél” (Correio Joseense, 03/04/1921:03).

Fig. 35: Escarradeira
Fonte: pulmonar.org.br



Essa distância, feita de proximidade, proporcionada pela própria regionalização da paisagem, se encontra na lógica da construção cartesiana do sujeito. Conforme enfatiza Olgária Matos, dessa tradição, somos tributários. Somos fruto, segundo a autora,

da geometrização do espaço, do cálculo numérico da natureza, da separação do corpo e da alma, do rompimento iluminista com a tradição e a idéia de progresso. Esta idéia arquiva o passado, para construir um espaço homogêneo, contínuo, identitário, unidimensional. A noção de progresso faz do presente mera *mens momentânea*, carente de recordação (Matos, 1994: 48).

Fig. 36: Vista aérea da geometrização do espaço que segregou doentes e sãos em São José dos Campos em 1939.

Fonte: Amaral, 1930



A doença deixou marcas nas edificações da cidade. Alpendres e varandas passavam a ser espaços exigidos pelas novas determinações habitacionais. Por meio desses espaços, o ar e a luz são capazes de chegar às casas. O espaço privado do lar passou a se constituir em oposição ao espaço da rua. Em São José dos Campos, as residências modernas do final da década de 1920 e início da década de 1930 ditavam o novo estilo de morar, re-significando as ruas e privatizando o espaço do lar. A fachada avarandada e a organização interna da casa imprimem o novo significado simbólico do jeito de morar.

Fig. 37: Casas em estilo moderno.

Fonte: Vianna, 2004:142.



Esse tipo de arquitetura já era imposto por volta de 1909, por meio de um decreto da Câmara. Esse documento dá diretrizes para os prédios a serem construídos com alinhamento distante de 20 palmos reservando uma área para ajardinamento, subordinando as construções às posturas municipais (Ata da Câmara

Municipal de 15/03/1909). O hábito de tomar café no bar Paulistano promoveu o uso reservado das xícaras dos clientes assíduos do bar que não eram doentes. Marcadas com o nome evitava-se compartilhar da perigosa xícara do tuberculoso (Apud Vianna, 2004).

Provavelmente, o passado temeroso pelo contágio, expresso também pelas construções arquitetônicas esteja ainda refletido no comportamento do joseense. As formações discursivas expressas em falas, gestos, atitudes, olhares e comportamentos associaram uma memória discursiva. Essa memória tornou possível a perpetuação do enunciado. Na rede de formulações enunciadas construiu-se uma memória do passado. A memória supõe o enunciado inscrito na história (Brandão, 2002: 76 - 77).

Especificamente com relação aos discursos produzidos em São José dos Campos no início da década de 1920, pode-se aferir que promoveram a memória e, portanto, separaram e elegeram dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pôde emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona.

CAPÍTULO III

Identidade Sanatorial: Os silêncios da Memória

A urgência do pensamento é a resposta humanamente possível à necessidade de compreender o que se passa e, posteriormente, à capacidade de ajuizar os acontecimentos e seus atores. Pensar é, pois, corresponder aos desdobramentos do agir que nos atingem como ruína ou como salvação (Hannah Arendt. A dignidade da política).

O que é identidade? Existe identidade fixa? Quem formula as identidades? Quem diz o que sou e o que não sou? Essas são algumas das questões prementes da atualidade. O conceito de identidade é bastante complexo e está sendo revisitado pelas Ciências Sociais. Zygmunt Bauman fala em **Modernidade Líquida**. Esse conceito projeta-nos num mundo em que tudo é ilusório, onde a angústia, a dor e a insegurança causadas pela “vida em sociedade” exigem uma análise paciente e contínua da realidade e do modo como os indivíduos são nela inseridos. Por conta da inconstância do viver em condição moderna, temos a sensação de desorientação (Bauman, 2005).

Stuart Hall, em *Identidade cultural na Pós-modernidade* (1997), em essência, argumenta sobre essa sensação de desorientação: as velhas identidades - sustentadas pelo conceito Iluminista de identidade, que por tanto tempo estabilizou o mundo social - estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável

no mundo social.

Hall nos apresenta três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. **O sujeito do Iluminismo** estava baseado numa concepção do indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo ou "idêntico" a ele - ao longo da sua existência. O centro essencial do eu era a identidade estável da pessoa, concepção "individualista" do sujeito e de sua identidade (Hall, 1997).

A noção de **sujeito sociológico** reflete a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não é autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele / ela habitava. De acordo com essa visão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem (Idem).

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós" contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. Essa nova concepção de identidade surge em meio aos

movimentos sociais da segunda metade do século XX, quando assistimos uma movimentação cultural de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade.

Nessa concepção, a identidade costura o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis. Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão "mudando". O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais (Idem).

O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1985).

Como percebemos, a identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Carregamos identidades contraditórias com as quais nos identificamos temporariamente (Idem:13). Hall explica: “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortante ‘narrativa do eu’” (Hall, 2000).

A leitura de Hall foi imprescindível para que pudéssemos compreender que a crise da identidade moderna, evidenciada pelo discurso da falta de identidade da cidade, tão falada e professada por grande parte da população joseense, não passa do resultado da substituição das velhas identidades por novas identidades. Sobretudo porque,

em toda parte estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições, que retiram recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado (Hall, 1997: 88).

Ao estabelecer residência fixa em São José dos Campos, em pleno movimento de reconstrução do conceito de identidade no mundo moderno, constatei o resultado prático desse mundo globalizado¹ e a instabilidade das tradições. Negocieei minha identidade a partir das configurações e sistemas culturais do espaço joseense. Pela leitura de Charles Taylor (1997: prefácio) refletimos acerca de como a identidade é negociada a partir das configurações. Para Taylor, é a configuração que dá sentido a nossas respostas morais, quando julgamos que dada forma de vida vale de fato a pena, quando fazemos juízos acerca do que é valioso, quando damos sentido à vida respondendo às demandas pessoais e enquadramentos morais (Taylor, 1997).

A identidade é definida pelos compromissos e identificações que permitem identificar o que é bom, ou valioso, ou o que se deveria fazer ou aquilo que se

¹ Como argumenta Anthony McGrew (1992), a "globalização" se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da idéia sociológica clássica da "sociedade" como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na "forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço" (Giddens, 1990: 64).

endossa ou o que se opõem. Trata-se, portanto, do horizonte dentro do qual somos capazes de tomar uma posição (Idem: 27). Esse horizonte, segundo Taylor, fornece as bases de caráter moral para a reformulação das identidades modernas. Minha posição, assim como da maioria dos moradores de São José sobre a identidade da cidade estava carregado de significados morais. Fazemos julgamentos de sistemas culturais justamente porque precisamos reforçar a identidade que carregamos.

Uma identidade é definida, segundo o autor,

pelos compromissos e identificações que proporcionam a estrutura ou o horizonte em cujo âmbito posso tentar determinar caso a caso o que é bom, ou valioso, ou o que se deveria fazer ou aquilo que endosso ou a que me oponho. Em outros termos, trata-se do horizonte dentro do qual sou capaz de tomar uma posição.

As pessoas podem ter sua identidade definida e parte por algum compromisso moral ou espiritual, como católico ou como anarquista, por assim dizer. Ou podem defini-la em parte pela nação ou tradição a que pertencem, digamos, como armênio ou um nativo de Quebec. O que as pessoas estão dizendo com isso não é apenas que estão fortemente ligadas a essa concepção espiritual ou antecedentes, mas que isso oferece a estrutura dentro da qual podem determinar que posição defendem em questões sobre o que é bom, ou válido, ou admirável ou de valor (...) estão dizendo que, caso viessem a perder esse compromisso ou identificação, estariam, por assim dizer, como naufragas; não mais saberiam, com respeito a uma importante gama de questões, qual seria para elas a significação das coisas (Idem: 44).

Se a nossa identidade tem vínculo com a configuração, uma parte da resposta à nossa interrogação de “quem sou eu” tem orientação histórica. Nossa identidade,

definida pelo que quer que nos forneça nossa orientação fundamental, é na verdade complexa e multifacetada. Somos todos moldados pelo que julgamos compromissos universalmente válidos (ser católico ou anarquista (...)), bem como por aquilo que compreendemos como identificações particulares (ser armênio ou nativo de Quebec) (Taylor, 1997: 44).

Só se responde à pergunta: “quem sou eu” a partir da posição em que se encontra o interlocutor, emaranhado em orientações sociais e morais. Perder essa orientação ou não tê-la encontrado é “não saber quem se é. E essa orientação, uma

vez conseguida, define a posição a partir da qual você responde e, portanto, sua identidade” (Taylor, 1997:46). É através da identidade que nos orientamos, que damos sentido às coisas, que definimos o que é e o que não é importante para nós. É nesse sentido que Taylor define o ser humano como sendo um *self* que se move num certo espaço de indagações, em busca de uma orientação para o bem. O *self* é em parte constituído por suas auto-interpretações que, por sua vez, não são totalmente explícitas.

Quando se propôs estudar a identidade de São José dos Campos a partir do processo de produção do discurso da cidade e de seus moradores, é porque tínhamos a plena convicção que

estudar pessoas é estudar seres que só existem em certa linguagem, ou que são por ela parcialmente constituídos. (...) Uma linguagem só existe e é mantida no âmbito de uma comunidade lingüística. (...) Só se é um *self* no meio de outros. Um *self* nunca pode ser descrito sem referência aos que o cercam (Idem, 1997: 53).

Isso nos conduziu à questão da interlocução. Por meio da linguagem, nos ligamos aos parceiros do discurso. Estamos inseridos em redes de interlocução. Se esse discurso é resultado da configuração e das propostas enunciativas de grupos hegemônicos, ele vai sendo construído a partir das necessidades estruturais da sociedade. No caso de São José dos Campos, vimos como o discurso sanatorial foi ganhando força no final do século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX.

Esse enunciado ganhou força à medida que passou a constar nos planos de grupos interessados em promover não só a modernização da cidade, como também amparar investimentos que pudessem ativar a economia da cidade, bastante paralisada, na época, em virtude dos poucos rendimentos da economia agropecuária.

A identidade é, sobretudo, um discurso da sociedade que se define a partir da demanda do *self*. Em função disso, a cidade de São José se fez sanatorial e, da mesma forma, se tornou industrial. O sentido dessas identidades ou dessas narrativas da sociedade joesense só pode ser conferido pela história dessa cidade. Deseja-se que o “futuro ‘redima’ o passado, torne-o parte de uma história de vida dotada de sentido ou de propósito, incorpore-o a uma unidade significativa” (Idem: 75).

Essa proposição nos remete à questão da memória. Nietzsche dizia que a construção e manutenção da identidade baseia-se na memória e no esquecimento. Não se constrói identidades sem memória. A memória pode ratificar ou retificar uma identidade. Sem memória de si, a identidade não tem fundamentos para se comportar no grupo. Sem memória de si, não é possível identificar nem tão pouco diferenciar. Isso significa que a memória não é um atributo ou capacidade isolada de um indivíduo, mas uma construção social (Nietzsche, 2005). Essa idéia foi importante para entender como a memória dos joesenses ratificou a identidade industrial, dentro daquilo que Taylor chamou de orientações do *self*.

Halbwachs, complementando a idéia de Nietzsche, reforçou a aquisição social da memória a partir do conceito de memória coletiva. Para o autor,

um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo à lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade (...). O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são palavras e idéias que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (Halbwachs, 1990: 35)

A memória coletiva, para Halbwachs, é uma formulação de imagens do grupo que a mantém. Essas imagens se refazem no tempo, produzidas pelas relações estabelecidas no *locus* social. Lembrar não consistiria em reviver, mas refazer, reconstruir com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória, para Halbwachs, não consistiria em reprodução do passado, mas a sua reconstrução

a partir de experiências coletivas. Lembrar não consistiria em reviver, mas refazer, reconstruir com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Logo, a memória não seria sonho, mas trabalho.

Halbwachs estabeleceu diferenças entre memória coletiva e memória histórica. A memória coletiva é compreendida pelo autor em seu aspecto dinâmico, enquanto memória histórica é entendida enquanto demarcada por condições espaço-temporais. A memória coletiva garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas sobretudo no campo simbólico.

Acredita-se que um dos elementos mais importantes, que afirmam o caráter social da memória, é a linguagem. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio de linguagem. Lembrar e narrar são elementos constituintes da linguagem. Entende-se por linguagem todas as formas de estabelecer comunicação. São as variadas formas de se fazer enunciar e referenciar. Os enunciados, que tem por suporte a memória de grupos, se referenciam também nos espaços habitados por esses grupos (Halbwachs, 1997: 55).

A memória nada mais é que uma passagem que se nutre na própria dinâmica de constantes re-construções e re-criações. O indivíduo só deixa de ter uma identidade no momento que possui outra. As pressões sociais inoculam no interior dos homens a memória social formulada a partir de imagens do grupo que a mantém.

O movimento de declínio da Estância climatérica como motriz da identidade da cidade se inicia em 1950, com a instalação do CTA, com a inauguração da Via Dutra e com a vinda das primeiras indústrias de grande porte “que configurariam o padrão industrial local característico, voltado para o setor aeroespacial” (Vianna, 2004: 150). Concomitante a essa nova configuração espacial há que se considerar a

descoberta de drogas para o tratamento da tuberculose, como a BCG e as medidas preventivas de vacinação de rotina (Idem, *Ibidem*).

O discurso de um documento referente ao planejamento urbano do município de São José dos Campos, em 1961, parece esboçar a construção e manutenção da identidade industrial baseada no esquecimento. Diz o interlocutor, ao constatar a persistência funcional da estância sanatorial, num momento em que já se vislumbrava um despontar industrial:

os joseenses desejam “esquecer” de modo definitivo esse período (sanatorial), orgulham-se de ter conseguido expulsar do centro das casas que recebiam doentes, apreciam afirmar que a cidade se transformou de maneira radical e nada mais conserva das características anteriores (PMSJC, 1961: II, 7.i, g.n.).

O excesso de memória, como dizia Nietzsche, envenena a vida. Daí a ação de esquecer. Ao esquecer, “torna-se possível a alegria, a jovialidade, a afirmação do tempo presente” (Apud. Santana, 2005). Processando essa dialética do esquecimento, a história da cidade sanatorial vai sendo apagada da memória coletiva. Em 1981, num documento oficial que buscava registrar a história da cidade (PMSJC, 1981a: 2), a fase sanatorial foi omitida, como observou Paula Carnevale Vianna:

A cidade que se representa tecnológica e se revela provinciana é fechada sobre si mesma e sobre a imagem que construiu e que reproduz cotidianamente (...). Considerada nos textos institucionais e não institucionais, como tendo se desenvolvido de fato com a industrialização, a cidade tende a negar seu passado sanatorial ou dele lembrar com pesar ou romantismo (Vianna, 2004: introdução).

A palavra pode ser tanto um escudo quanto uma flecha. Através dela “os grupos sociais defendem sua memória e fortalecem sua alteridade – buscando assim a mesma energia que lhes dá poder e lhes confere uma identidade” (Pimenta, 2006). O esquecimento, segundo Nietzsche, é uma força imprescindível para a existência saudável e plena em alegrias e afirmações. Para o pensador:

não seria a memória a faculdade a ser exaltada, como defende exaustivamente a tradição de nosso pensamento mas sim o esquecimento. O esquecer, nesse contexto, é uma força positiva que possibilita uma espécie de “descanso” de “relaxamento”, de “paz” da consciência; momento através do qual ela libera o que fora experimentado e vivenciado, permitindo que a novidade, que o fluxo possa também ser vivido, que possa surgir, por sua vez, o novo (Apud. Santana, 2005).

Quando repudiamos nossa infância como irredimível provocamos uma espécie de mutilação na nossa memória. Quando a cidade de São José dos Campos tenta eliminar de sua paisagem e da memória dos seus moradores os vestígios de uma vida que a ligava à doença, favorece a mutilação da memória coletiva. Para Taylor , existe um estreito vínculo entre as diferentes condições de identidade e o sentido da vida (1997: 76). A vida, como uma narrativa, como uma busca, só tem sentido na história.

O nosso objeto de análise está ligado à questão da cidade e da forma como ela é representada na memória coletiva, o que define, portanto, a sua identidade. A pergunta está posta: como então se constrói e legitima a memória urbana? Quem constrói, guarda e legitima a transmissão da memória da cidade e de seus habitantes? A partir de que perspectiva social no presente e com que horizonte de futuro se fala sobre o passado e se constrói a memória da cidade?

No caso específico de São José dos Campos, porque as pessoas costumam dizer que a cidade não tem identidade? Esse discurso teria sido fundamentado no seu passado e continua ecoando no presente? O presente industrial da cidade teria negado o seu passado ligado à doença? Buscam-se elementos para justificar as falas que manifestam a polifonia da cidade, que evidenciam os traumas causados pela aceleração do tempo e a ruptura com a experiência social do passado. Falas que, sobretudo, estabelecem uma ponte com o passado.

Ao problematizar a produção da memória sobre a cidade, inserimos nossa discussão nos domínios da história urbana, por um lado, e da história da memória,

de outro. A cidade é uma realidade física e histórica, ligada às experiências espaciais e temporais. A cidade contempla as memórias dos sujeitos urbanos e de suas experiências. Essas diferentes experiências e representações sociais criam um conjunto de significados que caracterizam a identidade urbana (Apud. Brescianni, 1992: 11 - 25; Freitas, 2000).

Como entendemos cidade como a materialização de sua própria história, não buscamos, nesta materialização, a verdade da cidade, mas o processo de sua transformação em objeto do discurso, a partir dos elementos constituintes das suas formações discursivas. É exatamente nesse momento que a cidade e o discurso que sobre ela se faz dão suporte à legitimação de certas imagens que por seu turno deixam de ser imagens² e se transformam em práticas, em concretudes da cidade.

É através dessas imagens, que iremos traçar a narrativa da manutenção da vocação industrial da cidade, o reforço do presente joseense, em detrimento de seu passado sanatorial discutindo o que se entende por identidade. Sabemos que a cidade não só interage com os indivíduos que nela habitam, mas também os representa em suas ruas, praças e monumentos. O espaço se transforma em interlocutor que se comunica mediante suas construções e formas. Se esse espaço acumula as diferentes representações das várias sociedades que nele se estabeleceram e por ele passaram, pode-se refletir sobre sua história desvendando seus elementos.

Em toda cidade estão inscritos o seu passado e presente. Dessa forma, o espaço urbano pode ser visto e pensado como um texto. Pensar a cidade como um texto é compreendê-la como algo possuidor de signos constitutivos. É pensá-la como uma imensa rede composta por inúmeras estruturas significativas sobrepostas que

² Olgária Matos esclarece a etimologia da noção de imagem, que se define como a instância intermediária entre o sensível e o inteligível, é a “imaterialidade material”. In: Matos, Olgária C.F., *O iluminismo visionário: Benjamim leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.75.

demandam interpretações. Nesse espaço estão contidas as marcas e características dos que nele passaram ou viveram.

A cidade, sendo “o livro de registro da sociedade” (Peterle), tem como uma de suas marcas a transitoriedade. Pensar a cidade como uma rede imbricada de signos (Canevacci, 1997) significa apreender não só o conjunto de elementos que a compõem e a compuseram como também os seus diversos significados. Nesse sentido, é necessário instrumentalizar o olhar para perceber e reconhecer os inúmeros signos impressos nos diferentes espaços da cidade.

As cidades são, antes de tudo, uma experiência visual. Através do olhar, cenas dos espaços urbanos vão compondo paisagens cheias de traçados, construções, vazios, templos, pessoas... A essa experiência visual, os sons da urbanidade fazem-nos lembrar da sua cansativa movimentação. Os veículos de circulação, equipados com técnicas da modernidade, cortam o céu e a terra, num vai e vem de pessoas, atarefadas com a dinâmica da vida moderna.

O espaço moderno é, antes, um espaço das profissões. O olhar permite se encantar, indignar, revoltar, entristecer, viajar, através dos infinitos cenários montados cotidianamente na cidade. Por eles, identifica-se a relação perversa de criação da riqueza, intrínseca à proliferação da miséria. O caminhar pela cidade pode se transformar em um diálogo enriquecedor, possibilitando a composição de históricos mapas topográficos. Construções são transfiguradas, marcos e monumentos passam a representar um outro valor, relatando o presente e a história de uma grande e complexa rede de organização social.

Através do olhar, desvendam-se possíveis histórias. Elementos incisivos na paisagem podem nos conduzir a arriscadas teses. Foi justamente em torno da experiência visual que perscrutei os espaços traçados, becos, cantos e ruas, monumentos e arquitetura da cidade de São José dos Campos, quando a encontrei.

Tímida, como se escondesse algo, mostrava-me apenas seu presente, afirmado pelas paisagens de aviões e indústrias. Poucos dos elementos que compunha revelavam seu passado. Não a entendia. Talvez não estivesse amparada para compreendê-la! Certamente não a compreenderia sem descortinar seu passado.

Suas ruas largas avisavam que aquele espaço também havia sofrido intervenções urbanas, ligadas às teorias de remodelação de início do século XX. Prédios, estruturas urbanas e bairros planejados pela indústria e pela técnica apontavam a presença da modernidade. Minhas viagens pela cidade me levavam a outras aventurosas análises. As largas ruas, documentos históricos de uma sociedade dividida, possivelmente teriam implementado uma nova sociabilidade burguesa. Vedadas aos pobres, se concretizaram, possivelmente como espaços modernos, lugares de exclusão social; aventurava, mais uma vez a uma arriscada explicação.

O acúmulo de avaliações intrincadas e contraditórias realizadas inicialmente, através da investigação visual, aumentava ainda mais o meu desconforto. Não conseguia desvendar esse emaranhado de peças de complicado quebra-cabeça. De fato, a cidade tenta reduzir aquele que a observa à estupefação. Apresenta-se como um obstáculo ao analista por conta de discursos que ora a vêem sob o signo da transparência, ora sob um manto opaco indecifrável (Orlandi, 2001).

Procura-se ver a cidade como uma paisagem contendo uma riqueza de interpretações, buscadas nas relações de seus moradores, nas impressões de referências passadas registradas no seu espaço. Essa paisagem nos convida a desvelar seus segredos, seus rumos, sua história. Da paisagem da cidade, vasculham-se dimensões visíveis, tangíveis e ocultas, sobretudo porque a paisagem é resultante dos elementos econômicos, sociais e culturais. Como as paisagens da cidade são produzidas num determinado tempo histórico, o próprio espaço da cidade se constitui em fonte que se encarrega de contar histórias. Esforçamo-nos para entender como a cidade se materializou aqui e ali em sentidos. Procuramos atravessar esse

imaginário pelo político e ouvir outros sentidos. Essa formulação baseia-se na narratividade urbana, na memória, nas lembranças e nos esquecimentos.

O espaço da cidade de São José dos Campos comporta um significativo elemento do passado que, até há pouco tempo incomodava a cidade. Ali, na rua de mão-única³ está alojado o sanatório Vicentina Aranha. Neste espaço, notamos a contramão da história. Essa rua abriga um microcosmo da memória da cidade. As ruínas desse microcosmo confirmam um sentido único da história. O itinerário dessa rua leva a quem percorrê-la e mapeá-la, a uma sociedade que se gestou neste espaço e que estava em vias de se apagar. Nesta rua, um dos mais importantes e um dos maiores centros de tratamento de tuberculose do Brasil, e talvez da América Latina, estava até a poucos anos atrás com seus dias contados.

Fig. 38: Sanatório Vicentina Aranha

Fonte: Arquivo Público do Município de São José dos Campos



³ Essa referência diz respeito não só ao sentido do tráfego de veículos na rua como também está ligado ao conceito de mão única de Walter Benjamin, como lugar de choques e desencontros, onde o destino dos acontecimentos não está previsto.

Como a abordagem que propomos para discutir a questão da identidade diz respeito ao processo de produção de discursos, entendemos que a paisagem da cidade produz discursos. Desta forma, a arquitetura da cidade pode se tornar um importante registro do significado da vida social.

Entende-se que, quando, por contingências da modernidade, antigos bens arquitetônicos são apagados, a memória coletiva se torna opaca. É certo que, sem um passado, não há expectativa de presente ou de futuro; nem tampouco lembranças de uma sociedade. É por isso que “somente seremos capazes de realmente apreender, entender e reconhecer a cidade por meio de sua paisagem se nesta estiverem presentes elementos remanescentes de outros tempos” (Landim, 2004: 38). Quando estes elementos se apagam nas paisagens, ocorre a perda da identidade urbana pela destruição de elementos que significaram vivências e relações passadas.

De acordo com Toledo, “a perda das manifestações arquitetônicas e paisagens expressivas impossíveis de serem criadas fora dos quadros que as geraram, leva à perda justamente dos referenciais que permitem a identificação do cidadão com sua cidade” (Toledo, 1984: 29). Há perda da identidade quando o indivíduo não vê na cidade vestígios de sua própria existência e da produção cultural de seu grupo social. Em São José dos Campos, os elementos arquitetônicos que lembravam a fase sanatorial foram apagados para dar vazão às paisagens do novo contexto industrial.

Os planos de remodelação da paisagem joseense a partir da década de 1950 consistiram em adequá-la às situações do momento. Conforme observou Landim,

a demanda do setor hegemônico é imposta ao restante da sociedade como adequada e necessária, e por isso, todas as sociedades urbanas ‘aspiram’ a ter as mesmas condições, o mesmo tipo de organização e de disponibilidades, e não sentem as mudanças como descaracterização (Landim, 2004: 41).

Lembrando-se que a leitura da cidade, a partir da sua paisagem, estimula a percepção, e que esta, por sua vez, é de natureza subjetiva, a interpretação da paisagem produz subjetividades ligadas ao universo do observador. As cidades possuem imagens próprias e os habitantes

criam imagens mentais de suas cidades, imagens que podem ser pesquisadas e analisadas revelando uma visão pública ou coletiva que, por sua vez, identifica atributos arquitetônicos positivos ou negativos – marcos referenciais para a coletividade ou paisagens urbanas pobres e sem significado (Leite, 1998: 100).

Portanto, ler as paisagens da cidade de São José dos Campos buscando entender as dimensões das sociedades passadas reforça a idéia de que a cidade não tem identidade. No entanto, a problematização da identidade da cidade evidencia um forte apego daqueles que tentam defini-la à concepção iluminista de identidade. O caráter transitório da população e a movimentação dessa população ligada às demandas de trabalho que a cidade oferecia deram à São José dos Campos uma identidade também fluida e descentrada, difícil de ser mensurada ou destacada.

Também contribui para a sensação de falta de identidade o pouco sentido que o passado tem para a cidade. Especificamente a um tempo em que a cidade tinha, na doença, a sua referência. Histórias passadas desta paisagem, ligadas à cura da tuberculose, foram ocultadas para dar vazão à paisagem industrial. As escritas de um tempo sanatorial foram apagadas no texto da cidade moderna, tecnológica. As paisagens modernas “ajudam a criar cidades cuja paisagem torna-se cada vez mais invisível. Invisível não no sentido de inexistente, mas de não vivenciada, de não-experimentada, ou não-percebida” (Landim, 2004: 45). Esse caráter invisível da cidade influencia o processo perceptivo da população, particularmente o visual, o que possibilita a formação de imagens compartilhadas pela população.

Segundo Bartalini, um dos problemas mais freqüentes que podem ser

detectados na paisagem urbana é a falta, ou perda de identidade visual. Os planos urbanos, preocupados com a infra-estrutura, circulação e localização das funções, “geralmente minimizam ou ignoram um aspecto fundamental para a qualidade de vida dos cidadãos: a criação ou valorização de referenciais urbanos, a caracterização fisionômica das cidades” (Bartalini, 1986).⁴

A interação da população com a cidade é necessária, segundo Landim, pois promove uma educação que não aliena o cidadão do espaço urbano, assim como dota os elementos físicos do espaço de maior legibilidade ou de uma maior caracterização e especificidade (Landim, 2004: p. 52). O principal elo entre o cidadão e o espaço urbano se dá por intermédio da paisagem, ou seja, no nível de representação do espaço da cidade. Para tanto, a cidade deve ser legível. Essa legitimidade é conferida através da evidência de elementos que representam formas de dizeres das relações de sujeitos passados com o espaço. Os marcos urbanos dizem a cidade. Pela verificação dos marcos urbanos “é que criamos referências que fazem que não sintamos perdidos. A verificação desses marcos urbanos não é fruto só de nossa percepção imediata, mas também de nossa percepção passada, de nossa memória e de nossa inteligência” (Idem: 53).

Tentando ler a cidade de São José dos Campos, podemos identificar territórios diferenciados: o bairro da Vila Ema emana um clima boêmio; o bairro das Chácaras Reunidas está se delineando como um bairro de pequenas indústrias; o jardim satélite caracteriza-se como zona comercial; Santana delinea-se como área comercial ligada visceralmente à área rural do município; a zona leste é marcada pelas grandes mansões, circunscritas em espaços fechados dos nobres condomínios; às margens da Dutra, alojam-se as grandes indústrias, multinacionais que projetam a

⁴ Pode-se afirmar, segundo Landim, que “cidades desprovidas de elementos marcantes em sua paisagem estão destinadas a uma não-caracterização e homogeneização de sua paisagem” (Landim, 2004: 51).

vocação industrial da cidade nacionalmente.

A Rodovia Presidente Dutra possibilitou a metropolização de São José dos Campos e a articulação política que viabilizou a implantação do Centro Técnico Aeroespacial na cidade. Segundo Vianna, a rodovia “inseriu definitivamente (a cidade) no projeto nacional de desenvolvimento iniciado na década de 1950 e impulsionado no período da ditadura militar (conforme podemos observar na tabela 04). A via, no entanto, começou a ser construída no início do século XX, assentada sobre uma doença tornada negócio: a tuberculose.” (Vianna, 2004: 87)

Tabela 04: Variação percentual da população urbana, São José dos Campos, Vale do Paraíba (1934-1964)

Fonte: Apud. Vianna, 2004.

	1934-40	1940-50	1950-60	1960-64	1934-60	1934-64
S.J.Campos	55,8	91,9	113,7	63,6	539,2	695,9
Vale do Paraíba	15,7	41,4	70,6	72,5	179,4	217,3
Incremento relativo de SJC	3,6	2,2	1,6	0,9	3,0	3,2

As atuais aspirações da população incorporam valores que sintetizam padrões das grandes cidades modernas. A cidade é uma resultante da ação da sociedade sobre um meio físico. A sociedade, ao produzir e utilizar o espaço urbano elabora retratos, espelhos nos quais se reflete. Ou seja, a história da cidade, sua cultura, seu meio de produção, seu estágio técnico e tecnológico, a divisão de classes, a luta pelo poder, entre outros fatores, estão espelhados na configuração da cidade. A dialética da sociedade transpõe suas imposições e necessidades para o

desenho urbano.

Observadora inexperiente, tinha pretensões de me instrumentalizar para enxergar além da aparente paisagem que delimitava geograficamente o espaço daquela cidade. Dúvidas atroztes eram lançadas: estaria certa nas minhas investigações? O que me revelava a cidade? O que ela escondia? Seria possível reconhecer na cidade moderna e tecnológica, plenamente integrada ao sistema mundial algo que remetesse ao seu passado sanatorial? Sondando mais a fundo sua paisagem, cheguei a notar pontos significativos em seu tecido. Imponentes e extensos domínios de sanatórios desativados cortam algumas ruas do centro. Outros, disseram-me, deixaram de existir. Nos espaços destes antigos sanatórios, a moderna funcionalidade do lugar sequer registrou marcas dessa memória, dificultando a investida visual do observador contemporâneo.

As pesquisas em torno da história regional, no Brasil, pelos idos da década de 1990, alçavam alguns vôos significativos. No entanto, no caso de São José dos Campos, tudo estava para ser feito. Poucas eram as análises que tinham como foco a história da cidade, muitas delas fruto de memórias locais. Poucas eram as fontes organizadas e poucas eram as instituições que davam acesso à pesquisa.

De uma coisa estava certa: havia aqui um material abundante para observação e pesquisa histórica. Os registros feitos pelo olhar inicialmente me conduziam à busca de amparos conceituais e à conseqüente problematização de questões a serem investigadas. A experiência visual, que num primeiro momento, foi fundamental para levantar os questionamentos iniciais; a certa altura, não davam mais conta de responder às novas inquietações. Meu novo ponto de inflexão era entender por que os moradores de São José dos Campos afirmavam que a cidade não tinha identidade?

Descobri a subjetividade e o dualismo entre mim e o mundo, o sujeito e o objeto. Estabeleci relações de identificação com os espaços, que acabavam me dando as valiosas referências. Mas, como fazer do meu olhar subjetivo sobre a cidade um olhar científico, legítimo? As respostas acabamos encontrando na historiografia da cidade, visitando leituras em áreas afins. Geógrafos, arquitetos, médicos sanitaristas, filósofos e historiadores nos ajudaram nesta expedição.

Vasculhando a história da cidade de São José dos Campos, notou-se um passado ligado à transitoriedade. Assim como eu recém chegada à cidade, outros tantos foram embora e novas levas de migrantes lançavam-se, ao mesmo tempo, sobre a cidade. Na verdade, São José dos Campos se firmava como a cidade de forasteiros. Essa é a sua identificação. Os diferentes projetos econômicos basearam-se justamente na atração dos forasteiros.

A primeira intenção foi a de atrair os doentes da tuberculose, entretanto, a maioria desses cidadãos em potencial era eliminada pela pequena porcentagem de cura. A segunda tentativa foi com a gestão do projeto industrial que, pelas leis do mercado, dinamizava uma renovação de pessoal, reforçando o caráter transitório e flutuante da população, impedindo, mais uma vez, a “sólida construção estável” da identidade local. Uma enquete realizada em 2006 sobre os marcos referenciais da cidade reforça essa evidência.

Gráfico 01: Faixa etária dos joseenses, 2002

Fonte: Miura, 2006.

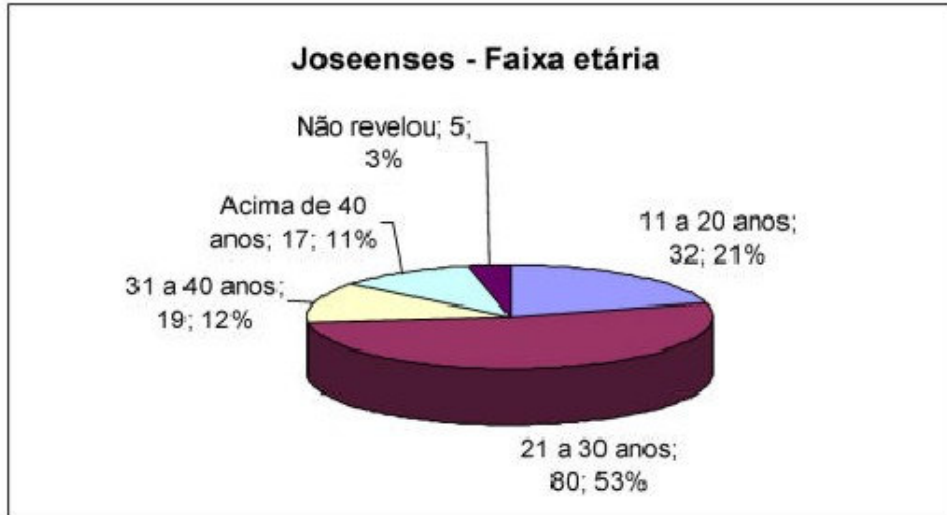
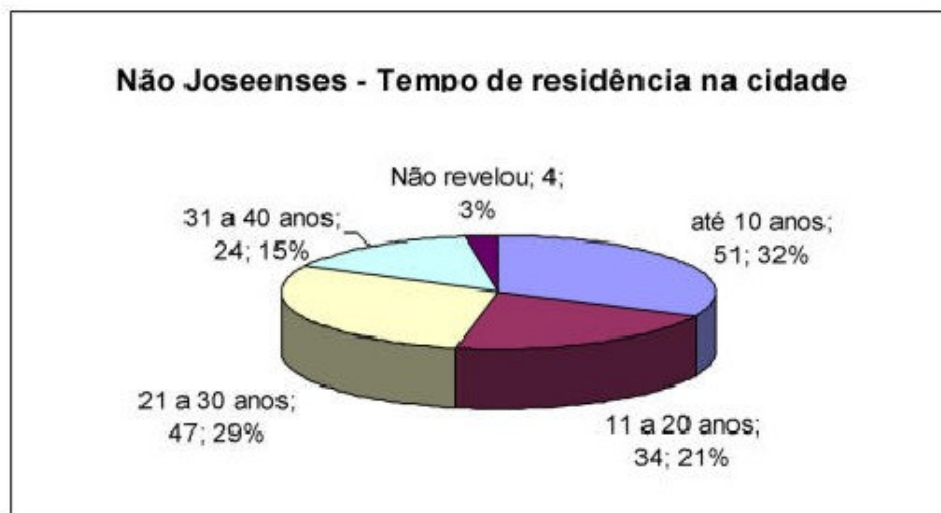


Gráfico 02: Tempo de residência dos não joseenses na cidade

Fonte: Idem



A Tabela 04 também realça dados do crescimento migratório da cidade a partir de 1950.

Tab. 05: Incremento censitário / cidade de São José dos Campos, 1950-80.

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos, extraído de PMSJC, 1994 (apud. Vianna, 2004)

Ano	Total	Vegetativo		Migratório	
		Habitantes	%	Habitantes	%
1950	2.493	608	24,4	1.885	75,6
1960	5.218	2.637	45,4	2.851	54,6
1970	10.130	3.931	38,8	6.199	61,2
1980	19.598	7.796	39,8	11.802	60,2

Grande parte dos moradores da progressiva cidade de São José dos Campos, situada na região do Vale do Paraíba paulista, concorda com a falta de identidade da cidade. Propostas de trabalho que tenham como objetivo identificar marcas da cidade enfrentam grandes desafios.

Sobre as dificuldades de acesso aos princípios reguladores do corpo social, Néstor G. Canclini, em *Culturas híbridas* também verificou essa mesma dificuldade ao trabalhar com signos representativos da vida e da cultura de Tijuana, pelo seu intenso fluxo imigratório e pela sua pluralidade cultural (Canclini, 1998: 318). Uma coisa é certa: a resposta recorrente de grande parte dos joseenses quando investigados sobre marcas da cidade é incisiva: "São José não tem identidade". A certeza, fruto de um processo resultante da longa duração amplamente disseminada, acabou virando senso comum. Essa idéia, tão reforçada na memória do joseense

apresenta-se, à luz da revisão paradigmática, como um julgamento demasiadamente equivocado.

Confesso que também incorri neste erro, de acreditar na falta de identidade de São José dos Campos, quando, há precisos treze anos defrontei-me com ela, evidenciando o choque do primeiro encontro. No momento, impactada pelo desconforto da minha primeira impressão, não conseguia formular explicações convincentes do fenômeno que sentia. Como observou o crítico cultural Kobena Mercer, "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza" (Mercer, 1990). Comecei, então, a estabelecer fundamentos: experimentava, parcialmente construída, a resposta vivida por um indivíduo inserido no mundo da modernidade.

Foi duro aceitar, mas tive que admitir: o conceito de identidade que tinha, ligado às minhas origens, estava amplamente defasado. Natural da histórica cidade de Ouro Preto, percebia identidade como algo estável, fixo e acabado. Esta cidade, de fato, precisa viver do seu passado. Sua economia está inteiramente ligada à memória que se quer preservar. Seu futuro depende da preservação de seu patrimônio histórico. Conforme observou Canclini, as hibridações nos levam a concluir hoje que todas as culturas são de fronteira. Os valores e culturas de um povo são intercambiados com outros (Canclini, 1998: 348).

O que podemos inferir de tudo isso é que a identificação das marcas representativas da cidade de Ouro Preto está diretamente vinculada ao seu passado. Identidades são criadas, reforçadas ou traduzidas em todos os meios de representação. As identidades, conforme Hall, podem inventar tradições ligando passado e presente, em mitos de origem que projetem o presente de volta ao passado. Se isso era evidente em Ouro Preto, não percebia essa relação em São José.

Anthony Giddens argumenta que nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (Giddens, 1990: 37- 8).

A cidade, como objeto de análise, “pode ser encarada de variadas formas: como um conjunto de imagens, ou como unidade estatística e espacial” (Landim, 2004: 25). Uma cidade histórica preservada apresenta características que poderiam ser consideradas obsoletas pelos padrões atuais, mas que representam uma vivência passada, como é o caso de Ouro Preto. Minha referência visual foi construída tendo como base a minha cidade de origem. Não se pode falar em paisagem a não ser a partir da percepção, que é, por natureza, subjetiva. A percepção, segundo Collot, “não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes dar um sentido. A paisagem percebida é, já, então construída e simbólica” (Collot, 1990: 21). Isso significa que, ao ler a paisagem, o indivíduo libera emoções, sentimentos, atitudes e valores. Conforme destaca Landim,

a paisagem urbana representa a cidade, e assim torna-se possível conhecer a cidade por meio de sua paisagem, pois enquanto a cidade se configura como linguagem, a paisagem urbana apresenta-se como a sua representação, a qual torna possível esse conhecimento, estabelecendo relações entre o modo de representar, no caso, a paisagem urbana, e o objeto a ser representado, no caso, a cidade (Landim, 2004: 36).

Antes de se configurar por meio do suporte físico, a paisagem urbana é, acima de tudo, uma imagem, uma criação mental e social: “está na mente das pessoas, nas relações de uso que se estabelecem entre os cidadãos (...)” (Idem: 29). Nesse sentido, conforme esclarece Castells, não se pode dissociar a imagem urbana

do “observador”. Para o autor, “só existe imagem quando ligada a uma prática social. Não só porque ela é produzida socialmente, mas porque não pode existir (...) a não ser dentro das relações sociais (...)” (Castells, 1983: 305 - 6). Em particular, deixa claro o autor, a imagem existe a partir das representações que os cidadãos fazem da sua cidade.

Pode-se dizer, então, que as técnicas, modo de produção, relações sociais e culturais produzem paisagens urbanas e que estas imagens nada mais são que produtos das relações sociais. As praças, ruas, casas, jardim e avenidas da cidade são resultados de um contexto social de apropriação dos espaços construídos. Nesse sentido, “os elementos que compõem e definem a paisagem urbana se alteram ou persistem em razão dos usos que lhes são atribuídos” (Landim, 2004: 30).

O produto do espaço que compõe a paisagem urbana é chamado por Castells por **simbólico urbano**. O simbólico urbano, segundo Castells, “deve sua especificidade precisamente à articulação das formas culturais do quadro espacial de vida com o sistema geral das ideologias e, em particular, à sua expressão formal” (Castells, 1983: 306).

Hall nos lembra que cultura alguma é pura, sendo sua unidade fruto de um dispositivo discursivo que unifica a diversidade, o que considera como culturas híbridas. Foi, inclusive, através de sua leitura que comecei a reformular as idéias e construir novos saberes sobre as marcas de identificação. Minha primeira impressão sobre a cidade de São José dos Campos era, para mim, justificável, embora redondamente equivocada. Até então, tinha em mente o conceito de identidades antigas, estagnadas. Como observou Hall, as antigas identidades deram espaço a novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno. Ou seja, de acordo com Hall, "as idéias modernas estão sendo desconcentradas, isto é, deslocadas ou fragmentadas" (Hall, 1985: 7-8).

Mudanças estruturais transformam as sociedades modernas, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade que nos deram localizações sólidas como indivíduos sociais. Estas transformações estão também modificando nossas identidades pessoais, e enfraquecendo o próprio sentido de nós mesmos enquanto sujeitos integrados.

Depois das estimulantes e reveladoras leituras, percebi que aquela concepção de identidade fixa, permanente ou essencial que acreditava existir na minha cidade de origem, por exemplo, tinha a ver com estágios de desenvolvimento limitado pelo status de sociedade tradicionalmente histórica. Passei a entender que a identidade que construí de Ouro Preto era obrigada a transparecer fixa e imutável para facilitar a minha memorização. Se me sentia uma ouropretana de identidade unificada, aprendi que foi somente porque construí uma história confortante ou uma narrativa sobre mim mesma. Assim como eu, os novos joseenses adotados pela cidade, forasteiros de diferentes naturalidades, dotados de forte identidade confortante, ajudaram a traduzir a imagem da cidade, impregnada de memórias e significações.

A tradução se dá quando formações de identidade atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal, mas que, apesar de reterem fortes vínculos com seus lugares de origem, não tem ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem sem serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas estão irrevogavelmente traduzidas.

Para o autor, a tradição é o principal aspecto que se vê conturbado pelos efeitos da globalização, uma vez que aspectos e conceitos anteriormente considerados absolutos são questionados e relativizados pela modernidade. Tal fenômeno é nomeado por Giddens, como "destradicionalização", ou seja, o processo

em que as tradições, sejam quais forem, submetem-se à reflexão crítica. Elas não desaparecem, repetimos, mas são reinterpretadas, reformuladas, submetidas a uma justificativa.

Giddens fala na crise existencial do homem globalizado, esse fenômeno, mais que uma perturbação de vida, é um desafio à turbulência da incerteza, do medo, da perplexidade que o cerca no mundo global. Como destaca Giddens, cada vez mais o homem é obrigado a abdicar da rigidez das idéias, atitudes e tipos de comportamentos fundamentados no sistema de valores tradicionais e buscar respostas nos parâmetros de uma "modernidade reflexiva", que em muitos aspectos ainda estão para serem formulados.

Assim, a capacidade política do indivíduo exige, fundamentalmente, revisão de valores, sejam pessoais ou conjunturais, novas concepções do processo cultural civilizatório em marcha na globalização. Precisa o indivíduo compreender que na globalização cultural, ao mesmo tempo em que há muita perda, há muito ganho. Que é preciso ter domínio das contradições globais, para viver com as fragmentações e os antagonismos de uma sociedade que faz dos conflitos a sua base de sustentação.

Entendi que a visão equivocada que tive da ausência de identidade local estava diretamente ligada a um sistema de representação cultural, mais diretamente, a um discurso. E que esse discurso e representação tendiam à obtenção de um senso precoce de segurança ontológica. A confiança, nesse sentido, é fundamental para um "casulo protetor que monta guarda em torno do eu em suas relações com a realidade cotidiana" (Giddens, 2002: 12), sintoma das influências globalizantes. Segundo Giddens, "atitudes de confiança em relação a situações, pessoas ou sistemas específicos, e também num nível mais geral, estão diretamente ligadas à segurança psicológica dos indivíduos e grupos. Confiança e segurança, risco e perigo, existem em conjunções historicamente únicas nas condições da modernidade" (Idem: 25).

A formação e a transformação das identidades nacionais dão-se no âmbito da representação, uma vez que a nação não é apenas uma identidade política, mas um sistema de representação cultural. A cultura nacional é, portanto, um discurso. A cultura faz parte de uma realidade em que a mudança é um aspecto fundamental. A vivência do homem não é pré-determinada, esse adota comportamentos, atitudes e identidades diferentes. Isso é cultura. Impossível tratar a cultura sem que se discuta o próprio processo social concreto.

Giddens indica que a modernidade trouxe consigo questionamentos e posturas que ocasionaram modificações de conduta generalizada e, conseqüentemente, também na estrutura familiar, na relação de pares, na sexualidade. Há uma "destraditionalização" dos valores e costumes, com uma dissolução das tradições. Isso se dá através de um processo de reflexibilidade, ou seja, de um processo de reflexão crítica e pessoal radical, que põe à prova os conceitos e valores de acordo com sua validade social.

Evidentemente, tal processo não significa a destruição das tradições e instituições, mas uma desconstrução e reformulação dos valores, com a produção de uma intimidade mais rica e consciente, livre e responsável, em que a pessoa torna-se mais autêntica consigo mesma. Isso é possível através da promoção das capacidades de intercâmbio e de flexibilidade adaptativa, que dá às pessoas maiores condições de enfrentar a labilidade que a realidade moderna traz em si.

As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades "tradicionais" e as "modernas". A sociedade não é, como os sociólogos pensaram, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade. Ela está constantemente sendo "descentrada" ou deslocada por forças de si mesma. As sociedades da modernidade tardia, argumentou Giddens, são caracterizadas pela

"diferença"; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes "posições de sujeito" - isto é, identidades - para os indivíduos.

Baseado em Giddens, pode-se dizer que, com a internacionalização da economia e a globalização da comunicação, o indivíduo pós-moderno vive com uma concepção diferente do tempo e do espaço. A globalização supõe mudanças estruturais que afetam a vida cotidiana em geral, o que influencia a consciência de cada um ao questionar sobre mudanças de valores. O capitalismo contemporâneo é visto por Giddens como um novo modelo de integração social, orientado por laços que se estendem muito além das fronteiras tradicionais das comunidades e das nações, levando em si um novo sentido de organização social e política que desafia as atuais gerações a repensarem as raízes da experiência democrática. Este é o sentido de *A terceira via*.⁵ E também o sentido da teoria social de Giddens.

De acordo com Giddens, "cada um de nós não apenas 'tem', mas vive uma biografia reflexivamente organizada em termos do fluxo de informações sociais e psicológicas sobre possíveis modos de vida" (Giddens, 1984: XVI-XVII). No momento em que percebia a dialética do local constatava a evidência da auto-descoberta. Senti o quanto era importante rever meus conceitos de identidade. Entendi que a relação entre a modernidade e a dúvida radical é uma questão que, uma vez exposta, não é inquietante apenas para os filósofos, mas é existencialmente perturbadora para os indivíduos comuns (Giddens, 2002: 26).

Entende-se que as cidades são, "antes de tudo, uma experiência visual. (...) E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma

⁵ A terceira via vem articulada em torno da proposta de uma economia que busca uma nova relação entre o setor público e o privado servindo-se do mecanismo do mercado, tendo em mente o interesse público. Estado e sociedade civil, numa parceria, buscam desenvolver funções sociais.

produção social sempre referida a algumas de suas formas de inserção topográficas ou particularidades arquitetônicas” (Brescianni, 1998: 237). Isso nos fez indagar sobre o sentido das permanentes formas de manutenção do passado inscritos no espaço urbano joseense. Da mesma forma, nos levou a questionar o passado, visivelmente negado através de elementos que compõem o seu cenário urbano.

Foi grande a surpresa ao perceber que a leitura que fazia da cidade de São José dos Campos não era uma visão isolada. Paula C.Vianna, também forasteira que chegou a São José dos campos na mesma época, compartilhou da mesma leitura. Questionava a médica sanitária ao “viajar” pelos espaços da cidade:

como não reconhecer um passado que está ainda fisicamente incorporado ao presente da cidade? Que ainda pulsa insistente, e se revela, mesmo ao ser re-significado? Pistas e fios da meada aparecem, ora encobertos e transformados; as amplas e arborizadas ruas do “centro nobre” da cidade, a concentração de equipamentos urbanos nessa mesma região, em particular oito dos dez hospitais, bem como outros serviços médicos de tecnologia (...) e o abandonado e ainda imponente Sanatório Vicentina Aranha, que ocupa o espaço concreto com seus 19.033 metros quadrados de edificação murada e o espaço da memória com o bairro ajardinado ao seu redor, um dia parte do maior sanatório da América Latina (Vianna, 2002: Introdução)

O período sanatorial joseense foi marcado pela intensa intervenção do Estado, representado pela prefeitura sanitária, cujo prefeito, normalmente um político de fora, nomeado diretamente pelo governo estadual. No entanto, apesar da ingerência administrativa, foi através das políticas e investimentos públicos e privados do momento que São José dos Campos teve transformada a sua forma urbana sem, contudo, contar com especialistas nessas questões. Pode-se sugerir que a negação da fase sanatorial, caracterizada pela intervenção e imposição de vontades que iam além das realidades da cidade, tenha ligação com a resistência da população às intervenções públicas em questões locais.

A vocação sanatorial de São José exigiu investimentos estatais que, por sua vez, ampliou a intervenção do Estado na política local. Autoritária, a remodelação dos espaços joseenses atendia às determinações políticas mais amplas. Tratava-se de retirar os doentes da capital do estado, afastando-a do risco das epidemias e alojar os doentes no interior, marcando o projeto de dispersão da metrópole. Foi a partir da doença que São José dos Campos conseguiu se urbanizar. Diretamente vinculada ao desenvolvimento urbano,

a tuberculose pairava como uma incômoda necessidade, uma sombra sobre a cidade de clima e povo abençoados, nascida para o progresso. No momento em que a possibilidade de industrialização se concretiza, não há possibilidade de coexistência pacífica entre a cidade sanatorial e a cidade industrial. A industrialização da cidade irá se refletir no território, que será re-apropriado e ressignificado (Vianna, 2004: 146).

Outro aspecto a ser considerado é a política intervencionista e autoritária do Estado na fase sanatorial joseense, que se sobrepunha às políticas locais. A negação da fase sanatorial, marcada pelo autoritarismo da política governamentista de Vargas impôs vontades que iam além das realidades e necessidades emergentes da cidade. Negar a fase sanatorial talvez tenha também a ver com a resistência dos joseenses às intervenções estatais em questões regionais. Talvez este fato tenha marcado o inconsciente coletivo, a ponto de negar essa fase em que a cidade não tinha autonomia política.

Por outro lado, entendemos que as cidades, em sua concretude, simbolizam os ideais de modernidade e concretizam esses ideais em incessantes rupturas com o passado. A modernidade permeia os sentidos do efêmero, da fragmentação e da percepção da descontinuidade da história. O impulso dominante faz do homem moderno “entrar” em seu presente, vivê-lo plena e imediatamente. Mesmo assim, o peso do passado viaja com o homem. O passado é um fardo que ele pode não reconhecer como seu.

Por meio da memória, há certa dificuldade em se resgatar, na cidade de São José dos Campos, o lugar da tuberculose no seu passado. Num recente estudo baseado em entrevistas, importantes memorialistas joseenses deixaram entrever os reais motivos do apagamento do espaço da doença na memória coletiva. Indagava-se um dos memorialistas: “quem gosta de dizer que a cidade vivia da tuberculose? Não pega bem...” (Weiss, 2003. Apud: Vianna, 2004).

A própria imagem do meio ambiente pode ser decodificada, fornecendo pistas sugestivas da vivência do local e denunciando formas ocultas. Segundo Lynch, "nada se conhece em si próprio, mas em relação ao seu meio ambiente, à cadeia precedente de acontecimentos, à recordação de experiências passadas" (Lynch, 1990: 11). De fato, o presente, ligado à tecnologia e industrialização, nitidamente estampado na paisagem joseense, influenciou a memória. A memória, ressaltou Halbwachs, não é um atributo ou capacidade isolada de um indivíduo, mas uma construção social.

Talvez isso responda à dúvida presente em outro discurso de memorialista, quando este enuncia: “**parece** que essa cidade vivia em função da doença (grifo nosso)” (Bagno, 2003. Apud. Vianna, 2004). Enquanto a dúvida paira nas lembranças, a memória social inocula no interior dos homens as pressões sociais. É certo que a memória faz parte da vida do homem, mas, o excesso de memória, como lembra Santana,

envenena a vida. Daí a necessidade de, de tempos em tempos, fecharmos as janelas da consciência (...). O esquecimento faz parte de uma salutar digestão psíquica. Ao esquecer, torna-se possível a alegria, a jovialidade, a afirmação do tempo presente (Santana, 2006).

O “devir” em toda parte frustra o homem do presente. De acordo com Nietzsche, “o fato de ter memória é a glória e perdição do homem. Portanto, ele tem

história queira ou não queira” (Apud Santana, 2006). O esquecimento, portanto, não é aleatório. O modo como o homem resolve lembrar algo demonstra se sua atitude a respeito de si mesmo é destrutiva ou construtiva. Lembrou Nietzsche que “um olhar retrospectivo a seu passado é um modo de definir seu presente e seu futuro (...). Pode o homem decidir caminhar heroicamente a largos passos para o futuro ou entrar nele recuando, mas não pode evitá-lo” (Apud. Santana, 2006: 357).

É por isso que Nietzsche dizia que a vida precisa do serviço da história. Nietzsche dividiu a história em três tipos, de acordo com as necessidades do homem: monumental, antiquária e crítica. A história monumental, segundo o filósofo, usa o passado para condenar a mesquinhez do presente. Tende a romantizar o passado, enaltecendo a estória dos grandes homens, ensinando os homens que as formas de grandeza já foram alcançadas no passado, minando a autoconfiança dos homens do presente.

A história antiquária impulsiona os homens a fugir do presente reverenciando o passado, respeitando as origens, a herança, “o fruto e a floração de um passado que não só justifica, mas também coroa o presente” (Apud. White, 1992: 358). A história crítica, por sua vez, impulsiona demolir o passado e utilizá-lo, também para viver. Os homens críticos levam o passado ao tribunal, interrogando-o impiedosamente e, por fim, o condenando. A história crítica contesta os pretensos direitos do passado sobre o presente. Para Nietzsche, o ideal seria uma síntese de todas as três formas de uso do passado, e não de escapar do passado, pois, segundo o autor, “ao passado não se escapa.” Complementa Nietzsche:

na medida em que somos simplesmente a resultante de gerações anteriores, somos também a resultante de seus erros, paixões e crimes; é impossível desembaraçarmo-nos dessa cadeia. Embora condenemos os erros e pensemos que escapamos deles, não podemos escapar do fato de que provimos deles. Quando muito, daí resulta um conflito entre nossa natureza inata, herdada e nosso conhecimento (...) (Cf. White, 1992: 358).

Nietzsche nos faz entender a dinâmica do vir-a-ser. Numa dialética de entendimentos, tracei os passados diferentemente usados pelas duas cidades que me davam referências. Ouro Preto, minha cidade de origem, mantém, no passado, a sua própria existência. Sua história monumental tende a romantizar o passado, buscando nele a sua grandeza. Enquanto Ouro Preto cultua o passado, São José dos Campos, por outro lado, coroa o presente, contestando o passado. Essa idéia não implica em uma oposição entre a ação humana e o processo do mundo. Não se deve procurar algum sujeito por trás dos fenômenos, adverte Nietzsche. Os fenômenos são, eles mesmos, os sujeitos que o historiador procura (...) (White, 1992: 360).

As exposições históricas, segundo Nietzsche, não são simplesmente expressões de uma intuição, mas expressões de intuições de realidades, ou, para sermos mais precisos, de realizações. A história “ocupa-se de eventos reais, de fatos, e não de eventos imaginados”. Portanto, exige uma sintaxe própria para delinear suas explanações em torno do que os fatos significam. E essa sintaxe não é senão o conjunto de regras do discurso e prosa corrente da cultura ou civilização a que o próprio historiador pertence (White, 1992: 399).

Com certeza, as estratégias interpretativas trabalhadas não esgotam as possibilidades existentes para a representação do fenômeno histórico definido. A tentativa de entender a identificação do passado da cidade através dos elementos de preservação de seu passado na paisagem urbano tem a ver com a dialética peculiar da existência.

Para os gregos, a cidade tinha uma relação muito nítida entre a materialidade construtiva e a cultura urbana. A cultura tinha necessidade de uma certa aplicação prática para poder ser legitimada. A cultura urbana grega “originava-se da relação simbólica que unia lugar construído aos seus habitantes e a sua história

confundia-se com as vivas memórias coletivas, ilustradas pelos monumentos que adornavam a cidade” (Della Pergola, 2000: 24).

Da mesma forma, São José dos Campos reproduz, por meio do sistema urbano, seu horizonte de referências. Seu espaço, assim como de todas as cidades, está carregado de sentido. Conforme declarou Lévi-Strauss, podemos descobrir a história de uma sociedade seguindo os traços de suas pedras, (Apud. Castells, 1983: 304), desde que tomemos ciência que a existência dessas pedras tem estrita relação com as práticas ideológicas e com a cultura urbana.

Quando se propôs fazer uma hermenêutica do espaço joseense tivemos uma certeza: não deveríamos nos ater apenas a uma simples decifração das formas. Caracterizar uma cidade por seus monumentos não basta para desvendar sua estrutura simbólica. Segundo Castells, “é preciso determinar o sentido preciso de cada monumento, não historicamente, mas na sua transcrição segundo o código de interações – que organiza efetivamente as relações sociais” (Castells, 1983: 318).

A hermenêutica urbana “estuda as mediações expressivas através das quais se concretizam processos ideológicos produzidos pelas relações sociais numa dada conjuntura” (Idem: 308). O espaço urbano, deixa claro Castells, “não é um texto já escrito, mas uma tela permanentemente reestruturada, por um simbólico que se modifica à medida da produção de um conteúdo ideológico pelas práticas sociais que agem na e sobre a unidade urbana” (Idem, Ibidem).

Estamos certos de que as formas urbanas emitem uma multiplicidade de mensagens. Certos também estamos de que a leitura dessas mensagens tem imbricada relação de decodificação com o observador, social e subjetivamente situado dentro desse espaço.

Na década de 1970 promovia-se imagens positivas da cidade de São José dos Campos, “quando se realizou uma intensa campanha para atrair investimentos privados e públicos para a cidade e, ao mesmo tempo, incutir na população novos hábitos e conceitos de vida, até então considerados provincianos” (Miura, 2006: 80). Uma década antes, em pleno florescimento industrial, já se providenciava a bandeira da cidade, exibindo uma engrenagem sobre fundo azul e branco.

Fig. 39: Bandeira da cidade de São José dos Campos



Vianna explicou os significados dos elementos que compõem a bandeira:

Supostamente um símbolo de integração entre o município e os demais órgãos federativos do Estado, a alusão à indústria não poderia ser mais clara: a terra ainda era considerada generosa, embora não produtiva, e os ares transformaram-se em pano de fundo para a tecnologia da aeronáutica que se consolidava. O avião tornou-se o símbolo da cidade, que se vangloria por ser ‘o maior pólo de pesquisa e produção de ciência e tecnologia no país’, possuidor de ‘um moderno complexo industrial (Vianna, 2004: 97).

Em 1968, o hino endossou o significado dos elementos da bandeira. Os ares apontados pela neblina e pela proximidade da Mantiqueira reforçam novamente as condições climáticas e espaciais favoráveis, não mais para atrair tuberculosos, mas indústrias. A hospitalidade enfatiza a cordialidade da nova demanda: as forças ligadas à industrialização. Da escola tecnicista à oficina, concluía-se o estágio exigido pelo novo mercado.

Hino de São José dos Campos

Ei-la envolta na neblina
Debruçada na colina,
Sob o olhar da Mantiqueira
São José a hospitaleira
São José bicentenária

Das mãos de Anchieta nascida,
Desta terra legendária
Que alegre vivas unida
No teu trabalho febril
Que o orgulho sejas do Vale
A cidade que mais cresce
Pois o título desvanece

Ei-la envolta na neblina
Debruçada na colina,
Sob o olhar da Mantiqueira
São José a hospitaleira
São José bicentenária

De operário a estudante,
Teu sangue novo estoante
Flui da escola à oficina
E da fé te ilumina,
Unes o livro ao esmeril,
Terra de obreiro e de bardo,
Que tens Cassiano Ricardo
O Poeta do Brasil

A cidade, como lembra Ítalo Calvino, é feita "(...) das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado (...). A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata." O passado, contido na cidade, aparece "como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras" (Calvino, 1990: 14).

As diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 1970 (PDDI, 1970: 09) trazem os “Objetivos estratégicos Gerais” do plano; qual seja: “a capacidade de conveniência de aumentar o número de indústrias e oferta de empregos”. A estratégia anunciava a educação e a cultura como elementos em potencial para a promoção da imagem da cidade. Um dos itens tratava da

possibilidade de a cidade vir a reforçar o seu papel de pólo de atração, especialmente em função educativa, cultural e recreativa, dentro da sucessão de importantes núcleos urbanos distribuídos no Vale do Paraíba, ao longo da Via Dutra. É necessário estimular o desenvolvimento sócio-cultural da cidade reforçando a imagem de São José dos Campos como pólo regional no Vale do Paraíba (PDDI, 1970: 09).

Na verdade, o planejamento estratégico cria as condições de sua instauração enquanto discurso e projeto de cidade. O plano estratégico fala em nome de uma cidade idealizada, cuja construção engendra a promoção do pertencimento. O marketing urbano visava atrair investimentos públicos e privados, através da política de concessão de benefícios para instalação de novas empresas. Dever-se-ia promover a imagem positiva da cidade. Para tanto, foram utilizados

programas de rádio nas emissoras locais, veiculação de programas em emissoras de televisão em rede nacional e *outdoors* no centro urbano, todas elas veiculando a imagem de “cidade progresso” associado à imagem dominante do ‘Brasil gigante’ do período do ‘milagre econômico’. Uma das frases utilizadas para simbolizar a identidade de ‘cidade progresso’, naquele período, era ‘São José dos Campos acompanha os passos do gigante (Miura, 2006: 80).

A cidade foi administrada como se fosse uma empresa. Ver a cidade como empresa significa “concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações” (Apud. Miura, 2006: 82). Subordinada à lógica do mercado, a cidade foi gerenciada segundo os princípios de organização da produção.

Em 1980, São José dos Campos havia consolidado o perfil de pólo regional proposto na década de 1970. Sua economia, impulsionada pelo setor aeroespacial com destaque nos setores bélico, de telecomunicações, automobilístico e eletrônico, classificava a cidade entre as dez maiores potências econômicas do Estado e entre as 20 do país. Era a 8ª maior consumidora de energia do Estado e o 5ª do município paulista em arrecadação de imposto de circulação de mercadoria (ICM). O setor industrial

impulsionava a economia, empregando 50.000 de seus 287.513 habitantes; o setor de material de transporte liderado pela Embraer empregava 32,6% da mão-de-obra da indústria, seguido do setor de material elétrico e de telecomunicação (13,1% dos empregados da indústria). O município crescia a uma taxa cerca de 2,5 vezes maior do que a média do país. A área urbana correspondia a 143 Km², ou 12,7% do total do município e abrigava 89,1% da população (Vianna, 2004: 156).

De fato, na década de 1980, já não havia dúvida quanto a vocação industrial da cidade. Apesar da força da representação, alguns marcos referenciais urbanos do passado sobrevivem, principalmente quando agregam conceito de valor para a sociedade, ou seja, quando, de alguma forma, foram apropriados e preservados pela população. A presença, na atualidade, de monumentos históricos na paisagem urbana representa a sedimentação de processos sociais e ideologias dominantes que foram significantes na história da cidade. Os marcos referenciais do passado “perdem a sua função original, mas continuam existindo porque a população lhe atribui outro valor, seja ele cultural, religioso, funcional ou até sentimental” (Miura, 2006:03).

Na paisagem da cidade de São José dos Campos percebemos acanhadas marcas de um passado de um tempo em que imperavam as fazendas. Também encontramos alusões escassas, embora resistentes de sua olvidada fase sanatorial. No entanto, a paisagem joseense não deixa dúvidas, ela recende uma marca consolidada pelo setor terciário, que ingressa São José no rol das cidades pós-industriais,

conduzindo-a para o meio técnico-científico e informacional (Miura, 2006). A cada referência espacial dos inúmeros signos reverenciados pela história local pode-se, através de sua existência, traçar seu grau de importância e atribuição dada pela cidade.

Nossa análise de processo de produção de discurso tem no espaço a busca de uma linguagem. Este discurso, segundo Orlandi, “tem uma memória, desenvolve-se em um espaço próprio, que se constitui por relações que sustentam a própria existência deste espaço como um espaço vivido / dividido com seus gestos de significação” (Orlandi, 2004: 26). Na atualidade, é através do marketing urbano que se produz os marcos referenciais. Se os urbanistas definem como marketing urbano a produção de materiais de propagandas ideológicas veiculadas pela política pública, os lingüistas determinam essa produção como discurso social.

Orlandi, citando Angenot (1984), define o discurso social como “tudo o que se diz, tudo o que se escreve em uma sociedade dada (tudo o que se imprime, tudo o que se fala hoje na “mídia” eletrônica). Tudo o que se narra e se argumenta, o narrável, o argumentável em uma sociedade dada (...)” (Apud. Orlandi, 2004: 57).

Em 2001, São José dos Campos era o 37º município do país em qualidade de vida, com considerável índice de desenvolvimento humano (IDH). Responsável por 7% do total das exportações brasileiras; possuía o segundo maior PIB industrial brasileiro e assegurava a classificação de município pólo e centro regional do Estado conferido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) (Vianna, 2004: 80). Essas informações transcendem os números e estampam na escrita da cidade suas formas representativas.

Os marcos referenciais de uma cidade representam a materialidade do processo de sua historicidade. Ler os marcos referenciais inscritos numa paisagem

urbana é entender as tramas do viver social, é desvendar elos de ligação do espaço com suas relações econômicas, sociais e culturais. Para essa leitura talvez sejam importantes algumas informações. A cidade de São José dos Campos dos indicadores econômicos mostra a marcada concentração de renda, uma das maiores do estado.

À luz dos registros proporcionados pela documentação (Atas, relatórios, periódicos, almanaques, memórias), procurou-se situar a imagem que fotografias produzidas da cidade evocavam. Sabendo-se que a linguagem fotográfica é uma construção, a leitura das imagens permite estabelecer relações, idéias e práticas para efetivação e consolidação de propostas. As fotografias trazem em si uma construção e uma representação da realidade "a partir de seus próprios códigos de linguagem, que remetem para a técnica específica empregada os ângulos, o enquadramento e a luz escolhidos, entre outros elementos, que constroem, em conjunto, a mensagem que a foto informa" (Maciel, 1997: 145).

Walter Benjamin salienta que os textos são, na verdade, uma indicação dos caminhos a seguir para nos aproximarmos das fotografias. São instruções para contemplá-las e lê-las. A fotografia já não permite a contemplação livre; ao contrário, ela orienta a recepção num sentido como traço distintivo das revistas ilustradas. Agora são as fotografias que ilustram os textos que apenas confirmam as imagens (Benjamim, 1994:174-5).

Apresentaremos, a seguir, pontos da paisagem urbana joseense para entender como o espaço foi configurado e mostrar o sentido que a cidade dá e estabelece com o seu passado. Tentaremos desnudar cenas particulares de um viver coletivo, narrando como parte da paisagem, com o olhar soberbamente envolvido. As fotografias, utilizadas apenas como recurso de ilustração, registram evidências das experiências de grupos e de memórias desses grupos.

O espaço central que outrora acolhia um dos hospitais da comunidade israelita foi soterrado pela nova demanda cultural. Em seu lugar, surgiu o parque Santos Dumont. Sua paisagem, repleta de foguetes, aviões e réplica do 14 Bis, reforça a identificação que se quer dar à cidade. Na sua configuração, sequer há menção de um tempo ligado à doença e ao hospital israelita.

Fig. 40: Réplica do avião Bandeirantes/Parque Santos Dumont

Fonte: Miura



Fig 41: Maquetes da família Sonda/Parque Santos Dumont

Fonte: Miura



Fig 42: maquete do 14 Bis / Parque Santos Dumont

Fonte: Miura



O arco japonês da praça principal da cidade, com os inúmeros jardins nipônicos, inclusive situados na sede da nova Câmara Municipal, representa o poder e energia de uma grande potência tecnológica e industrial, um modelo a ser seguido.

Fig 43: Pórtico de entrada do Parque Santos Dumont



Fig 44: Arco japonês da Praça Afonso Penna



Fig 45: Jardim Japonês do espaço da Câmara Municipal



Fig. 46: Um dos jardins japoneses do Parque Santos Dumont



Uma propaganda veiculada recentemente sugeriu novamente a simbologia japonesa. O sol nascente, estilizado, aparece num recente logotipo da cidade. O material ressalta o processo de verticalização e a dominação do espaço da cidade pelas aeronaves, enfeitando os ares da pós-modernidade.

Fig. 47: Logotipo da cidade / 2004



Como a cidade deixou de ser apenas um objeto ou um instrumento, o meio de realizar certas funções vitais; o seu estudo permitiu também um quadro de relações interconscienciais e de uma atividade que consome sistemas de signos complexos (Idem, Ibidem). De acordo com Francastel,

as sociedades não criam um e outro ambiente apenas para satisfazer certas necessidades físicas ou sociais, mas também para projetar num espaço real de vida algumas das suas ambições, das suas esperanças, das suas utopias. As formas urbanas são o produto da história. No termo 'cidade', mais do que o rigor dum conceito acumula-se uma grande soma de experiências históricas (apud.. Roncayolo, 1986: 396 - 7)

Giuliano Della Pergola explica esse comportamento, que é próprio de algumas sociedades modernas. Segundo o autor,

a convicção de que a importação e a utilização das tecnologias possam vir a ser a fonte de transformação e aumento de riqueza cria elites modernizantes por toda parte. O seu ponto de referência cultural consiste em um gradual afastamento dos valores locais para, em seu lugar, introduzir uma cultura internacional. Tais elites fazem parte de um mundo cultural que tem a sua raiz no coração dos países industrializados. É o modelo de desenvolvimento desses últimos, o modelo perseguido na ilusória convicção de que seja o melhor (Della Pergola, 2000: 66).

A sociedade urbana, antropológicamente falando, diz respeito a certo sistema de valores, normas e relações sociais, possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e de transformação (Castells, 1983: 127). Essa concepção explica, em parte, os valores defendidos pela cultura joesense. As formas espaciais urbanas, com toda sua “nova decoração” tenta apagar da memória coletiva uma cultura urbana ligada ao “passado doente” da cidade, partindo da afirmação de um presente que se propõe como modo de vida. Essa postura, logicamente, tem sentido, uma vez que, conforme observou Castells,

é o habitar, a vida cotidiana, que produz o espaço (...) Ele é a expressão da iniciativa humana, e esta é então a fonte produtora do espaço e da organização urbana.(...) o espaço e a estrutura urbana são puras expressões transparentes da intervenção dos atores sociais. (1983: 150)

A cultura urbana gera um “inconsciente urbano” no plano e organização do espaço. Ritmos e atividades marcam a comunicação de representações. Isso porque, “desde que exista a cidade, existe ao concomitante funcionamento urbano uma linguagem urbana”. (Castells, 1983: 317). Essa linguagem urbana torna-se homogênea com a materialidade dos símbolos, reforçados nos espaços da paisagem.

Um importante marco simbólico da cidade de São José dos Campos, é o sanatório Vicentina Aranha, considerado na época um dos maiores e mais bem equipados sanatórios da América Latina. A edificação, que até há pouco tempo esteve murada e abandonada, foi o maior e mais bem equipado sanatório da América Latina. Orgulho da cidade, no passado, quase perdeu sua importância como

referência. O tempo, mais poderoso que os homens, foi providenciando o seu tombamento, à revelia de seus moradores. Entre viver ou morrer, o Vicentina sobreviveu. Atualmente se constitui num importante espaço da memória.

O Vicentina Aranha, que assistiu São José dos Campos, na primeira República, se transformar em pólo de tratamento da tuberculose, orgulho da cidade no passado, perdeu hoje importância como referência. O passado deixou um estilo pouco atraente de vida para as novas gerações joseenses, orgulhosas do alinhamento da cidade no mercado globalizado. A memória joseense mutila seu passado. A memória, enquanto saber discursivo, é afetada pelo esquecimento, constituindo o interdiscurso, que determina toda e qualquer formulação.

Fig. 48: Vicentina Aranha

Fonte: Miura, 2004.



Vicentina Aranha representa marcas importantes do cotidiano e da representação social vivenciada por grandes contingentes da população no passado. Sua preservação ativa a memória coletiva permitindo à população o direito à consciência histórica, favorecendo a população a acumular suas realizações como cultura. O espaço foi mencionado com carinho pelos vizinhos do Sanatório quando não se tinha ainda decidido a sua compra pela prefeitura. Uma manchete do jornal Valeparaibano noticiava em 2004 que os vizinhos do Sanatório Vicentina Aranha torciam para que a prefeitura efetivasse logo a compra do antigo sanatório e abrisse o espaço à população, além de transformá-lo em mais uma área de lazer pública.

Nas palavras de uma moradora, "é uma judiação ver tão lindo espaço fechado. Acho ótima a decisão da prefeitura de comprar o imóvel e espero que a área seja transformada em uma casa de cultura" (Luzia Helena Faria, 67 anos). A luta pela preservação do sanatório possibilitou inclusive a formação de um grupo, o "Amigos do Vicentina Aranha". Moradores do entorno do sanatório falam com entusiasmo sobre a compra do prédio pela prefeitura de São José dos Campos: "Esperamos por isso há muito tempo. É lastimável ver o sanatório fechado, se deteriorando", disse Jorge Nunes, 30 anos. Sobre a derrubada do muro que escondia o Sanatório, Áurea Martins deixa sua impressão: "Vai ser maravilhoso. Sem o muro, o sanatório terá outro visual e todo mundo vai poder apreciar a beleza do local."

Conforme Kevin Lynch,

todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações. Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Nossa percepção da cidade não é íntegra, mas parcial e fragmentária" (Lynch, 1990: 12).

Como explicar a compra, preservação e tombamento do espaço do sanatório, abrindo-o para a comunidade, depois de tantos anos encoberto na

paisagem da cidade? Talvez possamos explicar essa questão fundamentados em Zygmunt Bauman. Bauman ressalta que a idéia de ter uma identidade só ocorre quando as pessoas discutem o pertencimento, ou buscam a sua identidade. O desconforto que o sujeito da modernidade sente pelas condições da nossa era líquida, como mostrou Bauman, faz com que se discuta a identidade. A idéia de identidade, enfatiza Bauman, nasceu da crise do pertencimento.

A identidade industrial e tecnológica de São José foi reforçada quando se perderam as âncoras sociais. Quando se discutia a compra ou não do Vicentina Aranha e quando, ao mesmo tempo, surgiram grupos em defesa do sanatório, a identificação se tornou cada vez mais importante para os indivíduos que buscavam um “nós” a que pudessem pedir acesso para vivenciarem o pertencimento (Bauman, 2005: 30). A consolidação da identidade industrial, uma vez consolidada, permite lapsos da memória sanatorial. Lembrar a fase sanatorial preservando o Vicentina não representa mais um perigo para aquilo que a cidade quer ser.

Enquanto isso, outros marcos da paisagem ligados à fase sanatorial vão sendo sobrepostos pelo novo arsenal da vida moderna. O busto do dr. Nélon D'Ávila, um dos ícones da medicina sanatorial do momento foi verticalmente soterrado pelas chamativas e coloridas propagandas de revistas de uma banca.

Sobre o entendimento das formas urbanas, Castells dá significativas contribuições: “(...) haverá uma multiplicidade de mensagens que, logicamente devem ser emitidas pelas novas formas urbanas: algumas serão dominantes, por exemplo, a modernidade técnica, o prestígio social, a comodidade consumista, etc. (...), (mas) são os indivíduos, e não formas que recebem a mensagem. Isso significa que as formas só se tornam dominantes se existe por trás um discurso legitimador dessas formas, produzindo efeitos e referências, produzindo mensagens” (Castells, 1983:65).

Fig 49: Busto do tisiólogo Néelson D'Ávila ofuscado pelo colorido da banca



O período em que a doença era um grande negócio propiciou a cura da cidade e preparou São José para receber suas afamadas indústrias, mantendo de forma estável uma população amplamente aproveitada pelas primeiras fábricas. Com o declínio da Estância Climática a partir de 1950 e com a inauguração do CTA, da Dutra e das primeiras indústrias de grande porte, São José se prepara para entrar na fase industrial e aeroespacial. Os espaços urbanos,

caracterizados até então como espaços de saúde e de doença, são re-apropriados: a doença não mais irá ocupar a nobre área central, que se amplia para o território antes sanatorial; uma vez expulsa, a doença como representação territorial se

desloca para permitir que o mote da industrialização se concretize no espaço (Vianna, 2004:150).

O desenvolvimento, o progresso e o conhecimento estampam na cidade as marcas ideológicas, erigindo a indústria como a força produtiva de sua própria existência. Na nova remodelação da cidade, “o passado foi abandonado para ser reconstruído com o que lhe conferia maior possibilidade econômica, e posicionamento de destaque no cenário nacional” (Vianna, 2004: 184).

Para entendermos o discurso do joseense a respeito da identidade da cidade, Orlandi nos dá algumas pistas:

Num espaço (habitado) de memória, de subjetividade, a história se formula na noção de “eu” urbano. Esse sujeito, por sua vez, como está produzindo sentidos na cidade – textualizando sua relação com objetos simbólicos nesse mundo particular do urbano – vai produzir uma realidade que é estruturada de tal maneira que ns vai dar, enquanto analistas, uma imagem de texto, do acontecimento urbano, que é histórica e que se apresenta em seus vestígios. Este é nosso material de observação. Nosso contato com os sentidos da cidade (Orlandi, 2004:29).

O discurso da cidade acolhedora é uma formação discursiva. Esse discurso

pratica os sentidos de convergir, congregar, agregar, globalizar, interagir, instrumentalizar, mudar, não de acordo com a necessidade histórica, mas às injunções da normatividade social, ao modelo imaginário responde a da “narratividade urbana” com a divergência, a discrepância, a briga, a diferença, a dê-s-transformação, a instalação, a denúncia (Orlandi, 2004:55).

A cidade de São José dos Campos, assim como as demais cidades modernas se organizou em função do mercado, em específico, essa cidade tem, na doença, seu princípio básico. Em função desse mercado, gerou um tipo de estrutura urbana que reorganizou e redefiniu todo o seu espaço interno. Essa nova organização da cidade passou a ser marcada pela divisão da sociedade em classes: de um lado os “engenheiros” sanatoriais (administradores, interventores, médicos, comerciantes);

de outro, os doentes, os vendedores de sua força de trabalho, os despossuídos. O poder centralizado e despótico dos coronéis, seguido da intervenção política do período Vargas interferiu diretamente na condução da vida cotidiana da população joseense.

O silêncio faz sentido quando apreendemos o exercício do ser. Somos nomeadores e diferenciadores das coisas do mundo. Necessitamos socialmente de reconhecer e pertencer a um espaço, a um tempo, a um grupo ou a uma ação. Através das “teias” de uma Memória social, vivemos o que fora “capturado” por nós mesmos ou pelo grupo ao qual pertencemos. O silêncio sanatorial no espaço da cidade tende a ser, sobretudo, uma composição referente ao meio coletivo. A identidade diferencia; ela exclui para conglomerar.

Ao falarmos em identidade industrial, devemos atentar para o papel da memória. Ela pode ratificar ou retificar caminhos traçados. Assim como a memória, a identidade também é construída e ratificada nas ações do homem. Ela pode ser a chave para o desenvolvimento das práticas humanas e, ao mesmo tempo concede energia que lhes dá poder, lhes conferindo uma identidade. A identidade mostra-se, assim, intimamente ligada a essa adequação ao espaço e ao grupo que se quer atingir. A identidade é o conhecimento e a construção de si ou do outro. Nesse sentido, identidade então é “leitura, interpretação, imagem, aparência, construção; (pode ser até) obstáculo, proteção ou ‘camuflagem’ (...) buscando a si mesmo, o homem se re-produz no tempo e na significação de si e das coisas (...)” (Pimenta, 2006:6).

Buscar identidade é destruir para construir. A identidade é uma marcação do que não se quer ser e do que se projeta a ser. Essa implicação faz do esquecimento uma construção das identidades pela memória. É no esquecimento que a memória deixa de apenas permear a identidade, passando a direcioná-la, recriando-a. A

identidade, como ressaltou Halbwachs, é uma formulação de imagens do grupo que a mantém. Manter a imagem de uma cidade industrial, tecnológica e espacial é uma imagem mais confortável que a de uma cidade doente. A identidade é um campo de conflito em que o esquecimento requer forças muito intensas para sua realização. O esquecimento pode libertar as amarras que prendem a memória às determinações negativas. Esquecer, como observou Nietzsche,

não é apenas uma força inercial, como crêem os superficiais, mas uma força inibidora, ativa, positiva no mais rigoroso sentido (...). O esquecimento é uma espécie de guardião da porta, de zelador da ordem psíquica, da paz, da etiqueta: com o que logo se vê que não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem esquecimento (Nietzsche: 2005: 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ler a cidade enveredando-nos por seus caminhos. Alguns deles nos conduziram além dos seus espaços materializados nas suas formas concretas. Deparamo-nos com representações simbólicas que nos suscitaram sensações e percepções. Se representação é a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, a constatação dessa representação nos indicou uma relação ambígua entre a ausência e a presença.

Lemos a cidade dos doentes, “escovando a história a contrapelo”, como diz Benjamin, deixando entrever uma cidade esquecida, sobreposta por rígidas e firmes camadas de uma nova condição, mais confortável e segura. A identidade de São José dos Campos é afiançada por aquilo que é representada coletivamente: sua marca identitária está ligada à industrialização. A imagem construída da cidade industrial e tecnológica configura-se inegavelmente como a sua identidade.

O esquecer tem, por um lado, a afirmação desta determinação: a manutenção e consolidação da identidade industrial. Por outro, faz aparecer as discontinuidades que atravessam essa identidade. Não reconhecer as continuidades nas quais se enraíza nosso presente somente faz repetir o entoadado discurso de que “São José não tem identidade”. O discurso da falta de identidade, pronunciado por sujeitos com conceitos fixos de identidade, é que evidencia um apagamento de um momento revelador para a história da cidade que, na doença, se fez industrial.

A questão da identidade nos remete à memória, esta, nos liga à história. A história é filha da memória; esta célebre frase enuncia que a relação entre história e memória é intensa e visceral. A memória não pode ser interpretada apenas como um processo de lembrar fatos passados, ela é uma construção de referenciais sobre o

passado dos diferentes grupos sociais que são influenciados pelas mudanças culturais. A memória é uma construção do presente, a partir das experiências e vivências do passado. Ela está em constante mudança, sendo aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Antes de tudo, a memória é seletiva.

A memória tem fortes implicações com o passado. A história, por sua vez, esboça relações entre passado, presente e futuro. Todas as sociedades têm passado. Ser membro de uma comunidade humana, conforme esclareceu Hobsbawm, “é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade) ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (Hobsbawm, 1998:22). O problema imposto para os historiadores, segundo Hobsbawm, “é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações” (Idem. Ibidem).

Tentamos entrever as construções imaginárias dos homens de outrora nessas muitas cidades que a cidade de São José dos Campos comporta. Percebemos que a destruição da memória, substituindo o “velho” pelo novo uniformizou saberes sobre a cidade e generalizou o caráter de impessoalidade do contexto urbano. Permitimo-nos, audaciosamente, uma transcendência do olhar. Imbuímo-nos da difícil tarefa de um *flâneur*, que erra pela cidade, dado o complexo emaranhado de significados e sentidos latentes que o olhar sobre ela nos permite. Tentamos, através da sua leitura, obter a revelação da coerência de sentidos dos seus diferentes tempos.

Mudanças estruturais transformam as sociedades modernas, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade que nos deram localizações sólidas como indivíduos sociais. Estas transformações estão também modificando nossas identidades pessoais, enfraquecendo o próprio sentido de nós mesmos enquanto sujeitos integrados.

Depois das leituras estimulantes e reveladoras, percebi que aquela concepção de identidade fixa, permanente ou essencial, que eu acreditava existir na minha cidade de origem, por exemplo, tinha a ver com estágios de desenvolvimento limitado pelo status de sociedade tradicionalmente histórica. Entendia que a identidade de Ouro Preto era obrigada a transparecer imóvel e imutável para facilitar a minha memorização. Se me sentia uma ouropretana de identidade unificada, aprendi que foi somente porque construí uma história confortante ou uma narrativa sobre mim mesma.

Num envolvente estudo de identidades, o auto-conhecimento vem se delineando como um argumento de constatação, onde identidades vão sendo construídas e socialmente reforçadas por viveres fragmentados. Assim como eu, os forasteiros de São José dos Campos sustentavam sua identidade desconstruindo a identidade da cidade. No confronto entre essas representações do que sou e do que é a cidade, o difícil sentimento de pertencimento vai se polemizando com o meu self e com aquilo que a cidade esconde ter sido.

Hall explica bem este fenômeno da auto-descoberta ao afirmar que, na verdade, "o sujeito que, anteriormente tinha experiência de uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto, não de uma, mas de muitas identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas (...), resultado de uma mudança estrutural e institucional" (Hall, 1985: 11). Isso significa que não é a cidade que não tem identidade. Na verdade, é justamente a multiplicidade de identidades que torna efêmera a identificação, fragmentando o ser. Os sujeitos pós-modernos, agoniados com a falta de segurança da sua própria identidade, transferiram para a cidade o compromisso daquilo que se idealizava ser.

As sociedades lidam com o passado de formas diferenciadas. Algumas têm o passado como padrão, como modelo para o presente. Outras redescobrem parte do passado esquecido ou abandonado. Outras tantas se desligam do passado por acreditarem que o passado não fornece nenhuma orientação às relações internas do sistema. Neste caso, o passado deixa de ser padrão do presente quando a mudança social acelerou ou transformou a sociedade para além de certo ponto. Ponto em que, segundo esclarece Hobsbawm, “o passado já não possa mais ser concretamente reproduzido ou mesmo restaurado. Nesse momento, o passado fica tão distante da realidade atual (...) que no final pode se transformar em pouco mais que uma linguagem para definir em termos históricos certas aspirações de hoje que não são necessariamente conservadoras” (Hobsbawm, sobre história, 1988: 29).

Rejeita-se o passado quando a inovação é identificada como “inventável” e desejada socialmente, quando representa “progresso”. Principalmente quando está ligada à inovação, à ciência e à tecnologia, atraindo a sociedade pelas implicações sociais e humanas da inovação. No entanto, certas inovações requerem legitimação. E, conforme observou Hobsbawm, quando o passado deixa de fornecer precedentes às inovações, surgem dificuldades muitas sérias. Elas não se tornam legítimas (Hobsbawm, p. 30). Isso significa que

paradoxalmente, o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, sua própria legitimação, mas com isso ela se ancora em um ‘sentido do passado’ transformado (Idem. *Ibidem*).

Quando a previsão especifica um futuro diferente de tudo do passado, “a história deixa de ser útil no instante mesmo em que mais precisamos dela” (Hobsbawm, 1988: 31). É a história que lança luz não só sobre o sentido do passado de sociedades anteriores, mas sobre nosso próprio sentido, no qual a hegemonia de

uma forma (mudança histórica) não exclui a persistência em diferentes meios e circunstâncias, de outras formas de sentido do passado. Parafraseando Hobsbawm, é lícito dizer que “nadamos no passado como peixe na água, e não podemos fugir disso” (Idem, p. 35).

São José, hoje a mais importante e promissora cidade do Vale do Paraíba, não consegue viver com seu passado antes, nega-o, para reforçar um presente vigoroso e progressista. A cidade nega uma das suas identificações e se remodela na paisagem do progresso, apoiada na saúde e na riqueza. O passado precisa ser esquecido para validar a fase atual. Agora, o ar poluído, outrora condenado, foi ressignificado, passou a simbolizar avanço e modernização. Mesmo aparentemente sem identidade definida, esta é a identidade de São José dos Campos.

Tentamos entender o processo de formação do discurso que nega a identidade da cidade. Sabemos que é por meio da memória que os sujeitos buscam salvar o passado do esquecimento edificando o presente e o futuro, colaborando, dessa forma, para a formação da identidade individual ou coletiva. Ao resgatarmos e valorizarmos nossas memórias nos reconhecemos como agentes da própria história e do grupo. No entanto, Se a cidade apaga memórias, vão se formando lacunas que dificultam o estabelecimento de correlações entre o passado e o presente, necessário para que se consiga estabelecer o sentimento de pertença.

Fontes:

Fontes manuscritas:

Atas da Câmara Municipal de SJC/ 1905-22. Arquivo Público do Município/SJC/CM-29.

Pareceres da Comissão de Finanças e Justiça. N. 37. Actas das sessões ordinárias 1905- 1922 (AMSJC).

Periódicos:

A Caridade, Orgam Catholico. São José dos Campos: Arquivo Público do Município, edições de 1905-16.

Boletim Médico (1930-35)

Correio Joseense. 1920-1967.

Fontes Impressas:

Álbum de São José dos Campos, 1935. São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul, 1934.

Anuário Estatístico de São José dos Campos apresentado ao Prefeito sanitário Engenheiro Francisco José Longo. Serviço de Estatística Municipal, 1939.

AMARAL, João Ferraz do. *Inspecção Sanitária de São José dos Campos*. Universidade de São Paulo/Faculdade de Medicina, 1930 (Trabalho apresentado como exigência da cadeira de Hygiene).

CÂMARA, Sebastião Penna da. *Almanach de São José dos Campos para 1905*. Jacarehy: Typografia da “Casa Minerva, 1905.

CABRAL, Geraldo Moacir Marcondes (org.). *Boletim de História*. Câmara Municipal de SJCampos, 1986/89.

FLÓRIO, João. Relatório de Inspecção Preliminar do Município e Estância Hidromineral e climatética de São José dos Campos. Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo. Divisão do Serviço do Interior. Agosto, 1944.

MONTEIRO, Napoleão. *Almanach de São José dos Campos para 1922*. 1920, 1935, 1945, 1954.

Almanach de 1951. Última Hora.

Termos de Abertura da Escola Santanense, datado de 1920.

Bibliografia:

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. São Paulo: Zahar, 1985.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. México: FCE, 1993.

BARROS BARRETO, J., *A organização da saúde pública no Brasil*. Arq. Hig., Rio de Janeiro, v. 12, n.2, p.169-215, 1942.

BARTALINI, V. *Áreas verdes e espaços livres urbanos*. Paisagem e ambiente (São Paulo). V. 1, 1986

BAUMAN, 2003. *Modernidade Líquida*

BELCULFINÉ, Douglas Carlyle. *São José dos Campos: relação histórica do seu desenvolvimento com a mortalidade por tuberculose, 1935 a 1999*. Tese (Doutorado) apresentada à USP, São Paulo, 2001.

BENJAMIM, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERLINGUER, Giovanni. *A doença*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BERTOLLI FILHO, C. *História da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *As coisas nos seus devidos lugares: São José dos Campos e a ditadura Vargas*. In: *Cadernos Circ – Centro de Informações e Referências culturais*. São José dos Campos: A cidade, a cultura e seu tempo . Ano I, n. 1, São José dos campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, dez. 1996.

BITTENCOURT, Tânia M. M., *Arquitetura Sanatorial – São José dos Campos*. Unidades Gráficas e Editora Ltda, 1998.

BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

- BONDESAN, A. *São José em Quatro Tempos*. 1ª ed. São Paulo: Betivegna, 1967.
- _____. *São José de Ontem e de Hoje*. São José dos Campos: JAC, 1996.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva
- BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2002.p. 76-77.
- BRESCIANI, Stela (Org). *Imagens da cidade, século XIX e XX*. SP: Marco Zero, 1994
- _____. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: Fernandes, Ana; Gomes, M. A. F. (orgs.). *Cidade & História; modernização das cidades brasileiras nos século XIX e XX*. Salvador: UFBA/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1992.
- _____. *Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BURKE, P. (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. Tradução de Magda Lopes, Ed. Unesp, 1992.
- _____. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo. Tradução de Nilo Odalia, Ed. Unesp, 1990.
- BRAZ, Maria Eunice. *Vozes femininas em São José dos Campos*. Trabalho de Graduação do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba, 1996.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica*. SP: NOBEL, 1993.
- CANCLINI, Néstor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. SP: Edusp. 1998.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: Global e Campinas: Unicamp, 1985.
- CASA NOVA, Vera. *Lições de Almanaque: Um estudo Semiótico*. Belo Horizonte,

Ed. UFMG, 1996.

CASTELLS, Manuel. *A questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CESCO, Nelly de Toledo. *São José dos Campos: uma visão sanatorial*. 1ª ed. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. Cultura popular revisitando um conceito historiográfico. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 8, n. 16, 1995.

_____. *El mundo como representacion*. História Cultural: entre practica y representacion. Barcelona: Gedisa, 1995

CHOAY, françoise. *O urbanismo: utopias e realidades. Uma Antologia*. São Paulo: Perspectiva.

COLLOT, M. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. *Boletim de Geografia Teorética* (Rio Claro), V. 20, n. 39, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *O processo de emancipação política brasileira*. São Paulo: Difel, 1980

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CRUZ, Heloísa de Faria. *Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana / São Paulo 1890-1915*. Tese de doutorado em História Social apresentada a FFLCH/USP, 1994.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Revista História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, Manguinhos, V. 12, n. 1:169-84, jan,abr.2005

D'ALÉSSIO, Márcia. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: UNESP, 1999.

DELLA PERGOLA, Giuliano. *Viver a cidade: orientações sobre problemas urbanos*. São Paulo: Paulinas, 2000.

DIAS, Augusto. *Um tempo na vida em São José dos Campos*. SP: JAC gráfica e Editora.

FELDMAN-BIANCO, LEITE, Míriam L. Moreira (orgs). *Desafios da imagem* (fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais). SP: Papyrus, 1996.

- FERLA, Luís A. C. Feios, sujos e malvados sob medida – do crime ao trabalho, a utopia médica do bio determinismo em São Paulo (1920-1945). Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2005.
- FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Unesp, 2004.
- FONSECA, Marinalva de Fátima dos Santos e FONTE-BOA, Raquel. *O coronelismo e o poder local em São José dos Campos (1920-30)*. UNIVAP, 2002.
- FONSECA, O. *São José dos Campos*. São José dos Campos: FVE, 1989.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e tradução de Roberto Machado. 6ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. "O que é um autor?". Lisboa: Passagens, 1992.
- _____. *As palavras e as coisas*. SP: Martins Fontes, 1987.
- _____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz F. Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FRANCASTEL, Pierre. *Imagens, Visão e imaginação*. São Paulo: Edições 70, 1998.
- GEDDES, P. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. SP: EDUSP, 1993.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. RJ: Rocco, 1994.
- GONÇALVES, Helen. A tuberculose ao longo dos tempos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 7, n. 2. Rio de Janeiro, jul/oct. 2000.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Pêcheux e a História Epistemológica da Linguística. *Revista Estudos da Linguagem*. N° 01. Junho/2005.
- _____. Foucault e Pêcheux na análise do discurso. *Diálogos & Duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

- _____. *A questão da identidade cultural*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1985.
- _____. *A identidade em questão*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. Introdução: *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- KAPLAN, E. Ann (org.). *O mal-estar no pós-modernismo: teorias, práticas*. São Paulo: Jorge Zahar, 1993.
- KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro, Prefeitura da cidade/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LE BON, Gustave. *As opiniões e as crenças*. <http://www.camaraamparo.sp.gov.br/literatura/asopinioes.pdf>.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LANDIM, Paula da Cruz. *Desenho de Paisagem urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.
- LE BON, Gustave. *As opiniões e as crenças*.
- LE PETITE, Bernard. *Por uma história urbana* (org. Heliana Angotti Salgueiro) São Paulo, EDUSP, 2001.
- LEFEVRE, H. O urbanismo e a ação social do engenheiro. *Revista de Engenharia: Mackenzie*, n. 68, 1938.
- _____. *Linguagem e sociedade*. Lisboa: Ulisséia, 1996.
- LEITE, C. Kevin Lynch. *Imagem e desenho das cidades. Projetodesign* (São Paulo), março, 1998.

- LESSA, Simone Narciso. *São José dos Campos: o planejamento e a construção do pólo regional de Vale do Paraíba*. Campinas, 2001. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- LYNCH, K. *Planificación Del sitio*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1980.
- _____. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- _____. *A imagem do meio ambiente*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LIMA, 2004, linguagem segundo Pêcheux
- MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um fio: Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. Tese de doutorado/ PUCSP. 1997.
- MARCONDES, Renato Leite. "A propriedade escrava no Vale do Paraíba durante a década de 1870". In: *texto para discussão*. Ribeirão Preto: FEA/USP, 2000.
- _____. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba. In: *Locus: Revista de História*. Vol 4, n. 2, Juiz de Fora, MG, 1998
- MARQUES DOS SANTOS, Afonso Carlos. A cidade do Rio de Janeiro: de laboratório da civilização à cidade símbolo da nacionalidade. In *A Visão do Outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.
- MATOS, Maria Izilda. *Cotidiano e cultura: história, cidade e Trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- MATOS, Olgária. O direito à paisagem. In: PECHMAN, Robert Moses (org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994., p. 46.
- MELO, Elisângela e ZAMBADI, Fabiana. *Saúde e saneamento em SJCampos (1930-45)*. UNIVAP, 1999.
- MERCER, 1990 a identidade somente se toorna uma questão quando está em crise, quiando algo que se supõe como fixo
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. P. 566
- MEYER, Marlyse (org). *Do Almanak aos Almanagues*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001

- MIURA, Veriano Takuji. *Os marcos referenciais urbanos na história de São José dos Campos / SP*. Planejamento Urbano e Regional. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do vale do Paraíba, 2006.
- MIQUELIN, L.C., *Anatomia dos edifícios hospitalares*. São paulo: Cedas, 1992.
- MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo* (de comunidade a Metrópole). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- MOURA, Dirce de e PEREIRA, Renata Flávia. *Em busca de uma história: A prostituição feminina em SJC, de 1930-50*. UNIVAP, 1997.
- MUNFORD, L. *La ciudad en la historia*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1979. Tomo II.
- _____. *La cultura de las ciudades*. Buenos Aires: Emecé, 1959.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo. *Fundação Atauilho de Paiva: Liga Brasileira contra a Tuberculose: um século de luta*. Rio de Janeiro: Quadratim/FAPERJ, 2001.
- NEVES, Margarida de Souza. O povo na rua: um conto de duas cidades. In: NEVES, Mônica A. G. das. *Aspectos cognitivos na Constituição da ironia*. Tese de doutorado em Língua Portuguesa. Letras. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- NOGUEIRA, Mariana. *Vida e morte no sanatório Vicentina Aranha* (São José dos Campos-1924-52). UNIVAP, 2001
- OLIVEIRA, Raquel R. de e PAIVA, Amarilda R. *A mão-de-obra feminina da tecelagem Parahyba (1940-60)*. UNIVAP, 1999.
- OLIVEIRA, Daniele de. A construção discursiva da ironia em crônicas políticas de Luís Fernando Veríssimo. *Linguística*, PUC/MG, 2006.
- ORLANDI, Eni P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. ORLANDI, Eni P. A análise do discurso, algumas observações. In: *Delta*. Vol 2, N. 1, 1986.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. A desordem cotidiana. In: *Escritos/Percursos sociais e sentidos nas cidades*. Campinas, N. 1, s/d.

_____. No limiar da cidade. In: *Rua* (Ver. Do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NURCREDI). Campinas, N. Especial, julho de 1999.

PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. *Vestígios de um cotidiano: trabalhadores escravos, lavradores, negociantes e coronéis em São José dos Campos (1870-88)*. Dissertação de Mestrado em História Social/ PUCSP, 1996

PECHMAN, Robert Moses. Pedra e discurso: cidade, história e literatura. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos S. B; VASCONCELOS, Sandra G. T. (org.). *Gêneros de fronteira*. cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997, v. , p. 101-107.

PECHMAN, R. M. Pedra e discurso: cidade, história e literatura. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. UFRJ. http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/3Sem_06.html

PECHMAN, Robert Moses. *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

PECHMAN & FRITSCH. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História* (São Paulo). V. 5, n. 8-9, 1985.

PECHMAN, R. M. Pedra e discurso: cidade, história e literatura. in: Flávio Aguiar; José Carlos S. B. Meihy; Sandra G. T. Vasconcelos. (org.). *Gêneros de fronteira*. Cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã editora, 1997,
PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Conhecer para esquecer. A identidade e os caminhos para a memória: perspectivas nietzchianas sobre a identidade e o esquecimento como elementos constitutivos da memória no locus social*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, 2006.

PETERLE, Patrícia. A cidade como texto e o texto da cidade. www.Uniceub.br/periodico/finosleitores/2/artigoPatricia.asp.

- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, Maria Júlia. *Tecelagem Parayba na voz do operário (1993)*. UNIVAP, 1993.
- RIBEIRO, João Carlos e OLIVEIRA, Patrícia Romana de. *Nos rastros de uma história: SJC no início do século XX (1900-1920)*. UNIVAP, 1998.
- RIBEIRO, Rosa; Maria Alice. *História sem fim...inventário da Saúde Pública*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. Legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.
- _____. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RONCAYOLO, Marcel C. *Cidade*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986.
- _____. "Os espelhos da cidade: um debate sobre o discurso dos antigos geógrafos" in Bernard Lepetit. *Por uma Nova História Urbana*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 268-269.
- ROSEN, George *Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- RUFFINO NETTO, A, PEREIRA, J. Mortalidade por tuberculose e condições de vida: o caso do Rio de Janeiro: *Revista Saúde em Debate*. 1981, 12: 27-34.
- SANTANA, Leila Navarro de. Memória: construção sangrenta – Revista Eletrônica em Ciências Humanas. Publicação on-line. Semestral, ISSN 1676-2924. www.Unirio.br/morpheuonline/Leila%20navarro.htm. Acesso em 26/03/2006.
- SARGENTINI, Vanice M. O. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheu e Foucault. *Estudos Lingüísticos*, XXXV, 2006.
- SARGENTINI, V. M. O.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. 1ª ed. São Carlos: Claraluz, 2004.

SCHORSKE, Carl E. A cidade segundo o pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. *Espaço e Debates*, 1989.

SILVA, J. T. São Paulo (1554-1880). *Discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo: Moderna, 1984.

SILVA DIAS, Maria Odila. A interiorização da Metrópole. In: *1822: A independência do Brasil*. Debates. São Paulo: Contexto, 1980.

SINGER, P. et. Ali. *Prevenir e curar*. O controle social através dos serviços de saúde. RJ: Forense, 1978.

SONTAG, Susan. "O mundo-imagem". In: *Ensaio sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1981. P. 147-8.

_____. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *La cultura de las ciudades*. Buenos Aires: Emecé, 1959.

SOUZA, Ana Maria; SOARES, Luiz Laerte. *Modernidade e Urbanismo sanitário – São José dos Campos – SP*. São José dos Campos, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão de Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TAYLOR, Charles. *As Fontes do Self: A Construção da Identidade Moderna*. São Paulo: Loyola, 1997.

TOLEDO, André Luiz de. *O perfil de um lavrador em São José dos Campos em 1889*: José Pacheco Carneiro. Universidade do Vale do Paraíba, 1997.

TURAZZI, Maria Ignez. *Poses e trejeitos*. A fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1995.

URYU, Suzana Aparecida e CARVALHO, Zenaira Fernandes de Carvalho. *Levantamento de fontes cartoriais/Inventários e testamentos de 1860-1900*. UNIVAP, 1997.

VAINER, Carlos B. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *Revista Mundo Urbano*, n. 29, jul.-ago.-set. 2006. Disponível em: <http://www.mundourbano>.

unq.Edu.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=97&Itemid=43 acesso: 09 março 2007.

VIANNA, Paula Vilhena Carnevale. *Saúde e cidade: uma relação inscrita no espaço e no tempo; a fase sanatorial de São José dos Campos (SP) e sua influência sobre os serviços de saúde da década de 1980*. São Paulo, 2004. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

WEISS, Sérgio Adelque Bonádio. *São José dos Campos na visão dos depoentes*. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1990.

WHITE, Hayden. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XX*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 1992.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo: (1860-61)*. São Paulo: Martins Ed., s.d.